

2023

Relatório de Governança Corporativa





DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

PROCURADORA-CHEFE

Ana Rita Dopazo Antônio José Lourenço

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Franklin José Neves Contente

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA

Camila Busarello

DIRETOR DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES

Carlos Dória Santos

AGRADECIMENTOS

GABINETE DA PRESIDÊNCIA - GAPRE

Gabriela Ohana Rocha Freire

Nádia Patrícia da Silva Rocha

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO - NCI

Patrick Amaral Serdeira

NÚCLEO DE INVESTIMENTOS - NUGIN

Henrique Pereira Mascarenhas

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - DAFIN

Franklin José Neves Contente

PROCURADORIA JURÍDICA - PROJUR

Ana Rita Dopazo Antônio José Lourenço

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA - DIPRE

Camila Busarello

NÚCLEO DE PLANEJAMENTO - NUPLAN

Tânia Sueli do Rosário Corrêa

Renata Alves de Souza Faciola

Ellen Claudine Castro Paes Barreto

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	1
1.1 Estrutura Patrimonial.....	2
2 GESTÃO ESTRATÉGICA	3
2.1 Destques de 2023	3
2.1.1 Programa Governança Pública – Aperfeiçoamento da Gestão Previdenciária Estadual ..	3
2.1.2 Programa Governança Pública – Itinerância da Previdência Estadual	5
2.1.3 Programa Governança Pública – Educação Previdenciária	7
2.1.4 Programa Governança Pública – Capacitação e Valorização de Agentes Públicos	10
2.2 O que fizemos em 2023	11
2.2.1 Previdência Itinerante	11
2.2.2 Educação Previdenciária	12
2.2.3 Capacitação de Agentes Públicos.....	16
2.3 Avaliação da execução orçamentária de programas e ações de governo	17
2.3.1 Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	20
2.3.2 Programa Governança Pública	21
2.3.3 Programa Manutenção da Gestão	36
3 DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS	39
3.1 Quantitativos de servidores ativos, aposentados e pensionistas	39
3.2 Receitas Previdenciárias – Poder Executivo	41
3.2.1 Finanprev.....	41
3.2.2 Funprev	43
3.3 Compensação Previdenciária.....	43
3.3.1 Requerimentos da COMPREV	44
3.3.2 Arrecadação COMPREV	45
3.3.3 Valores da Compensação Financeira	45
3.4 Taxa de Administração.....	47
3.5 Recuperação de Crédito	47
3.5.1 Dívidas das Prefeituras	47
3.5.2 Rentabilidade dos Fundos	48
3.6 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO.....	48
3.6.1 Finanprev e Funprev	48

3.7	Receitas e despesas – SPSM	50
3.8	Receitas e despesas previdenciárias – Outras Instituições	50
3.8.1	Finanprev	51
3.8.2	Funprev	55
4	EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL.....	57
4.1	Segregação de massa dos segurados do RPPS.....	57
4.1.1	Massa de segurados - Finanprev.....	57
4.1.2	Massa de segurados – Funprev.....	58
4.1.3	Massa de segurados – SPSM.....	58
4.2	Evolução do resultado do Plano de Custeio relativa aos últimos exercícios - Comparativo entre a evolução das receitas estimadas e as efetivamente executadas.....	59
4.3	Hipóteses atuariais.....	60
4.3.1	Hipóteses biométricas.....	61
4.3.2	Hipóteses demográficas.....	61
4.3.3	Hipóteses econômico-financeiras	61
4.4	Alíquotas do plano de custeio previdenciário	62
4.5	Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício.....	63
4.6	Evolução dos resultados relativa ao equilíbrio financeiro e atuarial	64
5	GESTÃO DE INVESTIMENTOS.....	67
5.1	Carteira Global	67
5.2	Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira Global	70
5.3	Carteira Funprev	71
5.3.1	Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira Funprev	71
5.3.2	Resultado da Carteira Funprev	72
5.4	Carteira Finanprev	76
5.4.1	Evolução do Patrimônio Líquido do Finanprev	76
5.4.2	Resultado do Finanprev	77
5.5	Atendimento à Lei Complementar nº 115/2017 e 125/2019 - Transferência do rendimento FUNPREV para o FINANPREV.....	77
5.6	Taxa de Administração.....	78
6	PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS	79
6.1	Reuniões e principais decisões do Conselho Estadual de Previdência - CEP	79
6.2	Reuniões e principais decisões do Conselho Fiscal do RPPS/PA.....	85
7	ATIVIDADES INSTITUCIONAIS	91
7.1	Gestão de Pessoal	91

7.1.1	Movimentação e registro do quadro funcional.....	91
7.1.2	Desenvolvimento de Habilidades e Capacitação dos servidores.....	91
7.1.3	Ações e Projetos de Qualidade de vida –2023.....	92
7.2	Gestão Orçamentária e Financeira.....	100
7.2.1	Poder Executivo.....	100
7.2.2	Poderes Legislativo e Judiciário.....	100
7.2.3	Todos os Poderes.....	102
7.2.4	Finanprev Poder Executivo + Sistema de Proteção Social Militar + Finanprev e Funprev dos Poderes legislativo e Judiciário	103
7.2.5	Despesas Executadas pro Programa - IGEPPS.....	104
7.2.6	Requisições de Pequeno Valor	107
7.2.7	Auxílio Funeral	108
7.2.8	Empresas.....	109
7.3	Gerenciamento do Custeio e Contratos.....	111
7.4	Controles Internos e conformidade.....	112
7.5	IMAGEM INSTITUCIONAL.....	119
7.5.1	Produção de Notícia	123
7.5.2	Redes Sociais	128
7.5.3	Site	129
7.5.4	Desenvolvimento de campanha de comunicação.	130
7.6	Cumprimento de decisões judiciais e análises jurídicas	136
7.6.1	Requisições de Pequeno Valor (RPV)	137
7.6.2	Requisições de Impugnações	138
7.6.3	Recuperação de Crédito	139
7.7	Tecnologia da Informação	144
7.7.1	Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.....	150
7.8	Gestão de benefícios previdenciários.....	150
7.8.1	Análise de benefícios previdenciários	150
7.8.2	Concessão de benefícios previdenciários: aposentadoria e pensão por morte	152
7.8.3	Benefício Assistencial – Auxílio Funeral.....	153
7.8.4	Abono de Permanência.....	153
7.8.5	Manutenções das Folhas de Inativos e Pensionistas do Estado Do Pará	154
7.8.6	Vacâncias	155
7.8.7	Evolução Monetária da Folha de Pagamento.....	158
7.8.8	Pagamento de Retroativos.....	161
7.8.9	Cumprimento de Decisões Judiciais	163

7.8.9.1	Inativos	163
7.9.10	Recuperação de Crédito	165
7.9.11	Diligências Tribunal de Contas do Estado-TCE.....	165
7.9	Gestão de benefícios DE proteção Social	169
7.9.1	Análise de benefícios de proteção social - reserva e reforma	170
7.9.2	Análise de benefícios de proteção social- pensão por morte.....	171
7.9.3	Análise de benefícios de proteção social- pensão especial e auxílio morte.....	172
7.9.4	Diligências Tribunal de Contas do Estado-TCE/PA dos SPSM	173
7.9.5	Núcleo de Atenção Psicossocial	174
8	CANAIS DE ATENDIMENTO	178
8.1	Estrutura Física de Atendimento Presencial.....	180
8.1.1	Central de Atendimento – CATEN.....	180
8.1.2	Núcleos Regionais	181
9	CONSIDERAÇÕES	186

1 APRESENTAÇÃO

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS/PA, autarquia estadual com personalidade jurídica de Direito Público, criado pela Lei Complementar n.º 44/2003 e alterado pela Lei Complementar nº 142/2021, é responsável pela gestão dos benefícios previdenciários vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará – RPPS e do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado Pará, bem como do Plano de Custeio Previdenciário e pela administração e governança dos Fundos Financeiro e Previdenciário, Finanprev, Funprev e Fundo de Proteção Social dos Militares Estaduais (FPSM), respectivamente.

A missão precípua do Instituto firma-se na gestão de forma sustentável, eficaz, atuarial e transparente, priorizando a satisfação dos usuários do serviço público ofertado, garantindo por meio do seu funcionamento a concretização do princípio constitucional da Dignidade da Pessoa Humana. Nesse contexto, a previdência pública estadual visa garantir aos seus segurados e beneficiários o amplo acesso aos benefícios previdenciários e o custeio da assistência e proteção social dos militares e seus dependentes.

Nessa linha, o presente Relatório de Governança Corporativa são evidenciadas as atividades realizadas e os principais resultados alcançados no exercício de 2023, detalhando as ações desenvolvidas e as metas atingidas pela atuação institucional movida pelos programas e ações de Governo, ressaltando, também, o impacto social dos serviços prestados.

Destaca-se, na oportunidade, que se trata de instrumento formal de prestação de contas ao Governo, aos órgãos de controle e à sociedade, na medida em que se demonstram os resultados alcançados pelo IGEPPS ao longo no período de janeiro a dezembro de 2023, apresentando a execução das ações constantes no Plano Plurianual - PPA de Governo 2020-2023, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, priorizando, assim, a “Gestão Pública Eficiente e Presente”, o fortalecimento da Instituição e a satisfação progressiva dos anseios da sociedade paraense.

Por fim, as informações e dados inseridos no Relatório de Governança Corporativa de 2023 foram integralmente repassados pelas Diretorias, Coordenações e Gerências que compõe o organograma institucional, respeitando-se as competências legais, regimentais e regulamentares de cada área de atuação. Cabendo ao Núcleo de Planejamento do IGEPPS compilar toda a base de elementos informativos coletados e realizar ajustes, formatação, bem como selecionar dentre o acervo coletado, os tópicos que estrategicamente demonstram de forma clara e transparente os resultados e avanços da atual gestão.

1.1 ESTRUTURA PATRIMONIAL

O fundo previdenciário Finanprev possui natureza contábil, em regime de repartição simples com a finalidade de prover recursos, para o pagamento de aposentadoria e pensão aos beneficiários civis do Regime de Previdência Estadual. Insta salientar que a Lei Complementar n.º 112/2016 alterou a data da segregação de massa entre os Fundos, promovendo a migração das contribuições previdenciárias dos segurados e do patronal do fundo Funprev para o Finanprev, de todos os servidores que ingressaram no RPPS até 31 de dezembro de 2016. No fechamento de 2023, o valor investido no Finanprev, a título de Patrimônio Líquido, alçava-se em R\$ R\$ 439.072.034,89 (Quatrocentos e trinta e nove milhões e setenta e dois mil e trinta e quatro reais e oitenta e nove centavos).

Por sua vez, o Funprev é um fundo de natureza contábil, em regime de capitalização com a finalidade de prover recursos, exclusivamente, para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, e pensão aos segurados do Regime de Previdência Estadual, que ingressaram no Estado a partir 01 de janeiro de 2017, conforme disposto na Lei Complementar n.º 112/2016. O Funprev encerrou o ano de 2023 com Patrimônio Líquido alçado em R\$ 4.264.686.028,14 (Quatro bilhões e duzentos e sessenta e quatro milhões e seiscentos e oitenta e seis mil e vinte e oito reais e quatorze centavos), aplicados em Fundos de Investimentos, Títulos Públicos e Título Privado.

Por fim, o Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM, instituído pela Lei Complementar n.º 142/2021, é o conjunto integrado de direitos, serviços e ações permanentes e interativos, de remuneração, pensão, saúde e assistência, dos militares do Estado do Pará. O fundo do SPSM tem natureza contábil, com a finalidade de prover recursos, exclusivamente, para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, reserva remunerada e reforma, inatividade e incapacidade para o serviço e pensão aos dependentes do militar.

2 GESTÃO ESTRATÉGICA

2.1 DESTAQUES DE 2023

2.1.1 Programa Governança Pública – Aperfeiçoamento da Gestão Previdenciária Estadual

IGEPPS COMPLETA 20 ANOS E CELEBRA 1º LUGAR EM RECUPERAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PAÍS

Atualmente, o Instituto é o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS mais eficiente do país em resgate de recursos por Compensação Previdenciária (COMPREV), com o montante de R\$ 420 milhões recuperados, em menos de dois anos.



Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/45930/igepss-completa-20-anos-e-celebra-1-lugar-em-recuperacao-previdenciaria-do-pais>

IGEPPS FOMENTA CULTURA PREVIDENCIÁRIA COM REALIZAÇÃO DE SEMANA ESTADUAL

O objetivo é fomentar a cultura previdenciária e fortalecer a cidadania. A programação, com vagas limitadas, inclui palestras voltadas a segurados e servidores públicos. Para participar é preciso fazer a inscrição no site.



Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/47868/igepss-fomenta-cultura-previdenciaria-com-realizacao-de-semana-estadual>

IGEPREV IMPLANTA CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA

O Instituto de Gestão Previdenciária do Pará (IGEPREV) avança na desburocratização dos serviços oferecidos a aposentados e pensionistas do Estado. A novidade mais recente - implantada pelo órgão - é a certidão de tempo de contribuição (CTC) digital.

Nesse formato, o IGEPREV reduziu de dois anos para apenas três dias o processo de análise e liberação do documento, resguardando a segurança no trâmite de confirmação de informações, que permanece criterioso, porém mais ágil e eficiente. A modalidade ainda traz economia de recursos com a diminuição do uso de papel.

“A implantação desse novo serviço, além da economia de tempo e dinheiro, proporciona aos segurados dispor de sua própria CTC em apenas 72 horas. Assim, cumprimos mais uma etapa de modernização administrativa e tecnológica do IGEPREV, visando tornar o órgão uma excelência no atendimento previdenciário entre os RPPS”, explica o presidente do Instituto, Giussepp Mendes.

A imagem mostra a interface web do SISPREV WEB. No topo, há o logotipo 'SISPREV WEB' e o subtítulo 'SISTEMA DE GESTÃO DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL'. Abaixo, uma barra de texto indica: 'Informe os dados para Emissão de Certidão de Tempo de Contribuição - CTC.'.

Existem três campos de entrada para os seguintes dados:

- Data de Nascimento:
- CPF:
- Nome do Ex-Segurado:

Logo abaixo, há uma caixa de texto com o seguinte aviso em vermelho: 'Atenção: Esta CTC terá exibição única. Fique atento ao baixar o documento.'.

Abaixo do aviso, há uma imagem de uma certidão com o número 6470424. Abaixo da imagem, há o texto: 'Se não conseguir visualizar a imagem, [clique aqui.](#)'.

No rodapé da interface, há dois botões: 'CONSULTAR' e 'SAIR'.

Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/45599/igeprev-implanta-certidao-de-tempo-de-contribuicao-eletronica>

2.1.2 Programa Governança Pública – Itinerância da Previdência Estadual

IGEPREV LEVA AÇÃO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE SERVIÇOS ATÉ SANTARÉM

Instituto irá tornar mais acessíveis a consulta de processos, dentre outros serviços, no Baixo Amazonas, nos dias 12 e 13 de abril

Um mutirão técnico das diretorias de Previdência, Administração e Finanças, Proteção Social dos Militares, Procuradoria e Assessoria Jurídica do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Igeprev) irá promover mais uma ação de itinerância que levará serviços até a população de Santarém, no Baixo Amazonas, nos próximos dias 12 e 13 de abril.



Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/42536/igeprev-leva-acao-para-descentralizacao-de-servicos-ate-santarem>

IGEPREV ESCLARECE PREFEITURAS SOBRE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Encontro reuniu representante de municípios da Região do Baixo Tocantins.

Corrigir inconsistências no recolhimento das contribuições previdenciárias dos servidores públicos do Estado, cedidos para as prefeituras, foi o tema principal da reunião entre os técnicos da Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização (COAF), do Instituto de Gestão Previdenciária do Pará (Igeprev) e representantes dos municípios localizados na região do Baixo Tocantins.



Disponível em: <https://www.igepps.pa.gov.br/noticia/igeprev-esclarece-prefeituras-sobre-contribicoes-previdenciarias>

IGEPREV REALIZA ATENDIMENTO PRESENCIAL NA ALEPA PARA ATUALIZAÇÃO DE DADOS

Serviço itinerante junto aos órgãos públicos é uma forma de facilitar a participação dos servidores no fornecimento de informações como o histórico funcional e a base remuneratória

O atendimento presencial, realizado na sede da Alepa, em Belém, envolveu esclarecimentos sobre renovação do histórico funcional e da base remuneratória dos servidores. Essas informações são fundamentais para o cálculo atuarial, um procedimento técnico adotado pelos Regimes Próprios de Previdência Social para estabelecer os recursos que serão necessários ao pagamento dos benefícios previdenciários.



Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/41230/igeprev-realiza-atendimento-presencial-naalepa-para-atualizacao-de-dados>

IGEPREV REFORÇA ATENDIMENTO NAS CIDADES DO INTERIOR DO PARÁ

Diretoria executiva do órgão previdenciário presta atendimento a segurados de Marabá e região.

Em continuidade às estratégias de descentralização dos serviços, a diretoria executiva do Instituto de Gestão Previdenciária do Pará (Igeprev) começou a percorrer o interior do Estado intensificando o acesso às ações do órgão. O roteiro iniciou por Marabá, na Região de Integração Carajás, com a participação de setores como presidência, procuradoria jurídica, diretorias de previdência, financeira e de proteção social dos militares.



Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/41817/igeprev-reforca-atendimento-nas-cidades-do-interior-do-para>

2.1.3 Programa Governança Pública – Educação Previdenciária

PROJETO DO IGEPPS LEVA EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA SERVIDORES

Objetivo é a preparação para uma aposentaria planejada e bem-sucedida dos colaboradores

“A educação previdenciária é fundamental para que as pessoas compreendam como funcionam os sistemas de segurança social e previdência, ajudando-as a planejar melhor seu futuro financeiro e aposentadoria. Isso também promove uma maior consciência sobre a importância de contribuir com a previdência e tomar decisões informadas sobre opções de investimento”, destaca Luísa Porto, técnica previdenciária do Instituto.



Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/46234/projeto-do-igepps-leva-educacao-previdenciaria-para-servidores>

SERVIDORES DA SEDOP PARTICIPAM DE PALESTRA SOBRE PREVIDÊNCIA ESTADUAL

Iniciativa tem parceria com o IGEPREV e se dispõe a orientar e esclarecer os servidores públicos estaduais sobre questões referentes à aposentadoria

O ‘Papo Previdenciário’ reúne servidores para um bate papo sobre saúde mental no processo de preparação e pós aposentadoria com o intuito de orientar e esclarecer dúvidas sobre as regras para o requerimento do Abono de Permanência e aposentadoria, após a reforma da previdência.



Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/43247/servidores-da-sedop-participam-de-palestra-sobre-previdencia-estadual-em-belem>

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA ORIENTA SERVIDORES DO DETRAN PARA APOSENTADORIAS

Curso de preparação para aposentadoria é uma das ações de educação previdenciária que aproximam o Instituto dos futuros segurados.

"O curso de preparação para aposentadoria é uma das ações de educação previdenciária que aproximam o Instituto de seus futuros segurados, pois tem por objetivo oferecer informações, possibilitar reflexões e auxiliar com ferramentas práticas os servidores estaduais que estão se aproximando desse novo tempo que é a aposentadoria", pontuou Marcella Takeshita, assistente social do IGEPPS.



Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/48635/instituto-de-gestao-previdenciaria-orienta-servidores-do-detran-para-aposentadorias>

SEDUC E IGEPPS PROMOVEM EVENTO COM ORIENTAÇÕES SOBRE PREVIDÊNCIA

Mais de 100 servidores participaram do encontro sobre a preparação para aposentadoria e a atualização das normas previdenciária

"O 'Papo Previdenciário' é uma iniciativa muito importante para informar aos servidores sobre a reforma previdenciária, documentação e as novas regras adotadas. Muitos servidores já estão se preparando para aposentar e outros estão com processos em andamento. E aí vem para cá para ter esse conhecimento, principalmente sobre a nova reforma previdenciária", ressaltou Regina Lúcia dos Santos, coordenadora da Capo/Seduc.



Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/48077/seduc-e-igepps-promovem-evento-com-orientacoes-sobre-previdencia>

IGEPPS REALIZA SEMANA DA PREVIDÊNCIA

O objetivo é fomentar a cultura previdenciária e fortalecer a cidadania. A programação, com vagas limitadas, inclui palestras voltadas a segurados e servidores públicos.

A programação, com vagas limitadas, inclui palestras voltadas a segurados e servidores públicos. Serão três dias de debates, de 4 a 6 de outubro, no auditório da sede do IGEPPS, em Belém. As palestras abordam temáticas desde o gerenciamento e planejamento de finanças pessoais, investimentos, direitos do consumidor, consumo consciente, além de diálogos sobre como se preparar para chegar a uma aposentadoria digna e se manter nela de forma sustentável.



Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/46234/projeto-do-igepps-leva-educacao-previdenciaria-para-servidores>

AMAPÁ CONHECE AÇÕES BEM-SUCEDIDAS DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA E PROTEÇÃO SOCIAL

Técnicos do IGEPPS compartilharam experiências relacionadas à compensação previdenciária, resgate de créditos e evolução tecnológica

Uma reunião na sede do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (IGEPPS), em Belém, estreitou laços entre a autarquia paraense e a fundação responsável pelos benefícios previdenciários dos servidores públicos estaduais do Amapá. O órgão amapaense solicitou a visita de um técnico para conhecer mais de perto a rotina de trabalho no IGEPPS, que atende a mais de 50 mil segurados, sendo considerado referência em gestão e recuperação de recursos públicos por compensação previdenciária.



Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/43247/servidores-da-sedop-participam-de-palestra-sobre-previdencia-estadual-em-belem>

2.1.4 Programa Governança Pública – Capacitação e Valorização de Agentes Públicos

IGEPREV INCENTIVA PROJETO PARA QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES

Servidores são estimulados a fazer atividades esportivas, exames de rotina, a prática do yoga, e tratamentos por aromaterapia e acupuntura.

No projeto integrativo "Você é Capaz", realizado semestralmente, servidores são estimulados a fazer atividades esportivas, exames de rotina, a prática do yoga, e tratamentos por aromaterapia e acupuntura.



Disponível em: <https://www.igepps.pa.gov.br/noticia/igeprev-incentiva-projeto-para-qualidade-de-vida-dos-servidores>

IGEPREV PROMOVE TREINAMENTO SOBRE COMBATE AO ASSÉDIO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A CODP reconhece a importância de oferecer ferramentas e conhecimentos necessários para lidar com situações de assédio, visando à preservação do bem-estar dos servidores e colaboradores.

Entre os dias 3 e 5 de julho, o Instituto de Gestão Previdenciária do Pará (IGEPREV), através da Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CODP), promoveu o treinamento sobre o combate ao assédio na administração pública. O objetivo dessa iniciativa é garantir um ambiente de trabalho saudável.



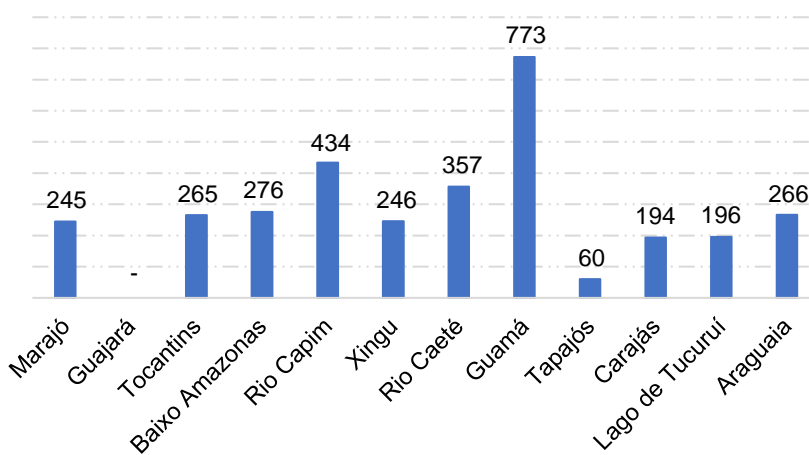
Disponível em: <https://www.igepps.pa.gov.br/noticia/igeprev-promove-treinamento-sobre-combate-ao-assedio-na-administracao-publica>

2.2 O QUE FIZEMOS EM 2023

2.2.1 Previdência Itinerante

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, almejando instituir uma gestão eficiente e presente por toda dimensão territorial do Estado inaugurou, desde fevereiro de 2021, o projeto “Igeprev Itinerante” que visa garantir atendimento digno, acessível e célere aos destinatários de nossos serviços por meio de 03 (três) caminhões-baús. Nesse contexto, do mês de janeiro ao mês de dezembro de 2023 essa iniciativa de descentralização dos atendimentos totalizou um montante de 3.312 mil (três mil e trezentos e doze) atendimentos aos beneficiários e cidadãos em 11 (onze) regiões de integração do Estado, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 1: Atendimentos do IGEPPS Itinerante - 2023.



Fonte: IGEPPS.

Assim, o projeto “Igeprev Itinerante” percorreu 58 (cinquenta e oito) municípios, os quais correspondem ao montante percentual de 40% do total dos municípios paraense, sendo eles: Salvaterra e Soure (Região Marajó); Acará, Baião, Igarapé Miri e Tailândia (Região Tocantins); Alenquer, Belterra, Juriti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná (Região Baixo Amazonas); Abel Figueiredo, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Ipixuna do Pará, Mãe do Rio, Rondon do Pará, Tomé Açu e Ulianópolis (Região Rio Capim); Altamira, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu (Região Xingu); Bragança, Primavera, Salinópolis e São João de Pirabas (Região Rio Caeté); Curuçá, Marapanim, Santa Maria do Pará, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São Miguel do Guamá, Terra Alta e Vigia (Região Guamá); Rurópolis (Região Tapajós); Bom

Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Curionópolis, Parauapebas, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia (Carajás); Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí (Região Lago de Tucuruí); Conceição do Araguaia, Redenção, Rio Maria e Xinguara (Região Araguaia).

Destaca-se, em 2023, a forte colaboração dos servidores da Diretoria de Proteção Social Militar – DIPSM, a qual possibilitou finalizarmos o ano com mais de 300 (trezentos) atendimentos especializados em 53 (cinquenta e três) municípios.

2.2.2 Educação Previdenciária

No ano de 2023, o IGEPPS empenhou-se em expandir significativamente as ações de Educação Previdenciária abrangendo as mais diversas regiões de integração do Pará, de maneira tanto presencial quanto *online*, bem como as temáticas lançadas nas ações que envolveram assuntos relativos à benefícios, arrecadação previdenciária bem como ações relacionadas à melhoria da qualidade de vida dos segurados do RPPS, como a promoção da saúde, educação financeira, planejamento e transição para a aposentadoria, vida durante a aposentadoria e envelhecimento ativo.

Os resultados obtidos ao longo do ano são motivo de celebração. Registramos um aumento notável na participação dos segurados em 2023, eis que o total de 1.067 (mil e sessenta e sete) pessoas capacitadas representou um aumento de 212% (duzentos e doze) em relação ao ano anterior, isto corroborado ao *feedback* positivo dos participantes e pela adesão crescente às nossas iniciativas e convites para realização de eventos nos órgãos do Estado.

A importância do trabalho do IGEPPS na temática da Educação Previdenciária foi traduzida através da Lei Estadual nº 10.051, de 11 de setembro de 2023 que instituiu a Semana Estadual de Conscientização sobre Educação Financeira e Previdenciária, evento que contou com 213 (duzentos e treze) inscritos para três dias de evento tendo como temas abordados: educação financeira, fontes de receita do RPPS, planejamento previdenciário, previdência complementar e preparação para aposentadoria além de contar com a presença do Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, no encerramento do evento.

Ademais, o programa Papo Previdenciário existente desde 2021 vem se mostrando exitoso em sua execução e, portanto, teve continuidade no ano de 2023 levando aos segurados informações acerca de aposentadoria, abono de permanência, preparação para aposentadoria, além de promover a divulgação da Cartilha Previdenciária. Os eventos ocorreram nas agências do IGEPPS em Altamira, Santarém, Marabá e Castanhal. Além dos mais variados órgãos da capital, contando com a presença de servidores de diversas áreas como educação, segurança pública e saúde, como a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP), Secretaria de Estado de

Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), Secretária de Estado de Educação (SEDUC).

Figura 1: Papo Previdenciário nos órgãos em Belém.



Fonte: IGEPPS.

Realizamos também o Seminário sobre “Benefícios Previdenciários e Instrução do Processo de Aposentadoria” voltado especificamente aos servidores da Secretária de Estado de Educação (SEDUC) que representam quantidade significativa de servidores abrangidos pelo RPPS, razão pela qual o evento ocorreu na modalidade *online* no intuito de alcançar professores e servidores da educação de todo o Estado do Pará.

Figura 2: Divulgação do Seminário sobre Aposentadoria.



Fonte: IGEPPS.

Tanto os seminários quanto o Papo Previdenciário possuem participação ativa dos servidores lotados nos setores de Recursos Humanos e que são responsáveis pela instrução

de processos de aposentadoria e a sua participação apresenta um reflexo direto na melhoria da instrução dos processos de aposentadoria e abono de permanência.

Ainda nas ações de diálogo com os segurados, o IGEPPS promoveu o 3º Curso de Preparação para Aposentadoria, contando com 28 segurados lotados no Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), sendo realizado de forma presencial, com duração de três dias e teve como conteúdos abordados: desafios e oportunidades na transição para aposentadoria; aspectos emocionais e cognitivos na educação financeira; e reflexões e ferramentas para reconstrução do projeto de vida.

Figura 3: 3º Curso de Preparação para Aposentadoria com servidores do DETRAN/PA.



Fonte: IGEPPS.

O projeto teve início no ano de 2020, sob a coordenação da equipe técnica do Núcleo de Atenção Psicossocial, nas modalidades presencial e virtual, visando promover o planejamento da qualidade de vida durante a aposentadoria. Em 2023, os ciclos de formação foram retomados, possibilitando a discussão dos temas através de dinâmicas grupais e exposição dialogada, que buscam favorecer a troca de experiências entre os participantes e desenvolver as habilidades necessárias para a implementação e manutenção de hábitos que atendam às necessidades dessa nova fase de vida.

A fim de abarcar também os pensionistas do Instituto, foi realizado o projeto piloto da “Orientação Profissional para Jovens Pensionistas” que teve a participação de 03 (três) pensionistas inscritos de forma espontânea e durante 03 (três) dias obtiveram informações sobre inserção no mercado de trabalho, especialmente no que se refere ao desenvolvimento

de habilidades socioemocionais, facilitando o processo de escolha profissional e de carreira. Objetiva-se tornar a ação contínua na programação de educação previdenciária do órgão ampliando a divulgação e contato com o público-alvo.

Quanto ao diálogo com a sociedade, o IGEPPS promoveu a roda de conversa “A atuação da Psicologia na Previdência” com 29 (vinte e nove) estudantes da graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). O evento, coordenado pela equipe de psicologia do Núcleo de Atenção Psicossocial do IGEPPS, discutiu os desafios e possibilidades relacionados ao trabalho do psicólogo no atendimento às demandas psicossociais do público atendido pelo Instituto, bem como, debateu-se os temas envelhecimento ativo, saúde mental do trabalhador e reforma da previdência, trazendo debate sobre a previdência sob uma perspectiva multidisciplinar.

Figura 4: Roda de conversa sobre atuação da Psicologia na Previdência na UFPA.



Fonte: IGEPPS.

Na temática da arrecadação previdenciária, foi realizado o projeto do “Alinhamento Técnico Arrecadação RPPS por Todo o Pará”, que teve como objetivo transmitir aos servidores das prefeituras municipais do Estado, especialmente para os setores de Recursos Humanos (RH) e setores financeiros, alíquota e a base de contribuição, assim como foi esclarecido a respeito dos fundos previdenciários do Estado do Pará. Na oportunidade, os participantes tiveram acesso aos procedimentos envolvendo a cessão, licença sem vencimentos e afastamento para exercício de mandato eletivo dos servidores efetivos do Estado, indicando, mediante exemplos práticos, a devida e correta forma de recolhimentos das contribuições além das consequências sobre não recolhimento.

Foram realizados 06 (seis) encontros em 2023, contando com a participação de mais de 200 (duzentos) servidores de variados municípios do Estado do Pará com encontros ocorrendo de forma presencial nas agências do IGEPPS. Ademais, a ação teve recepção positiva por parte dos participantes e com isso, a expectativa é um incremento na arrecadação do Estado através de recolhimento de contribuição com destino ao Fundo Previdenciário Estadual e com a base previdenciária correta.

Figura 5: Palestra sobre Arrecadação Previdenciária.



Fonte: IGEPPS.

Ante o exposto, o IGEPPS em 2023 realizou ações para fortalecer a educação do segurado e da sociedade na qual está inserido a fim de promover um gradativo acultramento dos servidores acerca da previdência social como política pública necessária ao desenvolvimento sustentável do RPPS/PA.

2.2.3 Capacitação de Agentes Públicos

De janeiro a dezembro de 2023 foram capacitados 259 (duzentos e cinquenta e nove) servidores em que a Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas – CODP em parceria com a Diretoria de Administração e Finanças – DAFIN e o Gabinete da Presidência priorizaram também a Qualificação e Capacitação Profissional do quadro de servidores do órgão. Como resultado das capacitações, o Instituto entrega à sociedade servidores cada vez mais preparados a exercer suas funções, tendo o incentivo direto da organização institucional, a qual investe na preparação de seus funcionários, objetivando o melhor atendimento e prestação de serviços.

Tabela 1: Quantitativo dos Servidores Capacitados e relação de Cursos ofertados – 2023.

Total de Servidores Capacitados	Descrição dos Cursos
59	“Curso Prático Para Aplicação da NLLC - Lei nº 14.133/2021”, “Curso de ESG: Sustentabilidade e Negócios”, “Congresso Nacional de Liderança e Governança em Licitações e Contratos”.
5	Curso Chief Financial Officer – CFO (Módulo II), PERÍCIA E Investigação Forense Digital, 15º Curso De Tesouro Gerencial Avançado e Curso De Execução Orçamentária, Financeira e Contábil De Forma Integra- na Administração Pública.
34	1º Congresso Brasileiro de Mulheres no RPPS, 18º Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública - XVIII FBCGP, Workshop – 2023, Concessão de Benefícios com foco na Reforma Previdenciária, Gestão Estratégica do Departamento Jurídico, I Simpósio de Direito Previdenciário da Região Norte, Private Equity e Venture Capital, Gestão Estratégica do Departamento Jurídico.
4	56º Congresso Nacional da ABIPEM e 38º Congresso Brasileiro de Treinamento e Desenvolvimento.
122	Treinamento sobre combate ao assédio na Administração Pública e Planejamento das Contratações com Enfoque na Elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR) e Certificação CPP-C Compliance Público.
18	Curso de Certificação CPP-C Compliance Público.
3	Curso de Certificação e 37º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo.
18	Curso Novos Rumos da Previdência Social no Estado do Pará, Congresso LicitaWeek, 4ª Semana Nacional sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos - Lei nº 14.133/2021 e Gestão Integrada de Almoxarifado e Patrimônio Público.
6	Curso Novos Rumos da Previdência Social no Estado do Pará.

Fonte: IGEPPS.

A ação estratégica do IGEPPS com referência na capacitação com Certificação Profissional supramencionada fortalece a imagem institucional e engaja todos os servidores na missão de aperfeiçoar o serviço previdenciário ofertado tornando-o, mas célere, eficiente e íntegro, além de evidenciar o compromisso da atual gestão com ética, legalidade e transferência na sua atuação.

2.3 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO

O IGEPPS está presente em 03 (três) programas no Plano Plurianual (PPA) 2020-2023: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, Governança Pública e Manutenção da Gestão, totalizando 14 (quatorze) ações no exercício de 2023.

Tabela 2: Programas e Ações do PPA 2020-2023 – Exercício de 2023.

Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos		
Objetivo	Ação	Produto
Promover os direitos humanos	Implementação da Estação Cidadania	Pessoa atendida
Programa Governança Pública		
Objetivo	Ação	Produto
Ampliar a Atuação do RPPS	Previdência Itinerante	Beneficiário Atendido
	Educação Previdenciária	Pessoa Capacitada
	Gestão Previdenciária	Ação Executada
Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas	Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado
Promover a Gestão Regionalizada	Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada
Prover a Governabilidade do Poder Executivo	Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado
	Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado
	Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada
Programa Manutenção da Gestão		
Objetivo	Ação	Produto
Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	Unidade Abastecida
	Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado
	Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado
	Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido
	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado

Fonte: PPA 2020-2023/SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

Quando analisada a execução orçamentária/financeira dos Programas no período de janeiro a dezembro de 2023, o valor total gasto foi de R\$ 212.711.923,37 (duzentos e doze milhões e setecentos e onze mil e novecentos e vinte e três reais e trinta e sete centavos).

Tabela 3: Execução orçamentária/financeira – por programa – Exercício de 2023.

Execução Orçamentária/Financeira (R\$)				
Programas	2023			
	Dotação Inicial	Dotação Real ¹	Despesa Realizada	(%)
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	150.000,00	-	-	-
Governança Pública	94.850.000,00	120.276.227,00	107.004.563,67	89,0
Manutenção da Gestão	117.000.000,00	114.091.005,72	105.707.359,70	92,7
Total	212.000.000,00	234.367.232,72	212.711.923,37	90,8

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

No Programa Governança Pública foi utilizado o valor de R\$ 107.004.563,67 (cento e sete milhões e quatro mil e quinhentos e sessenta e três reais e sessenta e sete centavos), representando 89% da dotação real do Programa em 2023.

No Programa Manutenção da Gestão, foi utilizado o valor de R\$ 105.707.359,70 (cento e cinco milhões e setecentos e sete mil e trezentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos) representando 92,70% da dotação real do Programa em 2023, viabilizando a gestão administrativa do Instituto.

No Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos o IGEPPS realizou o destaque orçamentário e financeiro à Secretaria e Planejamento e Administração (Seplad) no valor anual de R\$ 134.541,96 (cento e trinta e quatro mil e quinhentos e quarenta e um reais e noventa e seis centavos).

Em relação a análise por grupo de despesa, destaca-se que o Grupo de Outras Despesas Correntes (ODC) representou o maior valor de gastos no exercício, seguido do grupo de pessoal e investimentos. Destaca-se que a fonte utilizada é a da taxa de administração do RPPS, exceto para os pagamentos de processos de auxílio funeral que são custeados pela fonte do Tesouro Estadual, sendo demonstrado na linha “ODC – Tesouro Estadual, conforme tabela abaixo:

¹ (*) Dot. Real = Dot. Inicial + Suplementação - Redução.

Tabela 4: Execução orçamentária/financeira – por Grupo de Despesa – Exercício de 2023.

Execução Orçamentária/Financeira (R\$) - Por Grupo de despesa				
Programas	2023			
	Dotação Inicial	Dotação Atual ²	Despesa Realizada	(%)
Pessoal	45.000.000,00	31.340.550,00	29.521.108,30	94,2
ODC	145.000.000,00	170.782.948,12	157.998.195,42	92,5
ODC Tesouro Estadual	2.000.000,00	1.734.284,60	1.542.505,27	88,9
Investimentos	20.000.000,00	30.509.450,00	23.650.114,38	77,5
Total	212.000.000,00	234.367.232,72	212.711.923,37	90,8

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

2.3.1 Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos

O Instituto, no ano de 2023, se fez presente em 03 (três) Estações Cidâneas na Região Guajará, sendo duas no município de Belém: Shopping Bosque Grão Pará e Shopping Pátio Belém; e uma no município de Ananindeua: Shopping Metrópole Ananindeua; oferecendo os seguintes serviços: abono de permanência, aposentadoria, atualização cadastral, auxílio funeral, certidão negativa, comunicação de óbito, continuidade de pensão, cópias de processos, Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), declaração de recebimento de benefício previdenciário, emissão de contracheque, inclusão de dependentes, inclusão no rateio de pensão, isenção de imposto de renda, liberação de crédito, pensão por morte, pensão alimentícia, portaria, reativação de benefício, reforma, reserva, restituição de contribuição previdenciária, retificação de DIRF, reversão ao serviço ativo, revisão de aposentadoria, revisão de pensão, revisão de reserva ou reforma e vantagens pecuniárias, emissão de cédula C, e dentre outros, a emissão de contracheque.

Por sua vez, na tabela abaixo é possível observar as ações, produto, execução física e orçamentária/financeira do objetivo:

Tabela 5: Execução orçamentária/financeira - Exercício de 2023.

Região de Integração	Ação: Implementação da Estação Cidadania			
	Produto: Pessoa Atendida			
	Município	Execução Física (Un)		
		Meta Prevista	Meta Realizada	(%)
Guajará	Belém	3.000	4.286	142,87
	Ananindeua	1.500	1.516	101,07

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

² (*) Dotação Atual. = Dotação Inicial - Valor Contido / Bloqueado + Suplementação - Redução.

No período de janeiro a dezembro de 2023 foram realizados 4.500 (quatro mil e quinhentos) atendimentos nas estações cidadanias, com alcance de 129% da meta prevista, de acordo com a tabela acima, sendo 4.286 nas estações cidadanias localizadas no município de Belém (Shoppings Pátio Belém e Grão Pará) e 1.516 em Ananindeua, no shopping Metrópole. Os serviços mais demandados foram: a emissão de contracheques (2.134), outros (1.585), e consulta de processos (612).

Considerando que a ação de implementação da Estação Cidadania é gerida pela Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD, a participação do IGEPPS se deu por meio da assinatura do termo de Cooperação Técnica nº 01/2022, a qual resultou no destaque orçamentário e financeiro no importe de R\$ 134.541,96 (cento e trinta e quatro mil e quinhentos e quarenta e um reais e noventa e seis centavos) no ano de 2023 àquela Secretaria.

Dentro desta ação o IGEPPS contribui para o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - 10, que diz respeito à redução das desigualdades, sobretudo no tocante a meta 10.2 e 10.3, pois o Instituto quando oferta os serviços previdenciários na estação cidadania promove a descentralização do atendimento, permitindo os seus segurados, beneficiários e sociedade em geral acesso aos serviços, garantindo a igualdade de oportunidades.

2.3.2 Programa Governança Pública

O PPA 2020-2023, instituído pela Lei nº 8.966 de 30 de dezembro de 2019, no art. 4º tem como principais diretrizes: I – sociedade de direitos; II – crescimento inteligente; III – trabalho com responsabilidade e IV- gestão pública eficiente. Nesse sentido, o IGEPPS alinhou ações no programa temático Governança Pública, objetivando contribuir para uma gestão pública eficiente, evidenciando a necessidade de fortalecer a gestão previdenciária do Estado do Pará, por meio das boas práticas de gestão.

No programa Governança Pública este Instituto possui 08 (oito) ações, sejam elas: Educação Previdenciária, Gestão Previdenciária, Previdência Itinerante, Capacitação de Agentes Públicos, Publicidade das Ações de Governo, Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais, Edição e Publicação de Atos da Administração Pública e Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação. Nesse contexto, abaixo serão expostos detalhadamente os objetivos e as ações que os compõe, bem como, as respectivas execuções orçamentárias e financeiras até dezembro de 2023.

Objetivo: Ampliar a atuação do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) – Educação Previdenciária.

Este objetivo visa a ampliação da atuação do RPPS de forma a torná-lo cada vez mais

seguro, transparente, fomentando as boas práticas de gestão para o fortalecimento da governança e da gestão do RPPS, atuando diretamente na Missão e na Visão institucional e subsidiando ações de educação previdenciária que permitam consolidar a Previdência Social como política de Estado por meio da formação e informação dos diversos atores envolvidos na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual.

A meta de cumprimento da ação específica sobre Educação Previdenciária, inicialmente foi alçada como concentrada na Região Guajará. Contudo, a partir do ano de 2022, com a regionalização por meio das Agências Regionais a ação passou a alcançar também os beneficiários e segurados de outros municípios. Assim, na tabela abaixo é possível observar a ação, produto, execução física e orçamentário-financeira do objetivo.

Tabela 6: Execução orçamentária/financeira - Exercício de 2023.

Ação: Educação Previdenciária								
Produto: Pessoa Capacitada								
Região de Integração	Município	Execução Física (Un)			Execução Orçamentária/Financeira (R\$)			
		Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	%
Guajará	Belém	500	845	169	500.000,00	15.000,00	8.809,42	58,73
Guamá	Castanhal		39	-				
Baixo Amazonas	Santarém		59	-				
Carajás	Marabá		46	-				
Xingu	Altamira		78	-				

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

A educação previdenciária tem como produto a pessoa capacitada e diz respeito ao conjunto de ações de qualificação, treinamento e formação específica ofertadas aos servidores públicos do RPPS, segurados e beneficiários em geral, gestores e conselheiros e aos diferentes profissionais que se relacionam ou prestam serviços ao Instituto (Manual do Pró-Gestão, 2023).

No período de janeiro a dezembro de 2023, foram capacitados 845 (oitocentos e quarenta e cinco) segurados e beneficiários na Região Guajará, no município de Belém, representando 169% da meta planejada. Nos demais municípios foram capacitadas 222 (duzentos e vinte e duas) pessoas nas ações de educação previdenciária.

Outrossim, o IGEPPS empenhou-se em expandir significativamente as ações de Educação Previdenciária abrangendo as mais diversas Regiões de Integração do Pará, de maneira tanto presencial quanto online, bem como as temáticas lançadas nas ações que envolveram assuntos relativos à benefícios, arrecadação previdenciária. Também ações relacionadas à melhoria da qualidade de vida dos segurados do RPPS, como a promoção da

saúde, educação financeira, planejamento e transição para a aposentadoria, vida durante a aposentadoria e envelhecimento ativo.

O programa “Papo Previdenciário” existente desde 2021 se mostrou exitoso em sua execução e, portanto, teve continuidade no ano de 2023 levando aos segurados informações acerca de aposentadoria, abono de permanência, preparação para aposentadoria, além de promover a divulgação da Cartilha Previdenciária, atingindo a região Guajará e o público-alvo das agências regionais em outros municípios paraenses.

Ainda, houve a implantação da Semana Estadual de Conscientização sobre Educação Financeira e Previdenciária³, evento que abordou os seguintes temas: educação financeira, fontes de receita do RPPS, planejamento previdenciário, previdência complementar e preparação para aposentadoria além de contar com a presença do Ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, no encerramento do evento.

Houve também o Seminário na modalidade online sobre “Benefícios Previdenciários e Instrução do Processo de Aposentadoria” voltado especificamente aos servidores da Secretária de Estado de Educação (Seduc), bem como o 3º Curso de Preparação para Aposentadoria, lotados no Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN).

Ainda em 2023, no âmbito da Arrecadação Previdenciária, foi realizado o projeto do “Alinhamento Técnico Arrecadação RPPS por Todo o Pará”, que teve como objetivo transmitir aos servidores das prefeituras municipais do Estado, especialmente para os setores de Recursos Humanos (RH) e setores financeiros, alíquota e a base de contribuição, assim como foi esclarecido a respeito dos fundos previdenciários do Estado do Pará. Na oportunidade, os participantes tiveram acesso aos procedimentos envolvendo a cessão, licença sem vencimentos e afastamento para exercício de mandato eletivo dos servidores efetivos do Estado, indicando, mediante exemplos práticos, a devida e correta forma de recolhimentos das contribuições além das consequências sobre não recolhimento.

Quanto à execução orçamentário/financeira, o valor total gasto foi R\$ 8.809,42 (oito mil e oitocentos e nove reais e quarenta e dois centavos), referente ao deslocamento de servidores para subsidiar o desenvolvimento das ações nos municípios de Santarém, Altamira, Marabá e Castanhal. Vale ressaltar que a ação para Região do Guajará, não apresentou movimentação financeira, pois as ações foram realizadas em parcerias com órgãos da Administração Pública, assim como parte delas também foi executada com a infraestrutura já existente e por servidores do Instituto.

Dentro dessa ação o IGEPPS contribui ao ODS 10 – Educação de qualidade, impactando ao alcance da meta 4.4, pois ao difundir o conhecimento sobre as mudanças

³ Lei Estadual nº 10.051, de 11 de setembro de 2023 que instituiu a Semana Estadual de Conscientização sobre Educação Financeira e Previdenciária.

legislativas e instrução processual formam-se servidores (jovens e adultos) com maiores competências técnicas e profissionais tanto para a instrução processual quanto para se tornarem disseminadores de conhecimento sobre a matéria previdenciária, promovendo além do aumento na qualidade do serviço público, oportunidades de aprendizado para os segurados, beneficiários e sociedade em geral.

Objetivo: Ampliar a atuação do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) - Por região de integração – Gestão Previdenciária.

A ação de Gestão Previdenciária tem como produto ação executada e o Instituto almeja a partir dos seus resultados de gestão cumprir a sua missão Institucional,garantindo com equilíbrio e sustentabilidade a concessão e a manutenção dos benefícios previdenciários, além de perquirir de forma continuada os melhores padrões de desempenho e produtividade. Na tabela abaixo é possível observar as ações, produto, execução física e orçamentária/financeira.

Tabela 7: Execução orçamentária/financeira - Exercício de 2023.

Ação: Gestão Previdenciária								
Produto: Ação Realizada								
Região de Integração	Município	Execução Física (Un)			Execução Orçamentária/Financeira (R\$)			
		Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	%
Guajará	Belém	2	2	100	2.000.000,00	1.900.000,00	1.510.219,90	79,49

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

No período de janeiro a dezembro de 2023, foram realizadas 02 (duas) ações de gestão previdenciária. Dentro dessa ação, destaca-se a; ações de diligências sociais que tem por objetivo esclarecer eventuais contradições detectadas na análise administrativa ou de processo judicial, e a ação Diretoria Executiva Itinerante, que teve como objetivo fortalecer as ações de atendimento nas agências Regionais do Instituto. A ação foi realizada no município de Marabá, na agência Regional, que atende a Região Carajás, a ação contou com a participação de servidores da área militar, diretoria de previdência, procuradoria jurídica, gabinete de presidência e diretoria de administração e finanças.

Ainda, foi realizada a contratação da empresa para prestação de serviço referente ao censo previdenciário para aprimoramento da gestão previdenciária de dados cadastrais, funcionais e financeiros dos servidores públicos municipais ativos, inativos, pensionistas e dependentes, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Estado do Pará, em atendimento à legislação Federal e Municipal que trata de Regime Próprio de Previdência Social. O cronograma de planejamento e etapas internas iniciou-se em 2023, porém o efetivo recadastramento iniciou-se em janeiro de 2024.

Quanto à execução orçamentária/financeira o gasto total da ação foi de R\$ 1.510.219,90 (um milhão e quinhentos e dez mil e duzentos e dezenove reais e noventa centavos), representando 79,49% do total previsto para a ação, conforme tabela acima.

Objetivo: Ampliar a atuação do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) - por Região de Integração – Previdência Itinerante

A ação Previdência Itinerante tem como produto beneficiário atendido e visa ampliar o acesso aos serviços essenciais relacionados à previdência estadual. A ação surge dentro do Plano de Expansão Institucional, objetivado atender as necessidades do IGEPPS, por meio da ampliação do atendimento do RPPS e a sociedade em geral com os postos itinerantes, estruturados em caminhões baús, devidamente ambientados e equipados, que se deslocam por vários municípios paraenses.

Na tabela abaixo é possível observar as ações, produto, execução física e orçamentária/financeira:

Tabela 8: Execução orçamentária/financeira - Exercício de 2023.

Região de Integração	Ação: Previdência Itinerante						
	Produto: Beneficiário Atendido						
	Municípios	Meta prevista	Meta Realizada	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	%
Araguaia Baixo Amazonas	Conceição do Araguaia	190	108	25.000,00	290.000,00	247.489,93	85,34
	Floresta do Araguaia	30	-	5.000,00			
	Redenção	100	66	10.000,00			
	Rio Maria		29				
	Xinguara	130	63	10.000,00			
	Alenquer	100	52	10.000,00			
	Belterra	-	50	-			
	Juriti	-	41	-			
	Monte Alegre	90	77	9.000,00			
	Óbidos	50	28	10.000,00			
	Oriximiná	60	28	35.000,00			
	Santarém	1.000	-	130.000,00			
Rio Caeté	Bragança	80	201	8.000,00			
	Capanema	150	-	15.000,00			
	Primavera	-	9	-			
	Salinópolis	-	125	-			
	São João de Pirabas	-	22	-			

Região de Integração	Ação: Previdência Itinerante						
	Produto: Beneficiário Atendido						
	Municípios	Meta prevista	Meta Realizada	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	%
Carajás	Bom Jesus do Tocantins	-	49	-	290.000,00	247.489,93	85,34
	Brejo Grande do Araguaia	-	22	-			
	Canaã dos Carajás	-	25	-			
	Curionópolis	-	47	-			
	Marabá	400	-	89.500,00			
	Parauapebas	120	29	15.000,00			
	São Domingos do Araguaia	180	0	25.000,00			
	São Geraldo do Araguaia	-	13	-			
	São João do Araguaia	80	9	10.000,00			
Tocantins	Acará	-	57	-			
	Baião	-	62	-			
	Barcarena	30	0	5.000,00			
	Cametá	60	0	10.000,00			
	Igarapé Miri	-	109	-			
	Tailândia	-	37	-			

Região de Integração	Ação: Previdência Itinerante						
	Produto: Beneficiário atendido						
	Municípios	Meta prevista	Meta Realizada	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	%
Guamá	Curuçá	110	337	11.000,00	290.000,00	247.489,93	85,34
	Igarapé-Açu	100	0	10.000,00			
	Marapanim	120	109	12.000,00			
	Santa Maria do Pará	-	32	-			
	São Domingos do Capim	-	42	-			
	São Francisco do Pará	-	44	-			
	São Miguel do Guamá	-	133	-			
	Terra Alta	60	15	5.000,00			
	Vigia	100	61	10.000,00			
Lago de Tucuruí	Breu Branco	-	25	-			
	Goianésia do Pará	-	21	-			
	Itupiranga	100	46	10.000,00			
	Nova Ipixuna	-	16	-			
	Novo Repartimento	70	14	7.000,00			
	Tucuruí	50	74	10.000,00			
Marajó	Salvaterra	-	147	-			
	Soure	-	98	-			

Região de Integração	Ação: Previdência Itinerante						
	Produto: Beneficiário Atendido						
	Municípios	Meta prevista	Meta Realizada	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	%
Rio Capim	Abel Figueiredo	-	43	-	290.000,00	247.489,93	85,34
	Capitão Poço	-	13	-			
	Concordia do Pará	-	75	-			
	Dom Eliseu	-	57	-			
	Ipixuna do Pará	-	28	-			
	Mãe do Rio	-	82	-			
	Rondon do Pará	-	66	-			
	Tomé Açu	-	64	-			
	Ulianópolis	-	6	-			
Tapajós	Itaituba	30	-	3.000,00			
	Rurópolis	-	60	-			
Xingu	Pacajá	5	11	500,00			
	Altamira	-	32	-			
	Medicilândia	-	64	-			
	Placas	-	34	-			
	Porto de Moz	-	11	-			
	Senador José Porfírio	-	20	-			
	Uruará	-	37	-			
	Vitória do Xingu	-	37	-			
TOTAL					3.312	500.000,00	

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

No período de janeiro a dezembro de 2023 foram realizados 3.312 (três mil e trezentos e doze) atendimentos nas unidades móveis, percorrendo 68 (sessenta e oito) municípios, em 11 (onze) regiões de Integração, sendo o maior quantitativo na Região Guamá, que totalizou 773 (setecentos e setenta e três) atendimentos, seguido da região do Rio Capim, com 434 (quatrocentos e trinta e quatro).

Quanto à execução orçamentária/financeira, o valor total gasto foi R\$ 247.489,93 (duzentos e quarenta e sete mil e quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e três centavos), representando 85,34% do total previsto para ação no exercício de 2023.

Destaca-se que a despesa realizada é, sobretudo, relacionada às diárias de servidores (civil e militar), pois em período anterior ao cronograma estabelecido, há o deslocamento de servidores para viabilizar a logística para as unidades móveis nos municípios previstos, bem como durante o atendimento, quando necessário. Outro tipo de despesa nessa ação são os suprimentos de fundos, utilizado para materiais de consumo, locomoção e transporte.

A ação de educação previdenciária e previdência itinerante contribuem ao ODS 10 e sua meta 10.4, pois as ações de gestão visando ao alcance da missão institucional assegurando projetos que permitem ampliação do acesso aos serviços previdenciários, , difusão de conhecimento, fomento da responsabilidade corporativa garantem maior acesso do IGEPPS aos segurados, beneficiários e sociedade em geral, garantindo gradativamente que se reduzam as desigualdades no âmbito da proteção social, como preconiza a referida meta ODS

Objetivo: Aprimorar o desenvolvimento de pessoas.

Neste objetivo o IGEPPS tem como ação a Capacitação de Agentes Públicos, cujo produto é agente capacitado, com atuação voltada para a Região Guajará. Esta ação permite ao IGEPPS capacitar seus servidores e conselheiros. Na tabela abaixo é possível observar a ação, produto, execução física e orçamentária/financeira.

Tabela 8: Execução orçamentária/financeira - Exercício de 2023.

Ação: Capacitação de Agentes Públicos						
Produto: Agente Capacitado						
Execução Física (Un)			Execução Orçamentária/Financeira (R\$)			
Meta Prevista	Meta Realizada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%)
181	259	143	3.000.000,00	2.489.632,00	2.223.839,14	89,32

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

No período de janeiro a dezembro 2023, foram capacitados 259 (duzentos e cinquenta) servidores, ultrapassando a meta prevista de 181 (cento e oitenta e um), conforme tabela acima. Destaca-se que com a certificação do Pró-gestão nível II, o instituto passou a ter maior demanda de capacitações, em virtude da necessidade constante de qualificação do RPPS, por meio do Plano Anual de capacitação.

Destacam-se no período supracitado os cursos de Compliance Público Profissional (Certificação CPP-C), Curso Prático Para Aplicação da NLLC - Lei nº 14.133/2021, Congresso Nacional de Liderança e Governança em Licitações e Contratos, Workshop – 2023, Concessão de Benefícios com foco na Reforma Previdenciária, Gestão Estratégica do Departamento Jurídico, I Simpósio de Direito Previdenciário da Região Norte, Private Equity e Venture Capital, Gestão Estratégica do Departamento Jurídico, Treinamento sobre combate ao assédio na Administração Pública e Planejamento das Contratações com Enfoque na Elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR), dentre outros.

Ressalta-se que o quantitativo de agentes capacitados aqui citado, refere-se ao indicado no Manual de monitoramento do SigPLAN, que indica o registro da quantidade de servidores capacitados apenas uma única vez, não podendo ser computado novamente o mesmo servidor, ainda que tenha participado de mais cursos ou eventos no exercício em referência.

Quanto à execução orçamentária/financeira o valor total gasto foi de R\$2.223.839,14 (dois milhões e duzentos e vinte e três mil e oitocentos e trinta e nove reais e quatorze centavos) representando 89,32% do total previsto para a ação, como demonstrado na tabela acima.

Objetivo: Promover a gestão regionalizada.

Neste objetivo o IGEPPS tem como ação a Publicidade das Ações de Governo, cujo produto é campanha realizada e sua atuação está voltada para a Região Guajará. Na tabela abaixo é possível observar as ações, produto, execução física e orçamentária/financeira.

Tabela 9: Execução orçamentária/financeira - Exercício de 2023.

Ação: Publicidade das Ações de Governo						
Produto: Campanha Realizada						
Execução Física (Un)			Execução Orçamentária/Financeira (R\$)			
Meta Prevista	Meta Realizada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%)
200	0	0	7.000.000,00	885.000,00	885.000,00	100

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

No período de janeiro a dezembro de 2023, não foram realizadas ações de publicidades das ações de governo. Para dar publicidade nas ações do Instituto em jornais de grande circulação, o IGEPPS deu continuidade ao Termo de Descentralização nº 01/2022, com a Secretaria de Comunicação – Secom, para que fosse possível a publicação de atos oficiais do IGEPPS em jornais impressos diários de grande circulação do Estado do Pará.

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo.

Neste objetivo o IGEPPS tem como ações a Edição e Publicação de Atos da Administração Pública, cujo produto é ato publicado e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação, com o produto serviço realizado. Sua atuação está voltada para a Região Guajará. Nas tabelas abaixo é possível observar as ações, produto, execução física e orçamentária/financeira.

Tabela 10: Execução orçamentária/financeira - Exercício de 2023.

Ação: Edição e Publicação de Atos da Administração Pública						
Produto: Ato Publicado						
Execução Física (Un)			Execução Orçamentária/Financeira (R\$)			
Meta Prevista	Meta Realizada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%)
5.000	6.365	127	850.000,00	475.000,00	445.272,80	93,74

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

Por meio da ação de edição e publicação de atos da Administração Pública, o IGEPPS torna público todos seus atos para a sociedade, em observância aos dispositivos legais na Lei de Acesso à Informação n.º 12.527/2011, que estabelece: observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; a divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitação; a utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; o fomento a uma cultura de transparência e o desenvolvimento do controle social.

No período de janeiro a dezembro de 2023, foram realizadas 6.365 (seis mil e trezentos e sessenta e cinco) publicações no Diário Oficial do Estado, ultrapassando a meta prevista de 5.000 (cinco mil). Quanto à execução orçamentária/financeira o valor total gasto foi de R\$ 445.272,80 (quatrocentos e quarenta e cinco mil e duzentos e setenta e dois reais e oitenta centavos), representando 93,74% do total previsto para a ação, conforme demonstrado na tabela acima.

Tabela 11: Execução orçamentária/financeira - Exercício de 2023.

Ação: Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação						
Produto: Serviço Realizado						
Execução Física (Un)			Execução Orçamentária/Financeira (R\$)			
Meta Prevista	Meta Realizada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%)
34	39	115	72.000.000,00	85.200.868,00	79.100.442,59	92,84

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

Em relação à ação de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação dentre os serviços prestados destacam-se: aquisição e implantação do sistema de reconhecimento facial, e solução de *ciber* segurança e Inteligência Artificial; melhoramento dos atendimentos com a implantação da Central de Atendimento de suporte de T.I.; implantação do Sistema de Gestão de Contrato com objetivo principal de agilizar o fornecimento de informações sobre a situação dos contratos com os fornecedores, seu gerenciamento e acompanhamento; implantação do Sistema de Gestão de Ouvidoria projetada para possibilitar à organização, a cultura de escuta ativa de forma eficiente em todos os aspectos do ciclo da Ouvidoria, desde a abertura da reclamação, sugestão ou melhoria, até o momento de feedback aos usuários demandantes. Implantação em seus processos do fluxo de gerenciamento de ouvidoria, para atendimento interno; implantação do Sistema de Gestão de Risco como ferramenta para realizar a gestão e auxiliar na identificação dos Riscos, Probabilidades, Impactos e Níveis de Riscos, além das ações que precisam ser realizadas relacionadas diretamente aos riscos; continuidade e melhoria do Projeto de *Business Intelligence* (BI) com objetivo de integrar com diversos sistemas, possibilitando a extração, transformação e carga dos dados na plataforma *Pentaho Enterprise Edition*; projeto SAS – Solução Integrada de monitoramento e inteligência analítica, que tem por finalidade identificar e combater desvios e inconsistências com potencial lesão ao erário no âmbito do IGEPPS; implantação do sistema SGDPO que estabelece medidas para proteção de dados e desta forma tomando as ações do instituto em consonância com a LGPD; aquisição do sistema de envio da REINF e sua sustentação, tal ferramenta busca o controle de notas fiscais e fluxos, adequando-os à nova realidade do mercado, atendendo requisitos de níveis de segurança evolução do software e de gestão de controle das notas fiscais automatizados de segurança com vistas a ter um controle efetivo de notas fiscais; aquisição da solução de envio da DCTFWEB, atendendo a I.N 2096/2002, ONDE todas as informações fiscais referentes a RPV terão de ser apresentadas de maneira unificada através da DCTFWEB e a implantação do Projeto do Portal de serviços e notícias – INTRANET visa proporcionar maior eficácia em informativos e comunicados internos. Em relação à área de Infraestrutura e Segurança foi dado continuidade ao projeto de expansão da Rede Wi-Fi no instituto com aquisição de novos ativos de rede, permitindo uma rede mais

estável, sem gargalos, com tráfego de sustentação em 10Gb, reduzindo substancialmente a lentidão nas atividades de backup; aquisição de novos switches e firewalls que permitirá melhoria no acesso fornecido dentro na sede, nos Polos Regionais e Unidades Móveis.

No período de janeiro a dezembro de 2023, o IGEPPS manteve 39 (trinta e nove) contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Quanto à execução orçamentária/financeira o valor total gasto foi de R\$ 79.100.442,59 (setenta e nove milhões e cem mil e quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e nove centavos), representando 92,84% do total previsto para a ação, como demonstrado na tabela acima.

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais.

Neste objetivo o IGEPPS também tem como ação a Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais, cujo produto é obra realizada. Por meio desta ação o instituto busca realizar manutenções prediais na Sede do Instituto, na Região Guajará, município de Belém e em outras Regiões de Integração. Na tabela abaixo é possível observar as ações, produto, execução física e orçamentária/financeira.

Tabela 12: Execução orçamentária/financeira - Exercício de 2023.

Ação: Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais

Produto: Obra Realizada

Região de Integração	Município	Execução Física (Un)			Execução Orçamentária/Financeira (R\$)			
		Meta prevista	Meta realizada	%	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	%
Guajará	Belém	2	5	250	7.000.000,00	29.020.727,00	22.583.489,89	77,82
Tapajós	Itaituba	1	-	0	1.000.000,00			
Rio Capim	Paragominas	1	1	100	1.000.000,00			
Total		4	6		9.000.000,00	29.020.727,00	22.583.489,89	77,82

Fonte: SigPLAN/Nuplan/IGEPPS.

Esta ação permitiu ao IGEPPS atender ao plano de expansão institucional por diversas Regiões, a partir da contratação dos serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, com o fornecimento de materiais necessários visando à execução de atividades de manutenção, reforma e reparos de instalações prediais em geral.

Na Região Guajará, município de Belém foi realizado diversas reformas e manutenções prediais na sede do IGEPPS como: reforma e readequação de layout do 1º, 4º e 6º andar, além de manutenções prediais em todas as áreas do Instituto, como serviços de limpeza, substituição de revestimento e rejuntas nas paredes externas do prédio; substituição de vidros da cobertura de vidro da passarela no térreo; substituição de vidros da pele de vidro, substituição de telhas e forro no auditório e prédio anexo; Instalação de pontos de elétrica e logica em salas do prédio anexo e prédio principal, conserto dos portões da entrada pela rua Paulo Maranhão e Alcindo Cacela; instalação de pontos de elétrica e logica em salas do prédio anexo e prédio principal; substituição de louças, torneiras e acessórios de banheiro e copas no prédio principal e anexo; substituição de portas de alumínio e de vidros no prédio principal e anexo; substituição de tubos de esgoto do Instituto, substituição e adequação das cisternas do Instituto; instalação de paredes com pintura das mesmas em salas no terceiro andar; substituição de forro em salas no prédio principal; instalação da galeria dos ex-presidentes; serviços de adequação elétrica no Instituto, serviços de reforma e mudança de layout do refeitório e térreo do prédio anexo, continuação dos serviços no piso lateral no térreo; serviços de impermeabilização e tratamento na cabine primária de cabos de energia, dentre outros.

Na Região do Rio Capim, no município de Paragominas, foram realizadas as obras de conclusão da Agência Regional, faltando apenas a inauguração da mesma. Ademais, nas demais agências regionais foram realizadas serviços de reparo e manutenções prediais, conforme necessidades institucionais. Somente não foi realizado como previsto a obra da agência de Itaituba, permanecendo apenas as reformas e reparos em Belém e em Paragominas, assim como as manutenções nas agências de Capanema, Castanhal, Abaetetuba, Santarém e Altamira.

No período de janeiro a dezembro de 2023, foram realizadas 06 (seis obras) obras, das quais inicialmente estipulou-se a meta prevista de 04 (quatro) obras. Quanto à execução orçamentária/financeira o valor total gasto foi de R\$ 22.583.489,89 (vinte e dois milhões e quinhentos e oitenta e três mil e quatrocentos e oitenta e nove reais e oitenta e nove centavos), representando 77,82% do total previsto para a ação, como demonstrado na tabela acima.

2.3.3 Programa Manutenção da Gestão

Este programa tem por objetivo viabilizar a gestão administrativa do Estado com as seguintes ações: abastecimento de Unidades Móveis do Estado, concessão de auxílio alimentação, concessão de auxílio transporte, operacionalização das ações administrativas e

operacionalização das ações de recursos humanos, o que possibilitou a melhoria na qualidade da gestão administrativa, envolvendo diretamente a área de suporte administrativo. Na tabela abaixo é possível observar as ações, produto, execução física e orçamentária/financeira do objetivo.

De janeiro a dezembro de 2023, foram abastecidos um total de 12 (doze) veículos. O valor total gasto na ação foi de R\$ 234.131,63 (duzentos e trinta e quatro mil e cento e trinta e um reais e sessenta e três centavos), representando 100% do total previsto para ação, conforme demonstrado na tabela acima.

De janeiro a dezembro de 2023, a ação de concessão do auxílio alimentação que tem como produto servidor beneficiado, contemplou em média 203 (duzentos e três) servidores efetivos e temporários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 2.343.573,31 (dois milhões e trezentos e quarenta e três mil e quinhentos e setenta e três reais e trinta e um centavos), representando 90,34% do total previsto para a ação, como demonstrado na tabela acima.

De janeiro a dezembro de 2023, a ação de concessão de auxílio transporte que também tem como produto servidor beneficiado contemplou em média 91 (noventa e um) servidores efetivos, temporários e estagiários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 95.053,39 (noventa e cinco mil e cinquenta e três reais e trinta e nove centavos), representando 95,64% do total previsto para a ação, como demonstrado na tabela acima.

De janeiro a dezembro de 2023, para execução das ações administrativas e melhoria da gestão, foram celebrados 101 (cento e um) contratos administrativos, com o escopo de atender as diversas demandas originadas pelas Unidades Administrativas. O valor total gasto na ação foi de R\$ 73.513.493,07 (setenta e três milhões e quinhentos e treze mil e quatrocentos e noventa e três reais e sete centavos), representando 92,10% do total previsto para a ação, como demonstrado na tabela acima.

De janeiro a dezembro de 2023, a ação de operacionalização das ações de recursos humanos que tem como produto servidor remunerado, contemplando o quadro de pessoal do IGEPPS contabilizou em média 260 (duzentos e sessenta) servidores, incluindo os cedidos, comissionados, temporários, efetivos e estagiários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 29.521.108,30 (vinte e nove milhões e quinhentos e vinte e um mil e cento e oito reais e trinta centavos), representando 94,19% do total previsto para a ação, como demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 13: Execução orçamentária/financeira - Exercício de 2023.

Ação	Produto	Execução Física (Un)			Execução Orçamentária/Financeira (R\$)			
		Meta Prevista	Meta Realizada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	Unidade Abastecida	14	12	86	800.000,00	234.132,00	234.131,63	100,00
Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	318	203	64	3.750.000,00	2.594.241,26	2.343.573,31	90,34
Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado	100	91	91	150.000,00	99.388,85	95.053,39	95,64
Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido	69	101	146	67.300.000,00	79.822.693,61	73.513.493,07	92,10
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado	335	260	78	45.000.000,00	31.340.550,00	29.521.108,30	94,19

Fonte: SigPLAN/nuplan/IGEPPS.

3 DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS

3.1 QUANTITATIVOS DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

O quantitativo de segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará, na condição de ativos, inativos e pensionistas civis, abrangendo os poderes Executivos, Legislativo e Judiciário é de 109.602 (cento e nove mil, seiscentos e dois). Impende frisar que a categoria militar representa um quantitativo de 32.380 (trinta e dois mil, trezentos e oitenta) segurados incluídos os ativos, inativos e pensionistas, os quais continuam geridos pelo IGEPPS, muito embora sejam custeados pelo Sistema de Proteção Social dos Militares e não mais integrem o RPPS Estadual.

Ressalte-se que os quantitativos contidos nas tabelas referentes à Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização – COAF possuem caráter dinâmico, apresentando variação mensal decorrente da concessão contínua de novos benefícios previdenciários, do falecimento de ativos, inativos e pensionistas, bem como da criação de cargos, seguida da nomeação de novos servidores públicos ou novos militares, somadas às ocorrências de exoneração e demissão, além de outras hipóteses legais de extinção do vínculo previdenciário ou funcional.

Portanto, o instituto assistiu 54.957 (cinquenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e sete) segurados, entre inativos e pensionistas, civis e militares, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, somando-se os quantitativos do Finanprev, Funprev e SPSM.

No que concerne à aplicação da Lei Complementar nº 112/2016, houve uma mudança de panorama no quantitativo de servidores, decorrente da nova segregação de massa. O quantitativo de servidores que pertenciam ao FUNPREV migrou para o FINANPREV em sua integralidade, ocasionando um aumento expressivo no número de servidores do Fundo Financeiro. As tabelas abaixo mostram as variações quantitativas no período.

Analisando os dados, verifica-se uma diminuição no quantitativo de servidores dos fundos FINANPREV e FUNPREV, na virada do ano de 2020 para 2021, motivada pela criação do Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM, com a LC 142/2021, amparada pela Lei Federal 13.954/2019. Os servidores militares foram realocados para o Sistema recém-criado, tanto ativos, quanto reservistas e pensionistas.

A partir de 2022, os números do FINANPREV e FUNPREV passaram a refletir, exclusivamente, o pessoal civil.

Tabela 14: Quantitativo de servidores no Finanprev – 2020/2023.

Poder Executivo				
Ano	Ativo	Inativo	Pensionista	Total
2020	72.422	29.375	7.244	109.041
2021	55.757	29.510	7.650	92.917
2022	53.609	30.699	8.447	92.755
2023	53.163	30.493	8.232	91.888
Poder Legislativo e Judiciário				
Ano	Ativo	Inativo	Pensionista	Total
2020	5.916	1.256	639	7.811
2021	5.833	1.324	629	7.786
2022	6.042	1.510	482	8.034
2023	6.355	1.508	714	8.577
Poder Executivo				
Ano	Ativo	Inativo	Pensionista	Total
2020	6.932	-	1	6.933
2021	4.280	-	4	4.284
2022	5.686	-	32	5.718
2023	7.895	-	41	7.936
Poder Legislativo e Judiciário				
Ano	Ativo	Inativo	Pensionista	Total
2020	796	-	-	796
2021	966	-	4	970
2022	1.140	-	3	1.143
2023	1.469	-	4	1.473

Fonte: COAF/IGEPPS.

A Tabela 15 mostra quantitativamente a massa de militares vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares, em dezembro de 2023, já refletindo a segregação dos fundos:

Tabela 15: Quantitativo de militares no SPSM – 2020/2023.

SPSM				
Ano	Ativo	Inativo	Pensionista	Total
2020	-	-	-	-
2021	16.875	8.844	3.312	29.031
2022	18.760	9.775	4.096	32.631
2023	18.416	10.305	3.659	32.380

Fonte: COAF/IGEPPS.

3.2 RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO

Os registros contábeis relacionados às receitas previdenciárias são efetuados de forma segregada nas Unidades Gestoras (UG): IGEPREV (840201), Finanprev (840202) e Funprev (840203). A partir de janeiro de 2021, foi criada a UG específica para o grupo de servidores militares (840240), contemplando conta corrente de arrecadação e fonte específicas vinculadas ao BANPARÁ.

3.2.1 Finanprev

No que se refere ao Finanprev, com relação ao período de 2020 a 2023, constata-se No que se refere ao Finanprev, constata-se significativo acréscimo na arrecadação previdenciária, principalmente, por efeitos da reforma previdenciária, que impulsionou bastante a configuração da arrecadação do poder executivo, mediante, essencialmente, a majoração de alíquotas dos fundos, a extinção da regra de teto “em dobro” para os portadores de doenças incapacitantes e a determinação de obrigatoriedade contributiva para os licenciados sem vencimentos.

Na tabela abaixo demonstrada apresenta dados referentes ao período de 2020 a 2023.

Tabela 16: Receitas utilizadas do Poder Executivo – Finanprev 2020/2023.

Poder Executivo - FINANPREV						
Ano	Contribuição Segurado (0254/0654)	Contribuição Patronal (0258/0658)	Saldo Superávit (0301)	Rentabilidade (LC 115/17)	Reserva (LC125/19)	Subtotal 1
2020	747.352.851,42	1.258.094.402,14	-	132.337.242,10	892.638.599,85	3.030.423.095,51
2021	625.997.696,41	1.021.522.920,67	-	190.095.712,14	90.353.512,83	1.927.969.842,05
2022	923.851.124,54	1.321.252.003,89	-	181.288.570,53	-	2.426.391.698,96
2023	1.199.422.734,82	1.516.320.541,26	-	105.213.785,87	266.488.723,61	2.820.957.061,95
Repasses Financeiros					Total Geral	
Ano	Cessão Onerosa (Lei N°. 13.885/19)	Aporte Complementar (0101)*	Aporte Cessão Onerosa (0196)	Subtotal 2	Subtotal 1 + Subtotal2	
2020	343.841.184,98	404.325.464,82	-	748.166.649,80	3.778.589.745,31	
2021	-	788.239.450,33	-	788.239.450,33	2.716.209.292,38	
2022	-	531.619.433,38	431.790.559,15	963.409.992,53	3.389.801.691,49	
2023	-	811.455.733,92	-	811.455.733,92	3.911.895.630,00	

Fonte: Siafem/Nuplan/Coaf/IGEPPS.

Nota: *Receita complementar repassada pelo Tesouro Estadual.

3.2.2 Funprev

A receita com a arrecadação de contribuição do Segurado e do Patronal, relativo ao Fundo Previdenciário, foi alavancada pelo ingresso gradativo de novos servidores concursados de órgãos do Poder Executivo Estadual (SEPLAD, PGE, SEFA, JUCEPA, AGE, PC/PA e SEAP), conforme a tabela abaixo

Tabela 17: Receitas utilizadas do Poder Executivo – Funprev 2020/2023.

Poder Executivo – FUNPREV			
Ano	Segurado	Patronal	Total
2020	36.355.866,64	36.355.866,64	72.711.733,27
2021	30.349.625,56	30.349.625,56	60.699.251,11
2022	54.534.472,92	53.064.223,41	107.598.696,33
2023	86.222.217,01	86.290.382,83	172.512.599,83

Fonte: Coaf/IGEPPS.

Desde 2018, o Fundo vem sendo reconstituído com a realização de concursos, somado à majoração da alíquota de 11% para 14%, nos termos da Lei nº. 128, de 14 de janeiro de 2020.

Verifica-se que a segregação dos militares para SPSM no ano de 2021 impactou visivelmente nas receitas do Funprev, que teve um declínio de 16,52% em relação ao ano anterior. Contudo, em 2022, teve-se um aumento de R\$ 46.899.445,22 (Quarenta e seis milhões, oitocentos e noventa e nove mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e vinte e dois centavos) nas receitas do Fundo, que representa um acréscimo de 77,26%, confirmando a tendência de recomposição anteriormente apontada.

3.3 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Em 2023, o RPPS/PA confirmou o reconhecimento nacional como ‘case’ de sucesso, devido ao Plano de Recuperação, e fechou o exercício entre as cinco maiores arrecadações nacionais. Essencialmente, as ações da atual gestão evidenciaram:

- a) que é possível recuperar receitas tidas como perdidas;
- b) atitudes objetivas e corajosas abrem preciosos canais de comunicação;
- c) faz-se necessário aproveitar “expertises” internas e externas para identificação de vínculos previdenciários pretéritos com outros regimes que sejam passíveis de recuperação financeira;
- d) ter consciência que há perdas por prescrição de direito.

3.3.1 Requerimentos da COMPREV

Na Tabela 17 é possível visualizar a atual posição dos requerimentos produzidos, onde o estoque de requerimentos em processamento, no INSS e no RPPS, ainda é representativo e o esforço de recuperação deve continuar no exercício de 2024.

Tabela 18: Requerimentos de COMPREV – Posição 31/12/2023.

Estado do Requerimento	Solicitante RPPS/PA	Solicitante RGPS	Total
Criado	-	-	-
Em Exigência	1.582	1.941	3.523
Alterado	-	-	-
Aguardando Análise	386	530	916
Aguardando Análise Médica	591	-	591
Em Análise	2	2	4
Em Análise Médica	-	-	-
Deferido	6	-	6
Análise Suspensa	34	60	94
Em Compensação	4.252	42	4.294
Aguardando Compensação Aposentadoria	5	93	98
Rejeitado	1.023	53	1.076
Exigência/Indeferido	65	1.002	1.067
Criado/Rejeitado	-	-	-
Em conflito	-	-	-
Total de Requerimentos	7.946	3.723	11.669
Em Compensação + Deferido	- 4.252	- 42	- 4.294
Em Processamento	3.694	3.681	7.375

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPPS.

Atualmente, existem cerca de 591 requerimentos aguardando a “análise médica”. Após a necessária intervenção do médico credenciado, esses requerimentos entram naturalmente para a lista de análise do INSS. Projeta-se receita de R\$ 50 milhões oriunda desse nicho de requerimentos.

3.3.2 Arrecadação COMPREV

Na Tabela 19, é descrito o novo perfil da COMPREV.

Tabela 19: Compensação Previdenciária – período de de 2009 a 2023.

Histórico da Arrecadação da COMPREV			Requerimentos Ativos
Anos	Valor	%	Quantidade
2009 a 2021	22.856.854,40	5,14%	497
2022	256.369.670,09	57,64%	2.190
2023	165.514.306,52	37,22%	1.804
Total	444.740.831,01	100%	4.491
Requerimentos em Compensação			
Anos	Requerimento	%	Quantidade
2009 a 2021	Pro-Rata	10,83%	497
2022	Recuperação	47,70%	2.190
2023	Recuperação	41,47%	1.565
Total		100%	4.252

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPPS.

3.3.3 Valores da Compensação Financeira

Ante as ações colocadas em práticas, o RPPS|PA ocupa o quinto lugar entre as maiores arrecadações nacionais. Nesse contexto, a Tabela 19, demonstra o ranking dos primeiros RPPS, em compensação financeira, em 2023.

Tabela 20: Valores da Compensação Financeira – 2023.

Colocação	RPPS	Valor	%
1º Lugar	Bahia	449.411.348,18	30,52%
2º Lugar	Distrito Federal	336.893.411,16	22,88%
3º Lugar	Espírito Santo	288.249.862,22	19,57%
4º Lugar	Rio de Janeiro	237.241.894,73	16,11%
5º Lugar	Pará	160.888.134,08	10,92%
Total		1.472.684.650,37	100 %

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPPS.

A Tabela 20 mostra os valores recuperados de COMPREV a partir de 2022, onde se evidenciam expressivos valores prescritos.

Tabela 21: Valores Recuperados de COMPREV – 2022.

2022	Aprovados	Bruto Recuperado	Perdido	Com Prescrição	Líquido Recuperado
Jan.	-	135.778,27	-	-	135.778,27
Fev.	-	135.778,27	-	-	135.778,27
Mar.	-	134.103,81	-	-	134.103,81
Abr.	119	15.852.658,14	2.080.702,93	103	13.771.955,21
Maio	193	31.411.556,53	2.983.755,08	180	28.427.801,45
Jun.	396	41.846.928,23	3.078.408,14	207	38.768.520,09
Jul.	264	34.457.609,45	3.144.935,17	226	31.312.674,28
Ago.	58	9.865.656,07	864.627,88	45	9.001.028,19
Set.	12	3.196.656,93	299.240,78	10	2.897.416,15
Out.	64	10.909.231,58	1.075.196,65	59	9.834.034,93
Nov.	635	75.529.017,62	8.225.496,59	412	67.303.521,03
Dez.	449	70.915.102,71	16.303.016,41	351	54.612.088,30
Total	2.190	293.984.417,26	38.055.379,63	1.593	256.334.699,98

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPPS.

Tabela 22: Valores Recuperados de COMPREV – 2023.

2023	Aprovados	Bruto Recuperado	Perdido	Com Prescrição	Líquido Recuperado
Jan.	150	28.709.018,26	7.474.016,08	113	21.235.002,18
Fev.	182	26.940.142,83	6.817.257,47	112	20.122.885,36
Mar.	238	32.562.295,14	9.215.085,25	148	23.347.209,89
Abr.	128	24.334.585,72	6.939.751,93	89	17.394.833,70
Maio	197	25.902.534,62	13.816.026,59	151	12.086.508,03
Jun.	814	106.405.402,25	65.611.334,59	627	40.794.067,56
Jul.	82	8.595.748,35	2.330.168,97	-	6.265.579,38
Ago.	9	5.755.904,57	1.560.333,10	-	4.195.571,66
Set.	-	2.856.870,84	-	-	2.856.870,84
Out.	-	5.862.433,05	-	-	5.862.433,05
Nov.	-	6.727.172,43	-	-	6.727.172,43
Dez.	-	4.626.172,44	-	-	4.626.172,44
Total	-	279.278.280,50	113.763.973,98		165.514.306,52

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPPS.

Os valores recuperados de COMPREV são grandes volumes de recursos prescritos em 2023. No quesito recuperação do fluxo acumulado, o RPPS/PA está bem colocado, confirmando o esforço da gestão com resultados positivos na recuperação de receitas e

redução do déficit previdenciário.

3.4 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Taxa de Administração foi instituída pela Lei Complementar n.º 039, de 09 de janeiro de 2002, Artigo 74, inciso IV, regulamentado pelo Decreto n.º 2.022, de 04 de dezembro de 2009. A partir de março de 2010, o Instituto passou a custear suas despesas administrativas com os recursos da Taxa de Administração, 0261 - Recursos Próprios, desonerando os cofres do Tesouro Estadual. Hoje, a Taxa de Administração contribui com R\$ 221.452.903,60 (duzentos e vinte um milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, novecentos e três reais e sessenta centavos).

Assim, o financeiro-contábil trouxe agilidade aos gastos necessários e perspectiva real, visando não só a excelência na prestação de serviços à sociedade, mas também independência em relação aos Recursos do Tesouro Estadual no tocante aos custos com pessoal, contratos, aquisições, dentre outros.

3.5 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

3.5.1 Dívidas das Prefeituras

No exercício de 2023, a COAF impulsionou as diligências de acompanhamento, atualização e cobrança de pendências financeiras dos municípios, com acentuada melhora na eficiência com a implantação do sistema eletrônico de cobrança. Neste sentido, adotou-se uma rotina de acompanhamento diário das conciliações bancárias do IGEPPS, com atualização de valores pendentes de recolhimento, cujas cobranças são atualizadas semanalmente e reenviadas aos representantes dos municípios.

Assim, garantido que as dívidas municipais diminuíssem promovendo uma educação previdenciária nos contribuintes para que não haja escalonamento de eventuais débitos existentes. Portanto, houve mudança do perfil do saldo devedor dos municípios em razão da melhora no sistema de gerenciamento das receitas desses entes federativos, conforme demonstrado na Tabela 23.

Tabela 23: Dívidas das Prefeituras – 2020/2023

Ano	Saldo Devedor
2020	403.678,41
2021	55.147,40
2022	95.588,24
2023	21.079,62

Fonte: COAF/IGEPPS

3.5.2 Rentabilidade dos Fundos

No tocante à rentabilidade dos Fundos de Investimentos, apresenta-se o desempenho anual obtido de 2020 a 2023. De forma abrangente, o método utilizado para o alcance dos resultados até o ano de 2023, foi segmentado em políticas de aplicações em Renda Fixa, Renda Variável e Ativos Globais.

Tabela 24: Rentabilidade dos Fundos – 2020/2023.

Ano	FUNPREV	FINANPREV
2020	158.358.890,04	- 8.823.310,57
2021	- 2.171.393,02	11.161.238,44
2022	234.887.992,57	41.433.413,15
2023	531.449.839,69	59.671.281,47

Fonte: COMPREV WEB/COAF/IGEPSS.

3.6 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO

3.6.1 Finanprev e Funprev

Analisando especificamente o Finanprev no ano de 2023, verifica-se um aumento nas despesas realizadas na manutenção dos benefícios, ocasionado, principalmente, pela significativa concessão de novos benefícios previdenciários, em média de 400 a 500 por mês; pagamento de valores retroativos advindos da revisão de benefícios em âmbito administrativo (demanda reprimida).

A aprovação do PCCR da SEFA, da SEPLAD e da PGE, haja vista que os segurados que se aposentaram pela regra da integralidade e paridade tiveram um aumento notório em seus proventos e a aprovação do piso do magistério, que começou a ser pago a partir da competência de junho/2022.

Após análise dos dados assinalados na tabela constata-se o aumento nas despesas com folhas de inativos e pensionistas, fato que se deve diretamente à implantação de novos benefícios, haja vista a política da atual gestão em alavancar a concessão de aposentadorias e pensões.

Portanto, a análise dos dados indica aumento expressivo do total das despesas do Funprev nos anos de 2020/2023, em razão da concessão de novos benefícios previdenciários vinculados ao citado Fundo. O ano de 2022 é excepcional, dada a criação do Sistema de Proteção Social dos Militares, migrando essa massa de segurados militares vinculada até então ao Fundo para o novo Sistema.

Tabela 25: Despesas folhas de inativos e pensionistas – 2020/2023.

Despesas Previdenciárias – Poder Executivo - FINANPREV								
Ano	Folha Bruta Inativo Civil	Folha Bruta Inativo Saúde	Folha Bruta Inativo Educação	Folha Bruta Inativo Militar	Folha Bruta Pensionista Civil	Folha Bruta Pensionista Militar	Salário Família - Ativos	Total das Despesas
2020	663.388.383	48.942.429	1.357.488.780	1.080.322.511	428.835.136	199.612.504	-	3.778.589.745
2021	685.355.395	54.329.118	1.441.823.543	-	454.115.567	-	-	2.635.623.624
2022	830.321.259	64.032.146	1.923.704.914	-	571.864.023	-	-	3.389.922.342
2023	946.661.495	157.358.878	2.195.916.761	-	611.958.494	-	-	3.911.895.630
Despesas Previdenciárias – Poder Executivo - FUNPREV								
Ano	Folha Bruta Inativo Civil	Folha Bruta Inativo Militar	Folha Bruta Inativo Saúde	Folha Bruta Inativo Educação	Folha Bruta Pensionista Civil	Folha Bruta Pensão Militar	Salário Família - Ativos	Total das Despesas
2020	-	61.707	-	-	62.458	7.684	-	131.850
2021	-	-	-	-	79.750	-	-	79.750
2022	-	-	-	-	477.353	-	-	477.353
2023	-	-	-	-	723.952	-	-	723.952

Fonte: COAF/IGEPSS.

3.7 RECEITAS E DESPESAS – SPSM

Apesar do Sistema de Proteção Social dos Militares ter previsão legal no final de 2019, somente a partir de 2021 foi criada uma fonte própria de recursos. Sendo importante ressaltar que o SPSM é fortemente custeado com aporte do Tesouro Estadual, diante da insuficiência de receitas decorrentes da arrecadação contributiva dos militares ativos, inativos e pensionistas.

Com relação às despesas vinculadas ao SPSM, observa-se uma tendência de crescimento para o ano de 2023, frente a 2022, em decorrência da política de atual gestão do IGEPPS de conceder novos benefícios, reservas, reformas e pensões militares.

Tabela 26: Receitas SPSM – 2020/2023.

Despesas – SPSM			
Ano	Inativo	Pensionista	Total
2020	-	-	-
2021	1.197.230.738,03	241.067.278,21	1.438.298.016,24
2022	1.394.933.029,54	309.443.763,14	1.704.376.792,71
2023	1.668.206.175,64	332.656.906,56	2.000.863.082,20

Fonte: COAF/IGEPPS.

Com relação às despesas vinculadas ao SPSM, observa-se uma tendência de crescimento para o ano de 2023, frente a 2022, em decorrência da política de atual gestão do IGEPPS de conceder novos benefícios, reservas, reformas e pensões militares.

Tabela 27: Despesas SPSM – 2020/2023.

Despesas – SPSM			
Ano	Inativo	Pensionista	Total
2020	-	-	-
2021	1.197.230.738,03	241.067.278,21	1.438.298.016,24
2022	1.394.933.029,54	309.443.763,14	1.704.376.792,71
2023	1.668.206.175,64	332.656.906,56	2.000.863.082,20

Fonte: COAF/IGEPPS.

3.8 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – OUTRAS INSTITUIÇÕES

No âmbito do RPPS do Estado do Pará é de suma relevância dar transparência nas receitas e despesas previdenciárias realizadas pelos demais poderes, segmentadas por Fundos (Finanprev e Funprev), incluindo Defensoria Pública do Estado — DPE/PA, Assembleia Legislativa do Estado — Alepa, Tribunal de Contas do Estado — TCE, Tribunal de Contas dos Municípios — TCM, Tribunal de Justiça do Estado — TJE/PA e Justiça Militar — JME, Ministério Público do Estado — MPE, Ministério Público de Contas

MPC/PA e Ministério Público de Contas dos Municípios MPC/M, demonstrada nas tabelas abaixo.

3.8.1 Finanprev

Tabela 28: Receitas previdenciárias – Defensoria Pública – DPE – 2020/2023.

Ano	Receitas Previdenciárias		Outras Receitas		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
2020	17.971.522,57	28.490.169,60	56.998,63	-	46.518.690,80
2021	19.297.498,89	31.703.033,90	-	-	51.000.532,79
2022	20.736.137,59	36.538.480,19	-	-	57.274.617,78
2023	23.380.383,77	38.410.630,48	-	-	67.791.014,25

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 29: Despesas previdenciárias – Defensoria Pública – DPE – 2020/2023.

Despesas Previdenciárias			
Ano	Inativo	Pensionista	Total
2020	31.085.062,09	8.876.344,03	39.961.406,12
2021	37.317.357,86	7.247.220,10	44.564.577,96
2022	36.455.058,68	7.409.740,52	43.864.799,20
2023	48.170.109,69	9.591.021,28	57.761.730,97

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 30: Receitas previdenciárias – Assembleia Legislativa do Pará – ALEPA – 2020/2023.

Ano	Receitas Previdenciárias		Outras Receitas		
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	Total
2020	21.040.642,19	34.462.968,50	166.105,92	-	55.669.716,61
2021	22.769.770,12	37.407.479,48	-	-	60.177.249,60
2022	26.855.115,23	44.653.303,17	-	-	71.508.418,40
2023	29.302.784,12	48.140.288,21	-	-	77.443.072,33

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 31: Despesas previdenciárias – Assembleia Legislativa do Pará – ALEPA – 2020/2023.

Despesas Previdenciárias			
Ano	Inativo	Pensionista	Total
2020	43.264.390,93	10.634.000,20	53.898.391,13
2021	39.591.566,28	11.746.941,30	51.338.507,58
2022	45.829.153,85	14.803.911,47	60.633.065,32
2023	57.702.513,22	17.129.023,51	74.831.536,73

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 32: Receitas previdenciárias – Tribunal de Contas do Estado do Pará TCE/PA – 2020/2023.

Ano	Receitas Previdenciárias			Outras Receitas		
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Reserva (LC 125/19)	Aporte Complementar	Total
2020	10.288.134,80	16.884.491,47	221.456,89	1.513.003,02	18.521.673,00	47.428.759,18
2021	10.907.005,58	17.918.652,07	-	-	21.533.345,27	50.359.002,92
2022	12.218.819,57	19.482.381,82	-	-	21.139.190,80	52.840.392,19
2023	13.952.518,40	22.921.994,72	-	-	26.760.567,89'	73.749.026,24

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 33: Despesas previdenciárias – Tribunal de Contas do Estado do Pará TCE/PA - 2020/2023.

Despesas Previdenciárias				
Ano	Inativo	Pensionista	DEA	Total
2020	36.767.908,06	10.656.744,80	4.106,32	47.428.759,18
2021	39.329.395,69	11.017.619,68	11.987,55	50.359.002,92
2022	41.955.819,86	10.884.572,33	-	52.840.392,19
2023	50.000.897,60	11.797.838,77	1.836.344,64	63.635.081,01

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 34: Receitas previdenciárias – Tribunal de Contas dos Municípios do Pará TCM/PA– 2020/2023.

Ano	Receitas Previdenciárias		Outras Receitas			
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Reserva (LC 125/19)	Aporte Complementar	Total
2020	8.308.473,22	13.432.268,54	287.753,59	396.955,42	4.888.904,04	27.314.354,81
2021	8.762.852,46	14.412.074,29	-	-	4.770.217,17	27.945.143,92
2022	9.188.370,65	15.117.938,93	-	-	3.111.680,15	27.417.989,73
2023	9.874.897,74	16.223.046,24	-	-	5.053.058,90	31.151.002,88

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 35: Despesas previdenciárias – Tribunal de Contas dos Municípios do Pará TCM/PA– 2020/2023.

Despesas Previdenciárias				
Ano	Inativo	Pensionista	Folha Antecipação 13º / Indenizações	Total
2020	21.569.913,29	5.765.715,14	18.726,38	27.314.354,81
2021	20.685.811,26	7.085.771,12	173.561,54	27.945.143,92
2022	21.542.817,27	5.875.172,46	-	27.417.989,73
2023	24.722.648,86	6.428.354,02	-	31.151.002,88

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 36: Receitas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado TJ/JME – 2020/2023.

Ano	Receitas Previdenciárias			Outras Receitas		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	Saldo Positivo	
2020	86.445.219,87	140.417.500,67	-	-	-	226.862.720,54
2021	92.725.593,15	152.333.831,15	-	-	-	245.059.424,30
2022	99.775.281,20	166.536.535,29	-	-	-	266.311.816,49
2023	121.692.383,42	196.803.278,22	-	-	-	318.495.661,64

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 37: Despesas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado TJ/JME – 2020/2023.

Despesas Previdenciárias					
Ano	Inativo	Pensionista	Dea inativo	Folha Complementar e DEA Pensão	Total
2020	141.886.151,31	42.796.632,62	3.938.025,10	5.977,15	188.626.786,18
2021	137.252.647,78	44.310.987,44	1.904.939,84	233.747,14	183.702.322,20
2022	149.662.719,78	51.685.645,42	-	-	201.348.365,20
2023	179.286.803,81	50.336.446,51	-	-	229.623.250,32

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 38: Receitas previdenciárias – Ministério Público do Estado – MPE – 2015/2023.

Ano	Receitas Previdenciárias		Outras Receitas		
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	Total
2020	34.896.377,52	57.268.510,04	-	-	92.164.887,56
2021	37.036.522,51	60.844.883,31	-	-	97.881.405,82
2022	39.974.667,37	65.672.223,93	-	-	105.646.891,30
2023	46.496.806,05	76.387.609,95	-	-	122.884.416,00

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 39: Despesas previdenciárias – Ministério Público do Estado – MPE – 2020/2023.

Despesas Previdenciárias				
Ano	Inativo	Pensionista	DEA Inativo, Pensão e Outros	Total
2020	50.527.017,99	22.598.159,44	2.875.534,57	76.000.712,00
2021	50.900.366,11	22.500.607,15	1.460.567,65	74.861.540,91
2022	46.566.512,02	18.128.950,52	2.106.300,91	66.801.763,45
2023	62.578.366,47	28.392.365,65	65.904.659,81	156.795.391,93

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 40: Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas – MPC/PA– 2020/2023.

Ano	Receitas Previdenciárias		Outras Receitas			
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Reserva (LC 125/19)	Aporte Complementar	Total
2020	1.599.970,09	2.625.837,68	77.432,09	489.713,72	2.025.335,16	6.818.288,73
2021	1.728.866,80	2.840.249,88	-	-	2.616.585,43	7.185.702,11
2022	1.779.533,16	2.923.520,47	-	-	1.969.263,42	6.672.317,05
2023	2.012.522,11	3.316.286,70	67.040,68	-	2.315.859,43	7.701.708,92

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 41: Despesas previdenciárias – Ministério Público de Contas – MPC/PA– 2020/2023.

Despesas Previdenciárias			
Ano	Inativo	Pensionista	Total
2020	6.105.357,49	712.931,24	6.818.288,73
2021	5.455.632,81	1.730.069,30	7.185.702,11
2022	5.221.645,32	1.450.671,73	6.672.317,05
2023	6.067.924,34	1.633.784,58	7.701.708,92

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 42: Receitas previdenciárias – Ministério Público dos Municípios – MPCM– 2015/2023.

Ano	Receitas Previdenciárias		Outras Receitas		
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	Total
2020	810.516,36	1.213.304,37	26.933,56	-	2.050.754,29
2021	770.291,57	1.263.016,58	-	-	2.033.308,15
2022	729.712,06	1.199.988,84	-	41.909,36	1.971.610,26
2023	839.835,13	1.379.236,18	-	-	2.219.071,31

Fonte: COAF/IGEPSS

Tabela 43: Despesas previdenciárias – Ministério Público de Contas dos Municípios – MPCM – 2020/2023.

Despesas Previdenciárias			
Ano	Inativo	Pensionista	Total
2020	1.295.782,80	669.862,31	1.965.645,11
2021	1.295.782,80	669.862,31	1.965.645,11
2022	1.325.450,88	646.159,39	1.971.610,26
2023	1.512.419,96	738.655,30	2.251.075,26

Fonte: COAF/IGEPSS

3.8.2 Funprev

Tabela 44: Receitas previdenciárias – Defensoria Pública – DPE – 2020/2023.

Receitas Previdenciárias – DPE – FUNPREV			
Ano	Segurado	Patronal	Total
2020	638.879,81	638.879,81	1.277.759,62
2021	1.146.646,59	1.146.646,59	2.293.393,18
2022	1.796.092,26	1.796.092,26	3.592.184,52
2023	1.785.838,18	1.785.838,18	3.571.676,36

Fonte: COAF/IGEPSS

Tabela 45: Receitas previdenciárias – Tribunal de Contas do Estado do Pará TCE/PA – 2020/2023.

Receitas Previdenciárias TCE – FUNPREV			
Ano	Segurado	Patronal	Total
2020	698.804,08	698.804,08	1.397.608,16
2021	1.026.576,10	1.026.576,10	2.053.152,20
2022	1.633.850,01	1.633.850,01	3.267.700,02
2023	2.289.735,59	2.289.735,59	4.579.471,18

Fonte: COAF/IGEPSS

Tabela 46: Receitas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado TJ/JME – 2020/2023.

Receitas Previdenciárias TJ/JME – FUNPREV			
Ano	Segurado	Patronal	Total
2020	7.920.160,73	7.920.160,73	15.840.321,46
2021	11.659.852,74	11.659.852,74	23.319.705,48
2022	13.918.950,93	13.918.950,87	27.837.901,80
2023	17.441.813,70	17.441.813,70	34.883.627,40

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 47: Receitas previdenciárias – Ministério Público do Estado – MPE – 2020/2023.

Receitas Previdenciárias MPE – FUNPREV			
Ano	Segurado	Patronal	Total
2020	1.186.312,63	1.186.312,63	2.372.625,26
2021	1.294.080,09	1.294.080,09	2.588.160,18
2022	1.308.582,07	1.308.582,07	2.617.164,14
2023	1.776.692,65	1.776.692,65	3.553.385,30

Fonte: COAF/IGEPSS.

Tabela 48: Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas – MPC/PA– 2020/2023.

Receitas Previdenciárias MPC – FUNPREV			
Ano	Segurado	Patronal	Total
2020	309.864,59	309.864,59	619.729,18
2021	446.904,56	446.904,56	863.809,12
2022	538.382,27	538.382,27	1.076.764,54
2023	647.521,18	647.521,18	1.295.042,36

Fonte: COAF/IGEPPS.

Tabela 49: Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas dos Municípios – MPCM/PA – 2020/2023.

Receitas Previdenciárias MPCM– FUNPREV			
Ano	Segurado	Patronal	Total
2020	-	-	-
2021	-	-	-
2022	992,21	992,21	1.984,42
2023	11.661,44	11.661,44	23.322,88

Fonte: COAF/IGEPPS.

4 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

As avaliações atuariais têm o objetivo de dimensionar os compromissos do Plano de Benefícios e estabelecer o Plano de Custeio para a observância do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, que deverão ser elaborados tendo os parâmetros técnicos estabelecidos nas Normas aplicáveis aos RPPS definidas pelas Emenda Constitucional nº 103/2019, Lei nº 9.717/98 e Portaria MTP nº 1467/2022.

Trata-se de um estudo técnico baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano. Na elaboração das avaliações atuariais, do plano financeiro denominado Finanprev e do plano previdenciário denominado Funprev foram utilizados os dados cadastrais e financeiros dos servidores dos seguintes Poderes e Órgãos Autônomos: Executivo, Tribunal de Justiça do Estado, Justiça Militar do Estado, Assembleia Legislativa Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios, Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará.

4.1 SEGREGAÇÃO DE MASSA DOS SEGURADOS DO RPPS

A Lei Complementar nº 039/2002 e suas alterações, através da LC nº 044/2003, LC nº 049/2005, LC nº 051/2006 e LC nº 128/2020 organiza o Sistema Previdenciário do Estado do Pará em dois regimes distintos integrantes do RPPS, Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (Finanprev) e Fundo Previdenciário do Estado do Pará (Funprev). A Lei Complementar nº 142/2021 criou o Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM.

4.1.1 Massa de segurados - Finanprev

O Regime Orçamentário em extinção destinado aos servidores que ingressaram até 31 de dezembro de 2016. Nota-se que o quantitativo total de servidores do Finanprev é decrescente no período de 2019 a 2022, confirmando a expectativa de extinção do Fundo.

Tabela 50: Quantitativo Finanprev – 2020/2023.

Finanprev	Quantidade			
	2020	2021	2022	2023
Ativos	82.083	79.289	61.632	59.527
Inativos	38.119	39.109	30.959	31.209
Pensionistas	11.058	10.940	8.171	8.323
Total	131.260	129.338	100.762	99.059

Fonte: VESTING Consultoria Financeira e Atuarial.

4.1.2 Massa de segurados – Funprev

O Regime Capitalizado, formado pelos servidores que ingressaram após janeiro de 2017.

Tabela 51: Quantitativo Funprev – 2020/2023.

Funprev	Quantidade			
	2020	2021	2022	2023
Ativos	6.301	7.406	5.186	6.915
Inativos	1	1	0	2
Pensionistas	3	16	37	65
Total	6.305	7.423	5.223	6.982

Fonte: VESTING Consultoria Financeira e Atuarial.

4.1.3 Massa de segurados – SPSM

Com o advento da Lei Complementar nº 142/2021 os militares foram retirados do Finanprev e Funprev.

Tabela 52: Quantitativo Funprev– 2020/2023.

SPSM	Quantidade			
	2020	2021	2022	2023
Ativos	-	-	17.001	18.683
Inativos	-	-	8.825	9.645
Pensionistas	-	-	3.754	3.973
Total	-	-	29.580	32.301

Fonte: VESTING Consultoria Financeira e Atuarial.

4.2 EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO RELATIVA AOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS - COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS

Esclarecemos que os valores referentes a receitas e despesas realizadas são capturadas no RREO disponibilizado pela Secretaria da Fazenda e o prazo legal para publicação do último bimestre (nov./dez.) ocorrerá no final de janeiro/2024. Portanto, o relatório atual tem informações até outubro/2024.

Tabela 53: Comparativo Finanprev – 2020/2023.

Receitas Previdenciárias Finanprev	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Receita Estimada	1.699.040	1.641.546	1.404.939	1.708.034
Receita Realizada	2.909.441	2.148.068	2.800.216	2.344.005
Variação %	71,24	30,86	99,31	37,23

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2023 referem-se ao acumulado de janeiro a outubro.

Em 2023, no acumulado de janeiro a outubro, as receitas realizadas no Finanprev estão superiores às receitas estimadas atuarialmente em 37,23%.

Tabela 54: Comparativo Funprev – 2020/2023.

Receitas Previdenciárias Funprev	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Receita Estimada	337.375	353.859	373.423	539.001
Receita Realizada	305.955	295.120	385.395	167.885
Variação %	- 9,31	-16,6	3,21	- 68,85

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2023 referem-se ao acumulado de janeiro a outubro.

Percebe-se que em 2023, no acumulado de janeiro a outubro, as receitas realizadas no Funprev estão inferiores às receitas estimadas atuarialmente em 68,85%.

Tabela 55: Comparativo SPSM – 2020/2023 – 2020/2023.

Receitas Previdenciárias SPSM	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Receita Estimada			715.741	840.784
Receita Realizada			708.862	659.389
Variação %			- 0,96	- 21,57

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2023 referem-se ao acumulado de janeiro a outubro.

Observa-se que em 2023, no acumulado de janeiro a outubro, as receitas realizadas no SPSM estão inferiores às receitas estimadas atuarialmente em 21,57%.

Tabela 56: Comparativo Finanprev – 2020/2023.

Receitas Previdenciárias Finanprev	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Despesa Estimada	5.151.089	5.703.591	4.325.916	5.393.535
Despesa Realizada	4.313.915	3.183.104	3.843.879	3.536.398
Variação %	- 16,25	- 44,19	- 11,14	- 34,43

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2023 referem-se ao acumulado de janeiro a outubro.

Em 2023, no acumulado de janeiro a outubro, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 34,43%.

Tabela 57: Comparativo Funprev – 2020/2023.

Receitas Previdenciárias Funprev	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Despesa Estimada	3.039	3.668	5.276	7.162
Despesa Realizada	132	164	586	734
Variação %	- 95,66	- 95,53	- 88,89	- 89,75

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2023 referem-se ao acumulado de janeiro a outubro.

Em 2023, no acumulado de janeiro a outubro, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 89,75%.

Tabela 58: Comparativo SPSM – 2020/2023.

Receitas Previdenciárias SPSM	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Despesa Estimada			1.506.656	1.753.431
Despesa Realizada			1.370.932	1.540.398
Variação %			- 9,01	- 12,15

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2023 referem-se ao acumulado de janeiro a outubro.

Em 2023, no acumulado de janeiro a outubro, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 12,15%.

4.3 HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais são parâmetros que estimam a ocorrência de eventos biométricos, demográficos e econômico-financeiros, conforme descrito a seguir.

4.3.1 Hipóteses biométricas

As hipóteses biométricas relacionam-se com as probabilidades de ocorrências de eventos tais como: mortalidade, entrada em invalidez.

Tabela 59: Hipóteses biométricas – 2020/2023.

Hipóteses Biométricas	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Mortalidade de válidos	RP2000 masculina	RP2000 masculina	RP2000 masculina	RP2000 masculina
Mortalidade de inválidos	IBGE 2017	IBGE 2019	IBGE 2020	IBGE 2021
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

Fonte: Nugin/IGEPPS.

4.3.2 Hipóteses demográficas

As hipóteses demográficas relacionam-se ao comportamento da população.

Tabela 60: Hipóteses demográficas – 2020/2023.

Hipóteses Demográficas	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Novos entrados	Grupo Fechado	Grupo Fechado	Grupo Fechado	Grupo Fechado
Família média	Cônjuge feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)	Cônjuge feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)	Cônjuge feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)	Cônjuge feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)
Idade de início da fase de contribuição	25 anos	25 anos	25 anos	25 anos

Fonte: Nugin/IGEPPS.

4.3.3 Hipóteses econômico-financeiras

As hipóteses econômico-financeiras são fatores que servem para quantificar as reservas matemáticas, ou seja, as obrigações do Regime Próprio de Previdência Social.

Tabela 61: Hipóteses Financeiras Finanprev – 2020/2023.

Finanprev	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Taxa de juros	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização	Capitalização	Capitalização
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R\$ 6.101,06	R\$ 6.433,57	R\$ 7.087,22	R\$ 7.507,49

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Tabela 62: Hipóteses Financeiras Funprev – 2020/2023.

Funprev	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Taxa de juros	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização	Capitalização	Capitalização
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R\$ 6.101,06	R\$ 6.433,57	R\$ 7.087,22	R\$ 7.507,49

Fonte: Nugin/IGEPPS.

4.4 ALÍQUOTAS DO PLANO DE CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO

As alíquotas indicam o percentual que deverá ser aplicado no cálculo das contribuições dos servidores e do Ente Público.

Tabela 63: Custeio Previdenciário Finanprev – 2020/2023.

Custeio Previdenciário Finanprev	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Ativo	11%	14%	14%	14%
Inativo	11%	14%	14%	14%
Pensionista	11%	14%	14%	14%
Ente Público	18%	23%	23%	23%

Fonte: Nugin/IGEPPS.

As alíquotas das contribuições dos servidores e do Ente Público sofreram modificação em 2020 por conta da reforma da previdência ocorrida em 2019.

Tabela 64: Custeio Previdenciário Funprev – 2020/2023.

Custeio Previdenciário Funprev	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Ativo	11%	14%	14%	14%
Inativo	11%	14%	14%	14%
Pensionista	11%	14%	14%	14%
Ente Público	11%	14%	14%	14%

Fonte: Nugin/IGEPPS.

As alíquotas das contribuições dos servidores e do Ente Público sofreram modificação em 2020 por conta da reforma da previdência ocorrida em 2019.

Tabela 65: Custeio Previdenciário SPSM – 2020/2023.

Custeio Previdenciário SPSM	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Ativo			10,5%	10,5%
Inativo			10,5%	10,5%
Pensionista			10,5%	10,5%
Ente Público			18,0%	18,0%

Fonte: Nugin/IGEPPS.

As alíquotas das contribuições dos militares e do Ente Público sofreram modificação em 2022 por conta da Lei Complementar nº 142/2021 ocorrida em 2021.

4.5 EVOLUÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS CUSTOS POR TIPO DE BENEFÍCIO

A reforma da previdência ocorrida em 2019 definiu que o rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social ficará limitado às aposentadorias e à pensão por morte.

Tabela 66: Custos por benefícios Finanprev – 2020/2023.

Tipo de Benefício Finanprev	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Aposentadoria Programada	29,04%	28,77%	28,53%	28,76%
Aposentadoria por Invalidez	1,97%	2,14%	2,27%	2,19%
Pensões	3,99%	4,09%	4,20%	4,05%
Despesas Administrativas*	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%

Fonte: Nugin/IGEPPS.

(*) Equivalente a 2,00% sobre a folha de salários e benefícios.

A tabela acima representa o histórico do custeio calculado atuarialmente demonstrando as taxas por benefícios.

Tabela 67: Custos por benefícios Funprev – 2020/2023.

Tipo de Benefício Funprev	Anos			
	2020	2021	2022	2023
Aposentadoria Programada	16,36%	18,02%	17,64%	17,60%
Aposentadoria por Invalidez	3,09%	3,79%	4,04%	4,36%
Pensões	2,97%	3,61%	3,74%	3,47%
Despesas Administrativas*	2,58%	2,58%	2,58%	2,57%

Fonte: Nugin/IGEPPS.

(*) Equivalente a 2,00% sobre a folha de salários e benefícios.

A tabela acima representa o histórico do custeio calculado atuarialmente demonstrando os percentuais por benefícios.

4.6 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS RELATIVA AO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL

Para verificar se o Regime Próprio está em equilíbrio financeiro e atuarial é realizado o cálculo Atuarial que contemplará os valores dos seguintes termos:

- **Ativo do Plano:** Valor aplicado no mercado financeiro e seus respectivos rendimentos em 31 de dezembro do ano corrente;
- **Prov. Matemát. BC:** Provisão Matemática dos Benefícios Concedido que representa o valor das obrigações previdenciárias dos servidores que se encontram em gozo de benefícios;
- **Prov. Matemát. BaC:** Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder que representa o valor das obrigações previdenciárias dos servidores que ainda estão em atividade;
- **Prov. Matemát. Total:** Provisão Matemática Total que representa a soma da Prov. Matemát. BC com a Prov. Matemát. BaC;
- **Superávit (+) /Déficit (-):** Representa a diferença entre o Ativo do Plano e a Prov. Matemát. Total, quando o valor for positivo temos superávit, quando for negativo temos déficit e quando for igual a zero temos o equilíbrio financeiro e atuarial;
- **Civil:** Representa o valor do Superávit (+) / Déficit (-) dos servidores civis.
-

É importante esclarecer que as evoluções dos resultados são reflexos das hipóteses atuariais adotadas no Cálculo Atuarial, do salário de contribuição dos servidores e das informações cadastrais.

Tabela 68: Evolução Finanprev – 2020/2023.

Tipo de Benefício Finanprev	Valores			
	DRAA 2020	DRAA 2021	DRAA 2022	DRAA 2023
Ativo do Plano	1.039.217.045,19	170.026.828,17	334.904.823,98	604.796.627,40
Prov. Matemát. BC	52.107.748.282,32	56.442.575.798,51	35.608.065.142,27	43.325.948.862,91
Prov. Matemát. BaC	40.377.298.422,22	41.088.730.908,33	32.058.793.838,19	38.486.055.469,35
Prov. Matemát. Total	92.485.046.704,54	97.531.306.706,84	67.666.858.980,46	81.812.004.332,26
Superávit(+)/Déficit(-)	-91.445.829.659,35	-97.361.279.878,67	-67.331.954.156,48	-81.207.207.704,86
Superávit/Déficit - Civil	-63.487.019.333,60	-69.247.819.512,73	-67.331.954.156,48	-81.207.207.704,86
Superávit/Déficit - Militar	-27.958.810.325,75	-28.113.460.365,94		

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Os valores são reflexos das aplicações no mercado financeiro dos repasses recebidos do Funprev. A redução da Prov. Matemát. BC, bem como a diminuição da Prov. Matemát. BaC e a contração da Prov. Matemát. Total, ocorridas em 2022 são representadas pela retirada dos militares e por utilizar a taxa de juros de 3% a.a. no cálculo atuarial como recomenda a Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022.

Tabela 69: Evolução Funprev – 2020/2023.

Tipo de Benefício Funprev	Valores			
	DRAA 2020	DRAA 2021	DRAA 2022	DRAA 2023
Ativo do Plano	4.271.337.630,50	4.366.014.661,46	4.176.722.201,75	4.186.590.041,16
Prov. Matemát. BC	2.529.420,72	19.512.121,48	35.031.649,83	49.076.908,86
Prov. Matemát. BaC	753.654.321,30	981.537.209,05	130.948.903,61	15.016.127,33
Prov. Matemát. Total	756.183.742,02	1.001.049.330,53	165.980.553,44	64.093.036,19
Superávit(+)/Déficit(-)	3.515.153.888,48	3.364.965.330,93	4.010.741.648,31	4.122.497.004,97
Superávit/Déficit - Civil	4.258.567.846,52	4.299.334.384,84	4.010.741.648,31	4.122.497.004,97
Superávit/Déficit - Militar	-743.413.958,04	-934.369.053,91		

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Os valores são reflexos do cálculo atuarial com exceção do ativo do plano que se refere as aplicações no mercado financeiro e dos repasses realizados ao Finanprev. Os valores ocorridos no exercício de 2023 representam o fluxo normal do fundo previdenciário. O decréscimo expressivo da Provisão Matemática Total, ocorrida em 2022 reflete a retirada dos militares, pois estes pertencem ao SPSM.

Tabela 70: Evolução SPSM – 2020/2023.

Tipo de Benefício SPSM	Valores			
	DRAA 2020	DRAA 2021	DRAA 2022	DRAA 2023
Ativo do Plano			0,00	21.489.805,01
Prov. Matemát. BC			17.992.907.141,59	20.262.491.577,48
Prov. Matemát. BaC			-2.012.223.136,86	-262.090.862,97
Prov. Matemát. Total			15.980.684.004,73	20.000.400.714,51
Superávit (+) / Déficit (-)			-15.980.684.004,73	-19.978.910.909,50

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Os valores ocorridos no exercício de 2023 representam o fluxo normal do SPSM.

As alíquotas e os resultados das provisões matemáticas poderão sofrer modificações ao longo do tempo, tendo em vistas mudanças no perfil etário, previdenciário, salarial ou familiar dos segurados do regime previdenciário.

Por fim, é oportuno consignar que os modelos previdenciários são arranjos concebidos para longo tempo de maturação e, portanto, requerem planejamento de igual dimensão e ajustes imediatos, tão logo sejam identificados problemas estruturais ou conjunturais que venham a desequilibrar financeiro, econômica e atuarialmente o regime previdenciário. Assim, a manutenção do equilíbrio de qualquer fundo previdenciário requer constante e contínuo monitoramento das obrigações do ente federativo vis-à-vis a sua justa fundação.

5 GESTÃO DE INVESTIMENTOS

O Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPPES realiza a gestão de três fundos:

1. Fundo Financeiro de Previdência – FINANPREV: fundo de natureza contábil, em regime de repartição simples, com a finalidade de prover recursos exclusivamente para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, e pensão aos segurados do Regime de Previdência Estadual, que ingressaram no serviço público estadual até 31 de dezembro de 2016.

2. Fundo Previdenciário - FUNPREV: fundo de natureza contábil, em regime de capitalização com a finalidade de prover recursos, exclusivamente, para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, e pensão aos segurados do Regime de Previdência Estadual, que ingressaram no Estado a partir 01 de janeiro de 2017.

3. Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM): instituído pela Lei Complementar nº 142/2021, o SPSM é o conjunto integrado de direitos, serviços e ações permanentes e interativos, de remuneração, pensão, saúde e assistência, dos militares do Estado do Pará. O fundo do SPSM tem natureza contábil, com a finalidade de prover recursos, exclusivamente, para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, reserva remunerada e reforma, inatividade e incapacidade para o serviço e pensão aos dependentes do militar.

A partir de 2022, os investimentos em RPPS passaram a ser orientados pela Resolução CMN 4.963/2021, que revogou a Res. 3.922/2010 e alterações. Os investimentos realizados ao longo de 2023 foram norteados pela **Política Anual de Investimento**, aprovada pelo Conselho Estadual de Previdência. Neste período, os recursos previdenciários foram aplicados conforme as disposições da **Resolução CMN nº 4.963 de 25/11/2021 e Portaria MTP nº 1.467/2022** e alterações.

5.1 CARTEIRA GLOBAL

Em 2023, o IGEPPS fechou com 71 ativos na carteira de investimentos. Distribuídos entre 49 fundos de investimentos distribuídos entre 18 gestores, além de 21 Títulos Públicos emitidos pelo Tesouro Federal e 1 Letra Financeira emitida por Banco Privado, que estão vinculados ao seu respectivo plano, quais sejam: Fundo Previdenciário (Funprev), Fundo Financeiro (Finanprev) e Sistema Social de Proteção dos Militares (SPSM).

Ao longo do ano de 2023, realizou-se o monitoramento da carteira visando atender os limites da Resolução CMN 4.963/2021 e as estratégias definidas na Política de Investimentos. O Nugin propôs realocações na carteira visando aumentar a exposição em ativos de renda fixa (CDI), em títulos públicos federais marcados na curva, em fundos de Economia Real (FIP) e em ativos de investimento no exterior.

Tabela 71: Carteira Global do IGEPPS –2023.

Carteira	Receita			Rendimento	Patrimônio Líquido
	Aplicação	Resgate	Amortização		
Funprev	1.082.764.857,35	1.425.629.014,83	100.184.968,61	531.008.934,05	4.264.686.028,14
Finanprev- Fundos	302.202.046,47	277.804.359,16		50.708.223,31	439.072.034,34
Funprev -LFT	143.528.876,52	143.724.073,21		195.196,69	-
Finanprev -LFT	2.221.286.080,66	2.229.869.351,79		8.583.271,13	-
SPSM - LFT	500.416.124,54	502.192.158,49		1.776.033,95	-
Disponibilidade Financeira (Dezembro / 2023)				-	281.936.166,85
Total	4.250.197.985,54	4.579.218.957,48	100.184.968,61	592.271.659,13	4.985.694.229,33

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Nota: Disponibilidade Financeira é o recurso financeiro disponível em conta corrente de titularidade do IGEPPS.

Tabela 72: Enquadramento do IGEPPS de acordo com a Política de Investimentos – 2023.

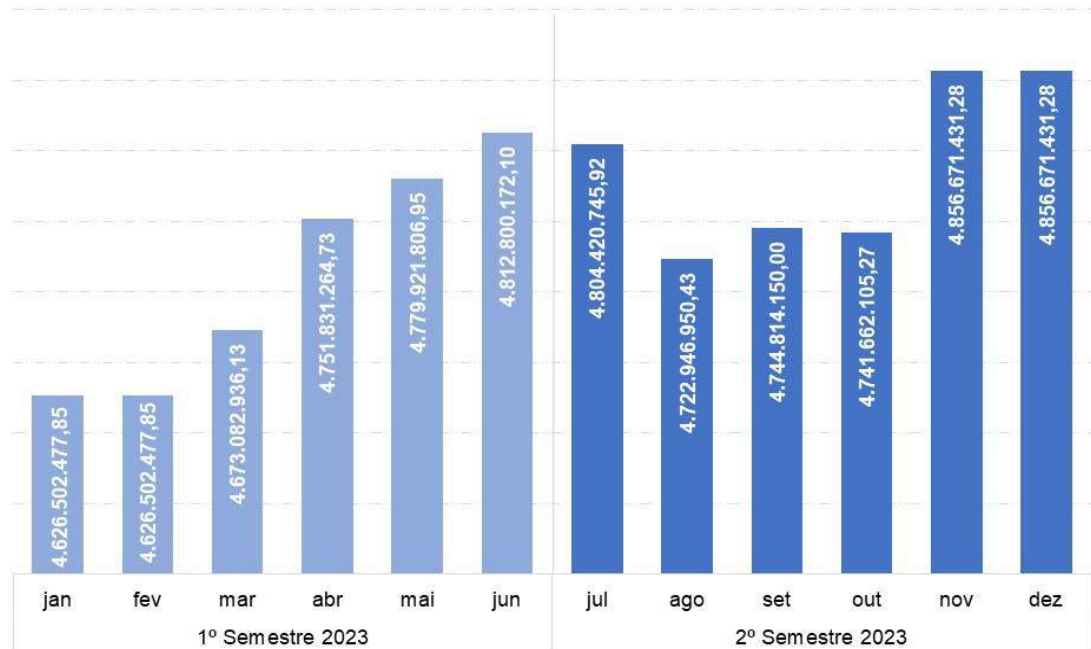
Artigo	Tipo de Ativo	Valor (R\$)	Carteira %	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa		3.678.456.447,35	78,20%		80,00%		100,00%
Art. 7º, I, "a"	Títulos Públicos de Emissão do TN (SELIC)	1.612.327.466,94	34,28%	0,00%	45,00%	65,00%	100,00%
Art. 7º, I, "b"	Fundos RF 100% Títulos Públicos	566.032.323,64	12,03%	0,00%	15,00%	55,00%	100,00%
Art. 7º, II	Operações Compromissadas	-	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	5,00%
Art. 7º, III "a"	Fundos de Renda Fixa	1.433.389.890,01	30,47%	0,00%	14,95%	40,00%	70,00%
Art. 7º, IV	Ativos Financeiros de RF de emissão com obrigação ou coobrigação de Instituições Financeiras (Lista Exaustiva BACEN)	45.455.641,87	0,97%	0,00%	2,50%	5,00%	20,00%
Art. 7º, V "a"	FIDC Cota Senior	2.534.877,39	0,05%	0,00%	0,05%	1,00%	10,00%
Art. 7º, V "b"	Fundos de Crédito Privado	18.716.247,51	0,40%	0,00%	2,50%	5,00%	10,00%
Renda Variável		497.027.733,91	10,57%		7,00%		40,00%
Art. 8º, I "a"	Fundos de Ações	497.027.733,91	10,57%	0,00%	3,50%	10,00%	40,00%
Exterior		261.613.982,19	5,56%		7,00%		10,00%
Art. 9º, II	Fic - Aberto- Investimento no Exterior	124.506.528,83	2,65%	0,00%	4,50%	10,00%	10,00%
Art. 9º, III	Fundos de Ações - BDR Nível I	137.107.453,36	2,91%	0,00%	2,50%	10,00%	10,00%
Estruturados		266.659.899,04	5,67%		6,00%		20,00%
Art. 10º, I	Fundos Multimercados	169.031.368,76	3,59%	0,00%	2,50%	10,00%	10,00%
Art. 10º, II	Fundos de Participações (FIP)	97.628.530,28	2,08%	0,00%	3,50%	5,00%	5,00%
Total da Carteira		4.703.758.062,48	100,00%		100,00%		
Disponibilidade Financeira		281.936.166,85					
Total Geral		4.985.694.229,33					

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Observa-se na que o enquadramento da carteira global no ano 2023 ficou dentro dos limites definidos na Política de Investimento.

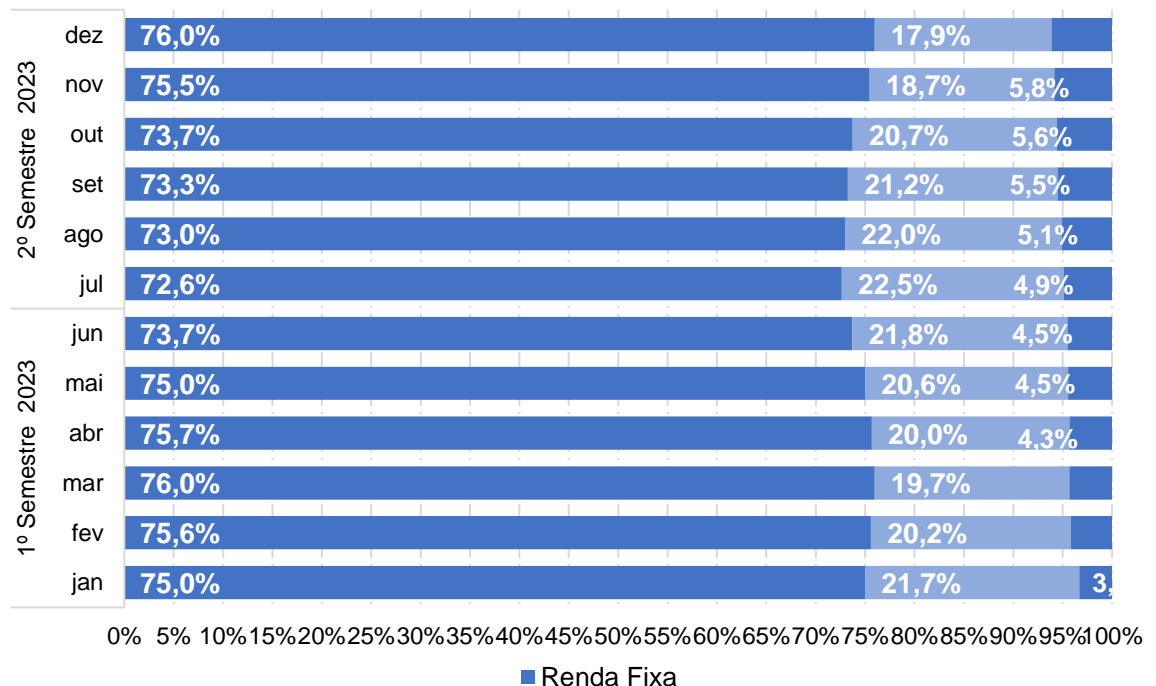
5.2 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CARTEIRA GLOBAL

Gráfico 2: Evolução do Patrimônio Líquido Aplicado – 2023.



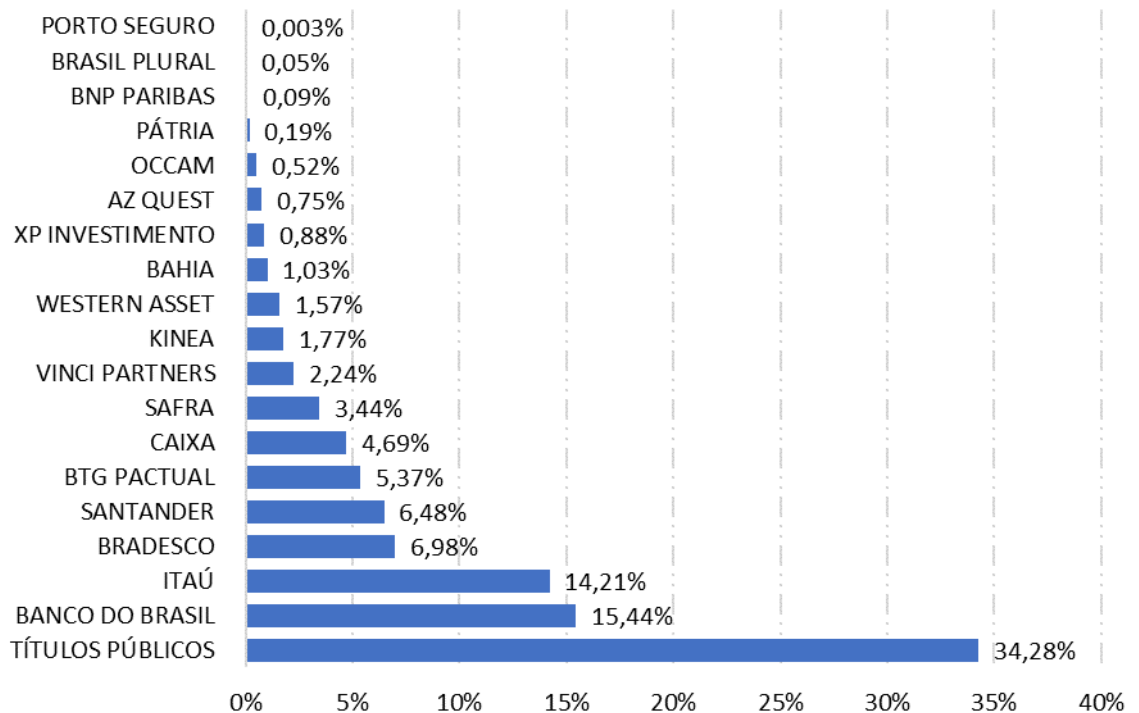
Fonte: Nugin/IGEPPS.

Gráfico 3: Distribuição do Patrimônio do Finanprev, Funprev e SPSM – 2023.



■ Renda Fixa
Fonte: Nugin/IGEPPS.

Gráfico 4: Patrimônio Líquido por Instituição Financeira – 2023.

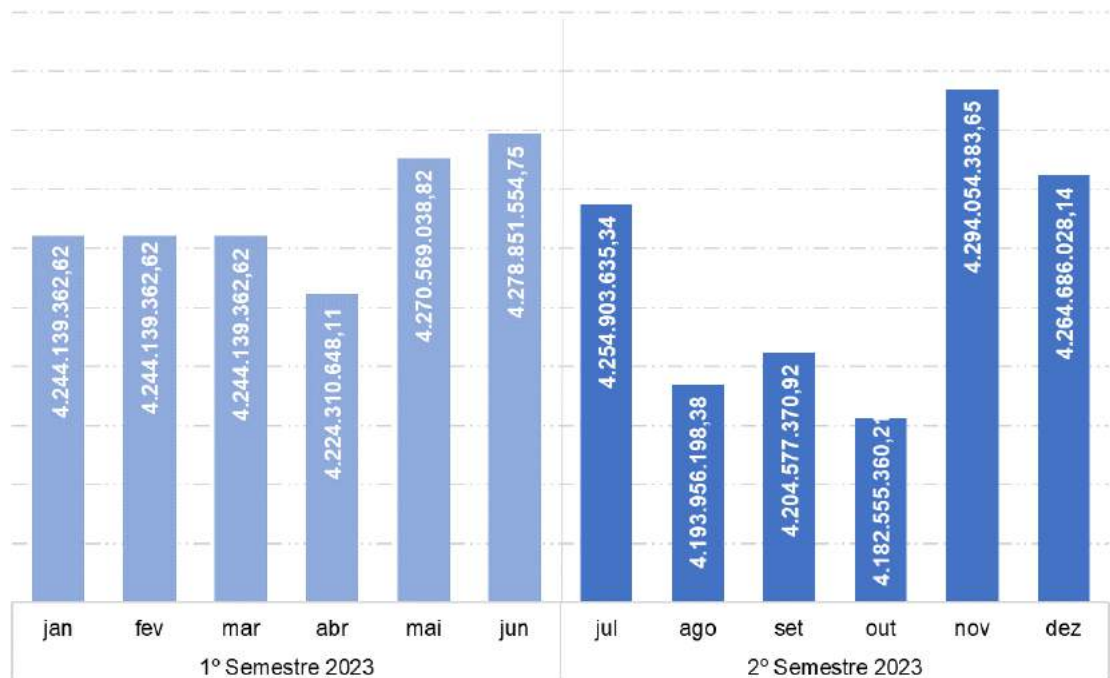


Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.3 CARTEIRA FUNPREV

5.3.1 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira Funprev

Gráfico 5: Evolução do Patrimônio Líquido Funprev – 2023.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

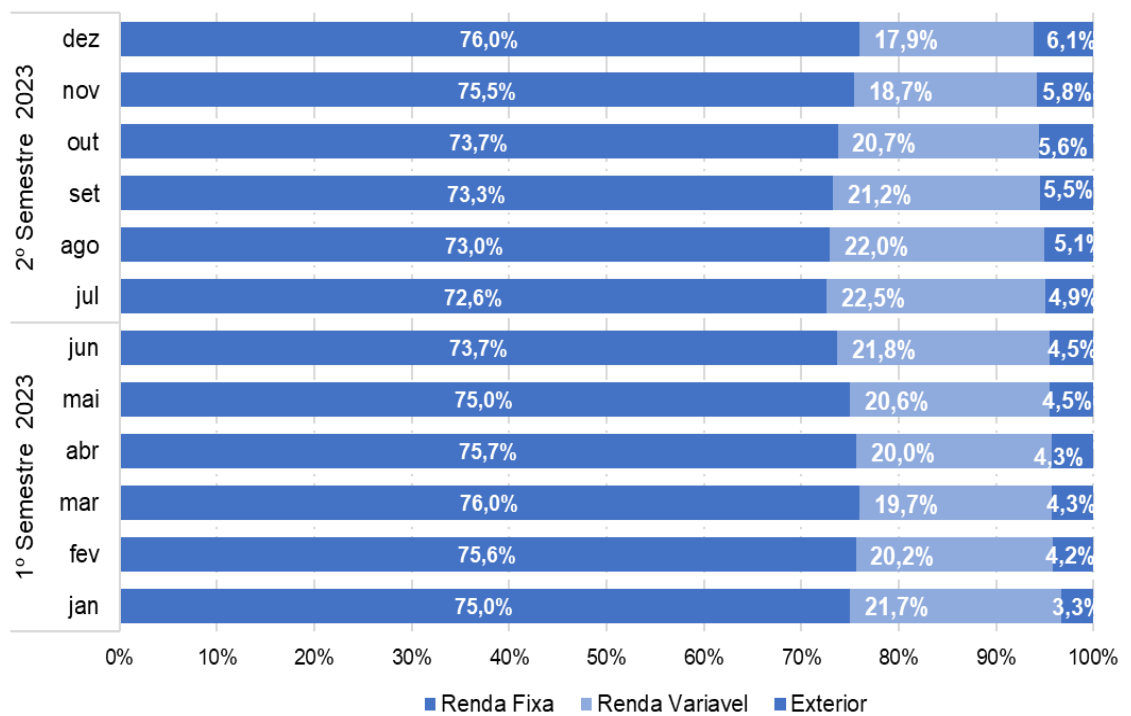
5.3.2 Resultado da Carteira Funprev

Gráfico 6: Evolução do Rendimento do Funprev – 2023.



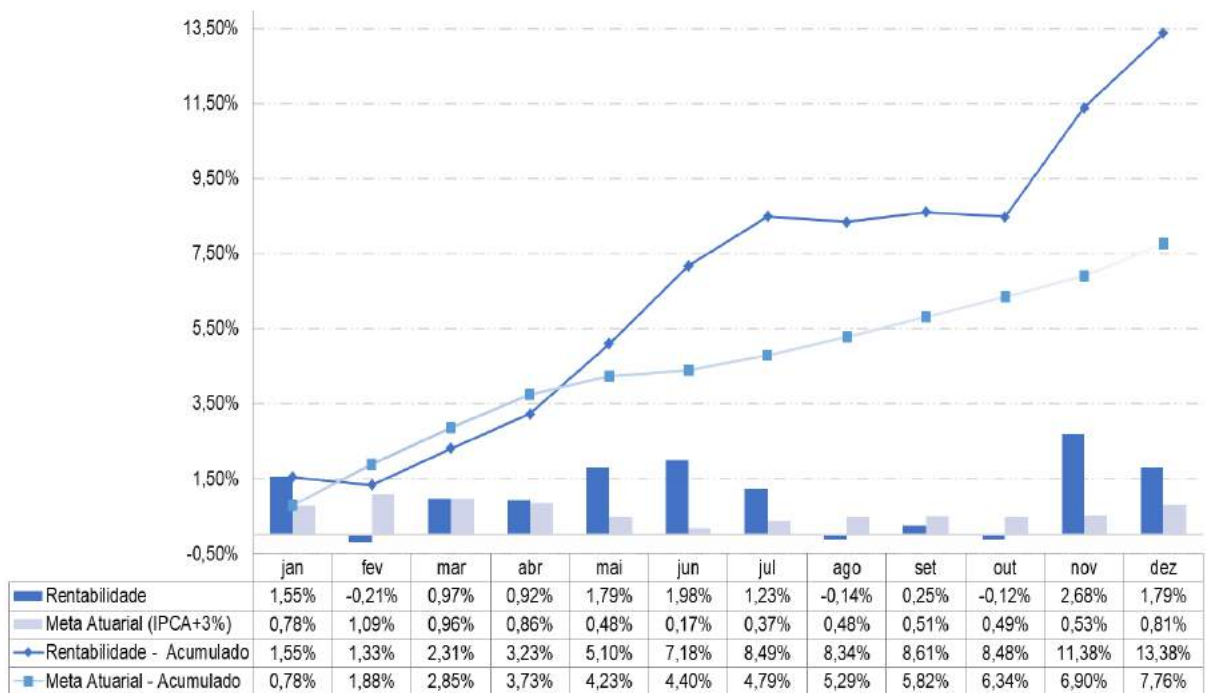
Fonte: Nugin/IGEPPS..

Gráfico 7: Distribuição de Recurso por Segmento Funprev – 2023.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

Gráfico 8: Rentabilidade Funprev em relação a Meta Atuarial – 2023.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

O desempenho da carteira FUNPREV em 2023 foi de 13,38% para uma meta de 7,76%, possibilitando o cumprimento da meta atuarial no ano.

Tabela 73-a: Cenário Global Econômico e Político e avaliação de impacto da conjuntura na carteira de investimentos FUNPREV – 2023.

Cenário Global		
Janeiro a Abril	Maio a Agosto	Setembro a Dezembro
Tema - Atividade		
O ano começou com cautela sobre as perspectivas de crescimento e atividade econômica global, mesmo com a reabertura da economia chinesa. É reforçado esse sentimento com estresse envolvendo bancos nos EUA e EU.	O risco de crise bancária foi afastado, mas o teto da dívida dos EUA foi ampliado, a economia apresentou resiliência, a Fitch Ratings reduziu a nota de crédito dos EUA de AAA para AA+. Na China, a atividade segue fraca e anunciou estímulos para sustentar o seu crescimento. O conflito entre Rússia e Ucrânia permaneceu ainda mais intenso.	O risco do shutdown nos EUA aumentou a preocupação com a situação fiscal do país. Conflito entre Hamas e Israel preocupou o preço do petróleo, porém não teve impacto. Na Europa, a economia seguiu em desaceleração. Na China, os últimos dados de atividade trouxeram algum alívio, o governo amplia as medidas de estímulo, mas é projetado a permanência de crescimento baixo.

Tabela 73-b: Cenário Econômico e Político e avaliação de impacto da conjuntura na carteira de investimentos FUNPREV – 2023.

Cenário Global		
Janeiro a Abril	Maio a Agosto	Setembro a Dezembro
Tema - Inflação		
No início de 2023, a expectativa global era que os bancos centrais já estivessem controlados a inflação e terem chegado perto do fim dos apertos monetários. Mas, a inflação mostrou-se resiliente e pressionada pelo mercado de trabalho.	Nos EUA e Europa a inflação segue ainda elevada e acima da expectativa, os núcleos apresentam mínima melhora. A Europa com economia fraca e inflação alta, corre risco de estagflação.	Nos EUA, foi observado a desinflação de núcleos e serviços, assim como os dados do emprego também vieram abaixo do esperado no último trimestre do ano, assim a expectativa é que o FED tenha encerrado o ciclo de alta de juros. Na Europa, a desinflação prossegue seu curso.
Tema - Bolsas		
Após o estresse com a inflação alta, os problemas com os bancos regionais contaminaram o sentimento de mercado de aversão ao risco.	Refletindo a forte atividade americana e os dados baixistas de atividade da Europa e China, observamos uma abertura dos juros globais, com as principais bolsas com performances negativas.	O último quadrimestre iniciou com uma maior aversão ao risco, dado a constatação de juros mais alto por mais tempo. Porém, com a perspectiva de fim da alta de juros, a aversão ao risco foi reduzida, o que fez as principais bolsas globais performarem muito bem e terminarem o ano no positivo.
Tema - Juros		
A volatilidade dos juros globais foi muito dependente dos eventos de inflação e receio com a queda generalizada de bancos nos EUA.	Os temores em relação ao setor bancário reduzidos e as discussões sobre o aumento do teto da dívida, fizeram a curva de juros subir nos EUA. O FED e BCE realizaram altas de juros, mantendo o aperto monetário.	A curva de juros dos EUA manteve-se alta, por ter a economia ainda resiliente, o forte emissões de títulos, o aumento do déficit fiscal e o FED mantendo o juros altos e por mais tempo. Depois, dados mais fracos de emprego e inflação reverteram a pressão na parte mais longa da curva de juros, levando as curvas globais acompanharem esses movimentos.

Fonte: Nugin/IGEPPS.

Tabela 73-c: Cenário Brasil Econômico e Político e avaliação de impacto da conjuntura na carteira de investimentos FUNPREV – 2023.

Cenário Brasil		
Janeiro a Abril	Maio a Agosto	Setembro a Dezembro
Tema - Atividade		
Houve a descompressão da atividade econômica, mesmo com ritmo de consumo e mercado de trabalho indicando uma atividade corrente resiliente, assim como o monitoramento do aperto das condições de crédito no caso Americanas.	O PIB brasileiro esteve em contante revisão para cima, com o setor agropecuário crescente forte no primeiro trimestre, com uma supersafra. E o desemprego segue próximo das mínimas históricas.	Os dados seguem sinalizando uma desaceleração da atividade, por dois meses consecutivo o IBC-Br veio abaixo do esperado, com possíveis efeitos da política monetária e do fim da supersafra. Mesmo com a taxa de desemprego reduzindo no Brasil.
Tema – Política Econômica		
Os debates acerca da independência do Banco Central, mudança de metas de inflação, o anúncio do novo arcabouço fiscal e da capacidade do governo em promover uma trajetória fiscal sustentável marcaram o início do ano.	Aprovação do Novo Arcabouço Fiscal e projeto de reforma tributária. O governo lançou subsídios de automóveis, novo Bolsa Família, o Desenrola, e o novo salário-mínimo. O CMN manteve a meta de inflação. Agências de riscos melhoraram a nota da dívida pública brasileira e a nota de risco para o Brasil de BB-para BB.	A meta de déficit zero do governo é desacreditada, mesmo com novas fontes de receita, como a tributação de fundos exclusivos e offshore. Começando a discussão de quanto seria um déficit aceitável para economia brasileira.
Tema - Inflação		
A inflação teve uma descompressão lenta, dados dos núcleos estiveram elevados e as expectativas de inflação desancoradas. Uma discussão sobre alteração da meta de inflação no CMN, deixou o Bacen mais conservador, mantendo inalterada a Selic em 13,75%.	A inflação trouxe surpresas positivas intensificadas pela queda nos preços das commodities. Além disso dos núcleos também vieram abaixo do esperado, resultando em uma visão mais positiva sobre a dinâmica da inflação para o Banco Central.	A inflação teve surpresas baixistas com as médias dos núcleos, no geral o IPCA está vindo abaixo do esperado confirmando a desinflação e favorecendo o cenário de política monetária, possibilitando mais cortes de juros.
Tema - Juros		
A incerteza na política fiscal e atrito entre o governo e BC causaram oscilações nas curvas de juros futuros, mas apresentaram tendência de queda seguindo o movimento global e a redução dos prêmios de riscos fiscais locais.	As curvas de juros recuaram, refletindo as surpresas positivas da inflação. Desta forma, o Bacen iniciou os cortes de 0,50% na Selic. Mas as curvas de juros longa abriram, seguindo a tendência global.	O COPOM optou pela manutenção de cortes na taxa de juros de 0,50 p.p., deixando a Selic em 11,75%. Já a curva de juros não foi influenciada pelas discussões sobre a meta fiscal e recuou fortemente no fim do ano acompanhando as curvas globais.

Tabela 73-d: Cenário Brasil Econômico e Político e avaliação de impacto da conjuntura na carteira de investimentos FUNPREV – 2023.

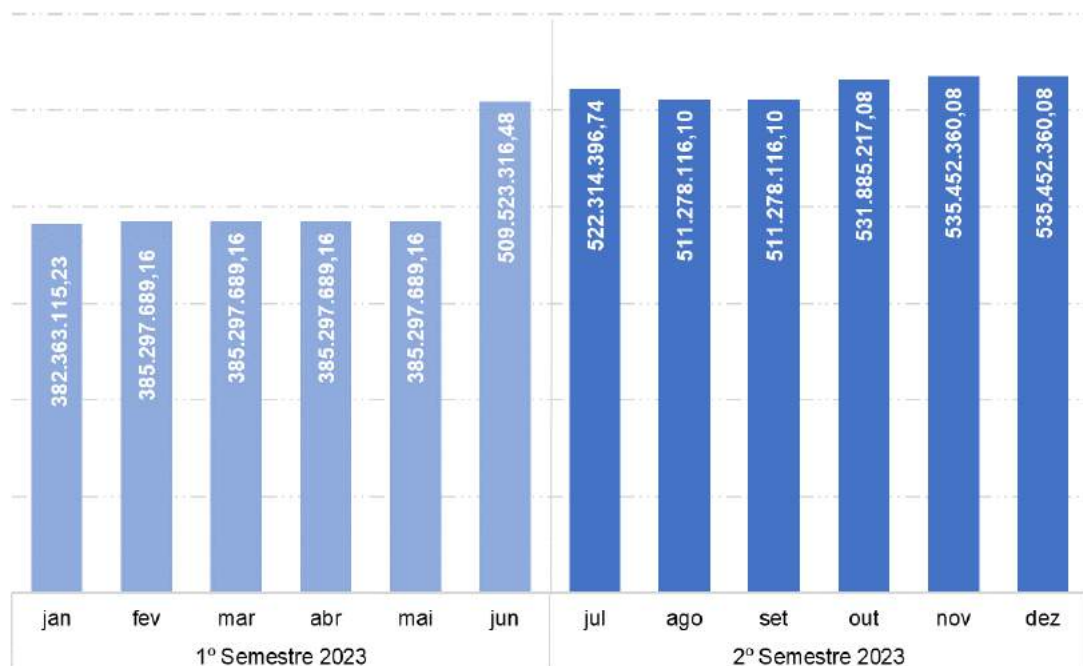
Cenário Brasil		
Janeiro a Abril	Maio a Agosto	Setembro a Dezembro
Tema - Bolsa		
O Ibovespa seguiu os movimentos internacionais, ou seja, quando o exterior foi positivo, aqui também foi, o inverso também. Acrescentando a isto, os ruídos políticos internos que pesaram negativamente.	O Ibovespa com o cenário interno mais positivo, acompanhou o bom desempenho das bolsas globais e considerando a expectativa do início de cortes na taxa de juros, superou a marca dos 120.000 pontos.	Seguindo as bolsas globais, que foram extremamente positivas, o Ibovespa fechou o ano com 22,28%, o melhor resultado desde 2019 e batendo os máximos históricos da bolsa.
IGEPPS - FUNPREV		
Retorno x Meta Atuarial		
No primeiro quadrimestre do ano, o Retorno foi de 3,5% e Meta Atuarial de 3.73%.	No segundo quadrimestre do ano, o Retorno foi de 4,94% e Meta Atuarial de 1,50%.	O Retorno no terceiro quadrimestre do ano foi de 4,63% e Meta Atuarial de 2,35%. O Retorno anual foi de 13,38%, contra uma Meta Atuarial de 7,76%.

Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.4 CARTEIRA FINANPREV

5.4.1 Evolução do Patrimônio Líquido do Finanprev

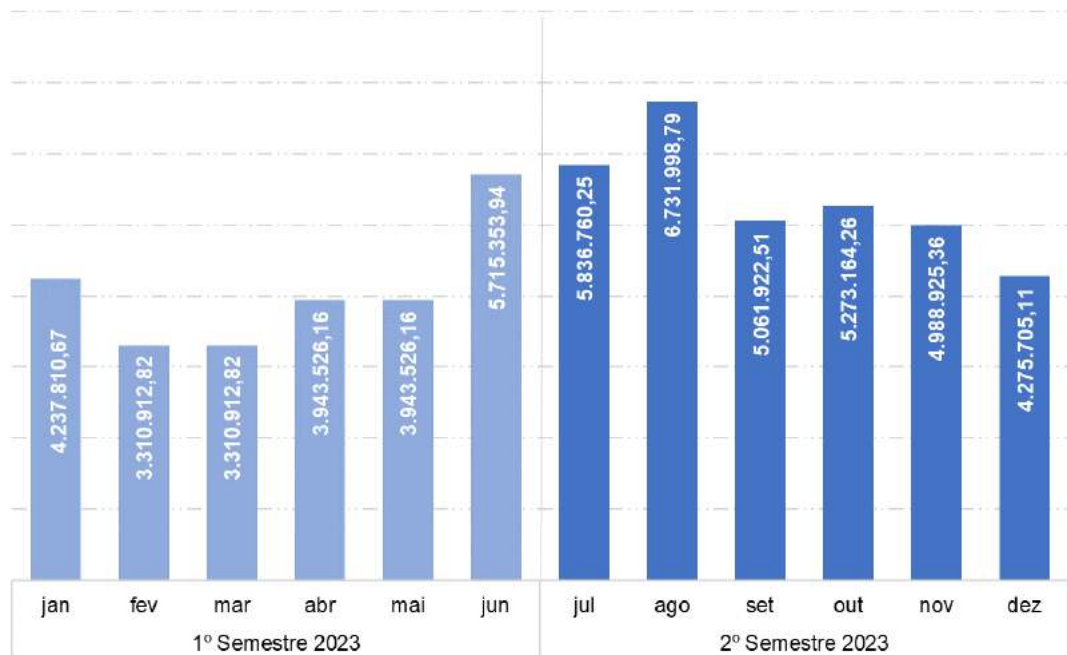
Gráfico 9: Evolução do Patrimônio Líquido Finanprev – 2023.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.4.2 Resultado do Finanprev

Gráfico 10: Evolução do Rendimento do FINANPREV – 2023.



Fonte: Nugin/IGEPPS.

5.5 ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2017 E 125/2019 - TRANSFERÊNCIA DO RENDIMENTO FUNPREV PARA O FINANPREV

Para atendimento à Lei Complementar 115/2017, alterada pela 125/2019, já foi transferido do Funprev para o Finanprev o valor de R\$ 3.168.037.384,05 (três bilhões, cento e sessenta e oito milhões, trinta e sete mil, trezentos e oitenta e quatro reais e cinco centavos), no período de 2020 até dezembro de 2023.

Tabela 74: Transferências do Funprev para o Finanprev – 2020/2023.

Transferências Funprev para o Finanprev		
Ano	Descrição	Valor
2020	Transferência Rendimento Ano de 2020	209.416.677,77
2021	Transferência Rendimento Ano de 2021	80.224.987,67
2022	Transferência Rendimento Ano de 2022	181.288.571,30
2023	Transferência Rendimento Ano de 2023	427.398.108,42
Total		898.328.345,14

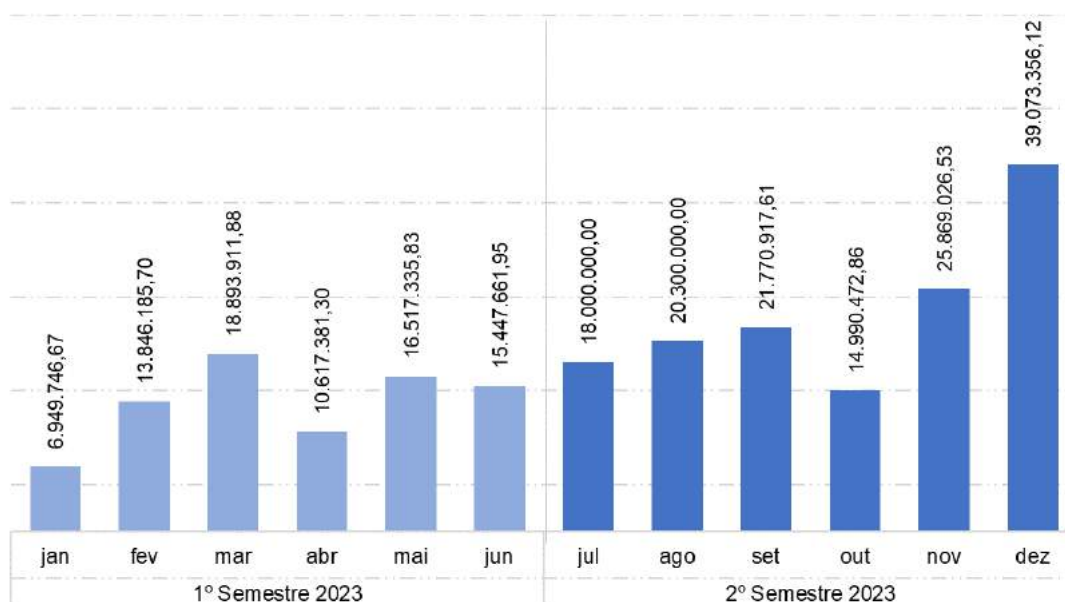
Fonte: NUGIN/IGEPPS.

5.6 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A taxa de administração é a taxa de manutenção para atender as despesas administrativas do IGEPPS. Ela é custeada exclusivamente pelos recursos provenientes da arrecadação previdenciária do Funprev. Nos casos em que a arrecadação não cobre a taxa de administração, é solicitado o resgate dos recursos capitalizados nos fundos de investimentos da carteira Funprev.

Em 2023, foi utilizado o montante de R\$ 222.275.996,45 (duzentos e vinte e dois milhões, duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e noventa e seis reais e quarenta e cinco centavos), para custear as despesas do IGEPPS.

Gráfico 11: Taxa de Administração – 2023.



Fonte: Nugin/Coaf/IGEPPS.

Tabela 75: Taxa de administração – 2020 a 2023.

Taxa de Administração			
Ano	Arrecadação Funprev	Resgate dos Fundos de Investimentos do Funprev	Total da Taxa de Administração
2020	37.992.505,41	-	37.992.505,41
2021	57.652.451,36	20.069.770,00	77.722.221,36
2022	133.103.688,46	65.856.875,18	198.960.563,64
2023	261.216.288,67	397.738.771,31	658.955.059,98
TOTAL	489.964.933,90	483.665.416,49	973.630.350,39

Fonte: COAF/Nugin/IGEPPS.

6 PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Os órgãos colegiados exercem papel fundamental na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social como instrumentos de fiscalização e acompanhamento das atividades e decisões tomadas pelos gestores da Entidade. No Regime de Previdência dos Servidores Públicos do Estado do Pará, o Conselho Estadual de Previdência – CEP, o Conselho Fiscal e o Comitê de Investimentos exercem as atribuições atinentes aos órgãos colegiados, cada um deles em sua esfera de atribuição, contribuindo para a consolidação do modelo de gestão pautado na transparência e eficiência de suas ações.

Vale enfatizar que através desses conselhos é exercido o controle social do regime, já que eles contam com a participação de grupo representativo da sociedade no âmbito da gestão e fiscalização da Instituição responsável por gerir do Fundo Estadual de Previdência.

6.1 REUNIÕES E PRINCIPAIS DECISÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA - CEP

No ano de 2023, o Conselho Estadual de Previdência – CEP realizou 12 (doze) reuniões ordinárias e sendo 02 (duas) extraordinárias. Abaixo segue o quadro com a data, classificação, principais pautas e decisões, e participantes.

Tabela 76: Reuniões e principais decisões do CEP em 2023.

Data	Classificação	Principais pautas e decisões	Participantes
03/02/2023	1ª Ordinária	NÃO HOUVE QUÓRUM	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva - Representante do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Membro Titular); René de Oliveira e Sousa Júnior - Representante da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará (Membro Titular); Ivan Silveira da Costa - Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular); Carolina Ormanes Massoud - Representante da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (Membro Titular); Waldete Vasconcelos Seabra Gomes - Representante da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Sandra Maria Azevedo dos Santos - Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Dilson Barbosa Soares Junior - Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Suplente); Marly dos Anjos Belo da Silva - Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente).
28/02/2023	2ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação dos Relatórios Mensais de Investimentos de Novembro e Dezembro de 2022; Definição do Calendário Anual de Reuniões de 2023. 	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva - Representante do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Membro Titular); René de Oliveira e Sousa Júnior - Representante da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará (Membro Titular); Carolina Ormanes Massoud - Representante da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (Membro Titular); Massoud Tufi Salim Filho - Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Waldete Vasconcelos Seabra Gomes - Representante da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Sandra Maria Azevedo dos Santos - Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Pedro Fernandes Souza Filho - Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Titular); Dilson Barbosa Soares Junior - Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Suplente); Marly dos Anjos Belo da Silva - Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente).
03/03/2022	1ª Extraordinária	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação da Avaliação Atuarial 2023. 	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva Representante do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Membro Titular); Franklin José Neves Contente - Representante do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Membro Suplente); René de Oliveira e Sousa Júnior - Representante da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará (Membro Titular); Ivan Silveira da Costa - Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular); Carolina Ormanes Massoud - Representante da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (Membro Titular); Massoud Tufi Salim Filho - Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Waldete Vasconcelos Seabra Gomes - Representante da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Pedro Fernandes Souza Filho - Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Titular); Sandra Maria Azevedo dos Santos - Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Dilson Barbosa Soares Junior - Representante dos Segurados

			Inativos do Estado do Pará (Membro Suplente); Marly dos Anjos Belo da Silva – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente).
31/03/2023	3ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação dos Relatórios Mensais de Investimentos de Janeiro e Fevereiro de 2023; • Avaliação da Prestação de Contas do IGEPPS de 2022. 	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva Representante do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Membro Titular); Franklin José Neves Contente – Representante do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Membro Suplente); René de Oliveira e Sousa Júnior – Representante da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará (Membro Titular); Ivan Silveira da Costa – Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular); Carolina Ormanes Massoud – Representante da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (Membro Titular); Massoud Tufi Salim Filho – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Waldete Vasconcelos Seabra Gomes – Representante da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Pedro Fernandes Souza Filho – Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Titular); Sandra Maria Azevedo dos Santos – Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Dilson Barbosa Soares Junior - Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Suplente); Marly dos Anjos Belo da Silva – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente).
28/04/2023	4ª Ordinária	NÃO HOUVE QUÓRUM	Franklin José Neves Contente - Representante do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Membro Suplente); René de Oliveira e Sousa Júnior – Representante da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará (Membro Titular); Sandra Maria Azevedo dos Santos – Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Dilson Barbosa Soares Junior - Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Suplente); Marly dos Anjos Belo da Silva – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente); Pedro Fernandes Souza Filho – Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Titular).
05/05/2023	2ª Extraordinária	NÃO HOUVE QUÓRUM	Franklin José Neves Contente - Representante do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Membro Suplente); René de Oliveira e Sousa Júnior – Representante da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará (Membro Titular); Ivan Silveira da Costa – Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular); Carolina Ormanes Massoud – Representante da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (Membro Titular); Sandra Maria Azevedo dos Santos – Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Waldete Vasconcelos Seabra Gomes – Representante da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Dilson Barbosa Soares Junior - Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Suplente); Marly dos Anjos Belo da Silva – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente).

02/06/2023	5ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação dos Relatórios Mensais de Investimentos de Março e Abril de 2023. 	Franklin José Neves Contente - Representante do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Membro Suplente); Lourival de Barros Barbalho Junior – Representante da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará(Membro Suplente); Ivan Silveira da Costa – Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular); Carolina Ormanes Massoud – Representante da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (Membro Titular); Massoud Tufi Salim Filho – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Sandra Maria Azevedo dos Santos – Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Waldete Vasconcelos Seabra Gomes – Representante da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Dilson Barbosa Soares Junior - Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Suplente); Marly dos Anjos Belo da Silva – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente).
30/06/2023	6º Ordinária	NÃO HOUVE QUÓRUM	Franklin José Neves Contente - Representante do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Membro Suplente); Ivan Silveira da Costa – Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular); Massoud Tufi Salim Filho – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Sandra Maria Azevedo dos Santos – Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Waldete Vasconcelos Seabra Gomes – Representante da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Dilson Barbosa Soares Junior - Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Suplente); Marly dos Anjos Belo da Silva – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente).
04/08/2023	7ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação do Relatório Mensal de Investimentos de Maio de 2023. 	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva Representante do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Membro Titular); Franklin José Neves Contente – Representante do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Membro Suplente); René de Oliveira e Sousa Júnior – Representante da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará(Membro Titular); Ivan Silveira da Costa – Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular); Carolina Ormanes Massoud – Representante da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (Membro Titular); Massoud Tufi Salim Filho – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Waldete Vasconcelos Seabra Gomes – Representante da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Pedro Fernandes Souza Filho – Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Titular); Sandra Maria Azevedo dos Santos – Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Dilson Barbosa Soares Junior - Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Titular); Marly dos Anjos Belo da Silva – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente).
01/09/2023	8ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação do Relatório Mensal de Investimentos de Junho de 2023. 	Franklin José Neves Contente - Representante do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Membro Suplente); Lourival de Barros Barbalho Junior – Representante da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará(Membro Suplente); Carolina Ormanes Massoud – Representante da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (Membro Titular); Massoud Tufi Salim Filho – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

			(Membro Titular); Sandra Maria Azevedo dos Santos – Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Waldete Vasconcelos Seabra Gomes – Representante da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Dilson Barbosa Soares Junior - Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Titular); Jozelia Paiva de Souza – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Hugo Sanches da Silva Picanço – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente).
29/09/2023	9ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação dos Relatórios Mensais de Investimentos de Julho e Agosto de 2023. 	Franklin José Neves Contente - Representante do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Membro Suplente); Lourival de Barros Barbalho Junior – Representante da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará (Membro Suplente); Massoud Tufi Salim Filho – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Sandra Maria Azevedo dos Santos – Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Waldete Vasconcelos Seabra Gomes – Representante da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Dilson Barbosa Soares Junior - Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Titular); Pedro Fernandes Souza Filho – Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Titular); Jozelia Paiva de Souza – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Hugo Sanches da Silva Picanço – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente).
27/10/2023	10ª Ordinária	NÃO HOUVE QUÓRUM	Franklin José Neves Contente - Representante do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Membro Suplente); Lourival de Barros Barbalho Junior – Representante da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará (Membro Suplente); Artêmio Marcos Damasceno Ferreira – Representante da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (Membro Suplente); Massoud Tufi Salim Filho – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Amilton Pinheiro de Oliveira – Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Suplente); Terezinha de Jesus Moraes Cordeiro – Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Suplente); Jozelia Paiva de Souza – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Hugo Sanches da Silva Picanço – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente).
01/12/2023	11ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação do Relatório Mensal de Setembro e Outubro de 2023; Avaliação da Minuta da Política de Investimentos 2024. 	Franklin José Neves Contente - Representante do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Membro Suplente); Lourival de Barros Barbalho Junior – Representante da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará (Membro Suplente); Ivan Silveira da Costa – Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular); Carolina Ormanes Massoud – Representante da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (Membro Titular); Massoud Tufi Salim Filho – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Waldete Vasconcelos Seabra Gomes – Representante da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Sandra Maria Azevedo dos Santos – Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Terezinha de Jesus Moraes Cordeiro – Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Suplente); Jozelia Paiva de Souza – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Hugo Sanches

			da Silva Picanço – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente).
14/12/2023	12ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação da Minuta da Política de Investimentos 2024. 	<p>Elieth de Fátima da Silva Braga – Representante da Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará (Membro Titular); Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva – Representante do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Membro Titular); Lourival de Barros Barbalho Junior – Representante da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará (Membro Suplente); Ivan Silveira da Costa – Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular); Carolina Ormanes Massoud – Representante da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (Membro Titular); Massoud Tufi Salim Filho – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Waldete Vasconcelos Seabra Gomes – Representante da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Sandra Maria Azevedo dos Santos – Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Terezinha de Jesus Moraes Cordeiro – Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Suplente); Jozelia Paiva de Souza – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Hugo Sanches da Silva Picanço – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente).</p>

Fonte: GAPRE/IGEPPS.

6.2 REUNIÕES E PRINCIPAIS DECISÕES DO CONSELHO FISCAL DO RPPS/PA

No ano de 2023, o Conselho Fiscal realizou 10 (dez) reuniões ordinárias e 01 (uma) extraordinária. Abaixo segue o quadro com a data, classificação, principais pautas e decisões, e participantes.

Tabela 77: Reuniões e principais decisões do Conselho Fiscal em 2023.

Data	Classificação	Principais Pautas e Decisões	Participantes
31/01/2023	1ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> • Recebimento de Documentação – Prestação de Contas IGEPPS 2022; • Aprovação dos Relatórios Mensais de Investimentos de Novembro e Dezembro de 2022; • Definição do Calendário Anual de Reuniões para o Exercício de 2023. 	Henrique Pereira Mascarenhas – Representante do Governo do Estado do Pará (Presidente do Conselho); Fabricio Pereira Medeiros – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Suplente); Ingrid da Silva Alencar – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Miguel Evangelista Miranda Cruz – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Jefferson Rosa Coelho – Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular); Marcus Vinicius Gomes Holanda – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Ronaldo César Perdigão de Moraes – Representante dos Servidores Militares Aposentados do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Alessandro Cezar Capistrano Neves – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente).
27/02/2023	2ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação do Relatório Mensal de Investimentos de Janeiro de 2023. 	Henrique Pereira Mascarenhas – Representante do Governo do Estado do Pará (Presidente do Conselho); Fabricio Pereira Medeiros – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Suplente); Ingrid da Silva Alencar – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Miguel Evangelista Miranda Cruz – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Jefferson Rosa Coelho – Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular); Marcus Vinicius Gomes Holanda – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Ronaldo César Perdigão de Moraes – Representante dos Servidores Militares Aposentados do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Alessandro Cezar Capistrano Neves – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente).
07/03/2023	1ª Extraordinária	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação da Prestação de Contas de 2022. 	Henrique Pereira Mascarenhas – Representante do Governo do Estado do Pará (Presidente do Conselho); Fabricio Pereira Medeiros – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Suplente); Ingrid da Silva Alencar – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Miguel Evangelista Miranda Cruz – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Jefferson Rosa Coelho – Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular); Marcus Vinicius Gomes Holanda – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Ronaldo César Perdigão de Moraes – Representante dos Servidores Militares Aposentados do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Alessandro Cezar Capistrano Neves – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente).

			Coelho – Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular); Marcus Vinicius Gomes Holanda – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Alessandro Cezar Capistrano Neves – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente).
29/03/2023	3ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação do Relatório Mensal de Investimentos de Fevereiro de 2023. 	<p>Henrique Pereira Mascarenhas – Representante do Governo do Estado do Pará (Presidente do Conselho); Fabricio Pereira Medeiros – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Suplente); Ingrid da Silva Alencar – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Miguel Evangelista Miranda Cruz – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Jefferson Rosa Coelho – Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular); Marcus Vinicius Gomes Holanda – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Ronaldo César Perdigão de Moraes – Representante dos Servidores Militares Aposentados do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Alessandro Cezar Capistrano Neves – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente).</p>
26/04/2023	4ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação do Relatório Mensal de Investimentos de Março de 2023. 	<p>Henrique Pereira Mascarenhas – Representante do Governo do Estado do Pará (Presidente do Conselho); Fabricio Pereira Medeiros – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Suplente); Ingrid da Silva Alencar – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Miguel Evangelista Miranda Cruz – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Jefferson Rosa Coelho – Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular); Marcus Vinicius Gomes Holanda – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Ronaldo César Perdigão de Moraes – Representante dos Servidores Militares Aposentados do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Alessandro Cezar Capistrano Neves – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente).</p>
31/05/2023	5ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação do Relatório Mensal de Investimentos de Abril de 2023; Apreciação da Avaliação Atuarial de 2023. 	<p>Henrique Pereira Mascarenhas – Representante do Governo do Estado do Pará (Presidente do Conselho); Fabricio Pereira Medeiros – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Suplente); Ingrid da Silva Alencar – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Miguel Evangelista Miranda Cruz – Representante da</p>

			<p>Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Jefferson Rosa Coelho – Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular); Marcus Vinicius Gomes Holanda – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Ronaldo Cézar Perdigão de Moraes – Representante dos Servidores Militares Aposentados do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Alessandro Cezar Capistrano Neves – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente).</p>
05/07/2023	6ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> • Papo Previdenciário; • Informes Conselho Fiscal. 	<p>Henrique Pereira Mascarenhas – Representante do Governo do Estado do Pará (Presidente do Conselho); Fabricio Pereira Medeiros – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Suplente); Ingrid da Silva Alencar – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Miguel Evangelista Miranda Cruz – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Jefferson Rosa Coelho – Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular); Marcus Vinicius Gomes Holanda – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Ronaldo Cézar Perdigão de Moraes – Representante dos Servidores Militares Aposentados do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Alessandro Cezar Capistrano Neves – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente).</p>
16/08/2023	7ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação dos Relatórios Mensais de Investimentos de Maio e Junho de 2023; • Informes Conselho Fiscal. 	<p>Henrique Pereira Mascarenhas – Representante do Governo do Estado do Pará (Presidente do Conselho); Fabricio Pereira Medeiros – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Suplente); Ingrid da Silva Alencar – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Miguel Evangelista Miranda Cruz – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Jefferson Rosa Coelho – Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular); Marcus Vinicius Gomes Holanda – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Ronaldo Cézar Perdigão de Moraes – Representante dos Servidores Militares Aposentados do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Alessandro Cezar Capistrano Neves – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente).</p>

30/08/2023	8ª Ordinária	CANCELADA	-
27/09/2023	9ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação do Relatório Mensal de Investimentos de Julho de 2023; 	<p>Henrique Pereira Mascarenhas – Representante do Governo do Estado do Pará (Presidente do Conselho); Fabricio Pereira Medeiros – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Suplente); Ingrid da Silva Alencar – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Miguel Evangelista Miranda Cruz – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Jefferson Rosa Coelho – Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular); Marcus Vinicius Gomes Holanda – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Ronaldo Cézar Perdigão de Moraes – Representante dos Servidores Militares Aposentados do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Alessandro Cezar Capistrano Neves – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente).</p>
26/10/2023	10ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação dos Relatórios Mensais de Investimentos de Agosto e Setembro de 2023; 	<p>Henrique Pereira Mascarenhas – Representante do Governo do Estado do Pará (Presidente do Conselho); Fabricio Pereira Medeiros – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Suplente); Ingrid da Silva Alencar – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Miguel Evangelista Miranda Cruz – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Jefferson Rosa Coelho – Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular); Marcus Vinicius Gomes Holanda – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Ronaldo Cézar Perdigão de Moraes – Representante dos Servidores Militares Aposentados do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Alessandro Cezar Capistrano Neves – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente).</p>
29/11/2023	11ª Ordinária	CANCELADA	-

13/12/2023	12ª Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação do Relatório Mensal de Investimentos de Outubro de 2023; • Aprovação da Política de Investimentos 2024. 	<p>Henrique Pereira Mascarenhas – Representante do Governo do Estado do Pará (Presidente do Conselho); Fabricio Pereira Medeiros – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Suplente); Ingrid da Silva Alencar – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Miguel Evangelista Miranda Cruz – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Jefferson Rosa Coelho – Representante do Ministério Público do Estado do Pará (Membro Titular); Marcus Vinicius Gomes Holanda – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Ronaldo César Perdigão de Moraes – Representante dos Servidores Militares Aposentados do Estado do Pará (Membro Titular); Ten. Cel. QOPM Alessandro Cezar Capistrano Neves – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente).</p>
------------	---------------	--	---

Fonte: GAPRE/IGEPPS.

7 ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

7.1 GESTÃO DE PESSOAL

O investimento e a valorização do capital humano é o principal fundamento para a efetividade na gestão de pessoas, contudo é importante destacar os pilares, que contribuem para uma atuação mais estratégica e eficaz, que são: Motivação, Comunicação, Trabalho em Equipe, Conhecimento e Competência e Treinamento e Desenvolvimento. E esses 05 (cinco) elementos são o que regem as atividades da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas - CODP.

No ano de 2023, as atividades da CODP desempenharam um papel crucial no aprimoramento das habilidades e competências dos colaboradores. Para tanto, a gestão de pessoal do IGEPPS subdivide-se em: movimentação e registro, capacitação e treinamento e qualidade de vida.

7.1.1 Movimentação e registro do quadro funcional

Trata da gestão dos servidores efetivos, cedidos, temporários e estagiários. Como admissão, férias, folha de pagamento entre outros relacionados com a vida funcional. Na Tabela 78 abaixo é demonstrado o quantitativo de servidores por vínculo.

Tabela 78: Quadro Funcional por Tipo de Vínculo–2023.

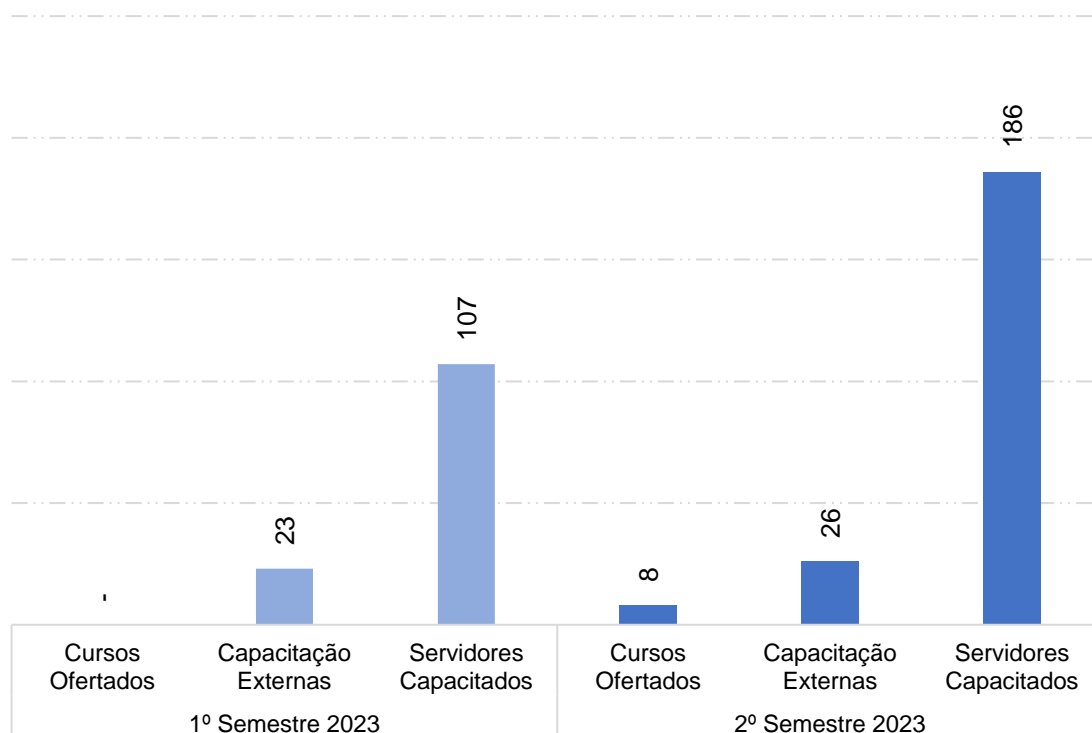
Situação Funcional	Jan.	Fev	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Efetivos	88	87	88	87	88	88	88	86	101	101	87	87
Temporários	19	18	17	16	16	16	115	115	115	115	114	113
Cedidos	14	14	14	14	14	14	14	14	12	12	10	10
Comissioados	36	33	34	32	34	34	30	31	33	32	35	35
Disposiçã DPSM				3	3	3	3	3	3	3	3	3
Estagiários	57	51	43	56	57	53	56	54	59	64	61	59
Quantitativo Total	214	203	196	208	212	208	306	303	323	327	310	307

Fonte: CODP/IGEPPS.

7.1.2 Desenvolvimento de Habilidades e Capacitação dos servidores

Ao longo de 2023, os servidores foram estimulando a participarem em Cursos, Eventos e Treinamentos, quanto custeando a capacitação deles, o que os incentiva e os motiva a exercer suas funções de maneira célere, eficiente, segura e em conformidade com a legalidade. O Gráfico 12 abaixo, demonstra que o quantitativo de capacitações *in company* (ofertadas e realizadas no Instituto), o quantitativo de capacitações externas e o quantitativo de servidores capacitados em 2023.

Gráfico 12: Quantitativo dos servidores capacitados *in company* e externamente - 2023



Fonte: CODP/IGEPSS.

7.1.3 Ações e Projetos de Qualidade de vida –2023

Uma das atribuições da CODP, não somente da área de Desenvolvimento de Pessoas e Qualidade de Vida, é programar e executar ações relacionadas à saúde e qualidade de vida no trabalho, medicina preventiva, segurança no trabalho, educação ambiental, responsabilidade social e à democratização das relações de trabalho, o que, consequentemente, gera a maior integração entre os servidores.

No que tange o Projeto de Saúde e Bem-estar, o objetivo é atenção à saúde física e mental, no intuito de prevenção de doenças, assim como aprimorar as relações sociais e interpessoais dos servidores, tanto no ambiente familiar como no trabalho e, sendo assim, promovemos as seguintes ações:

a) Ginástica Laboral e Meditação: essa ação que visa à melhoria da condição física do servidor, a melhor preparação para a jornada de trabalho, além da prevenção de lesões e dores ligadas ao ambiente de trabalho, priorizando, assim, tanto a saúde física, como a saúde mental. Houve no primeiro semestre, a prática de Meditação, a qual foi incluída desde agosto/2021, e aconteceram todas as terças e quintas-feiras, às 9h00min, no Miniauditório (3º Andar), seguida da Ginástica Laboral.

Figura 6: Ginástica Laboral



Fonte: CODP/IGEPPS.

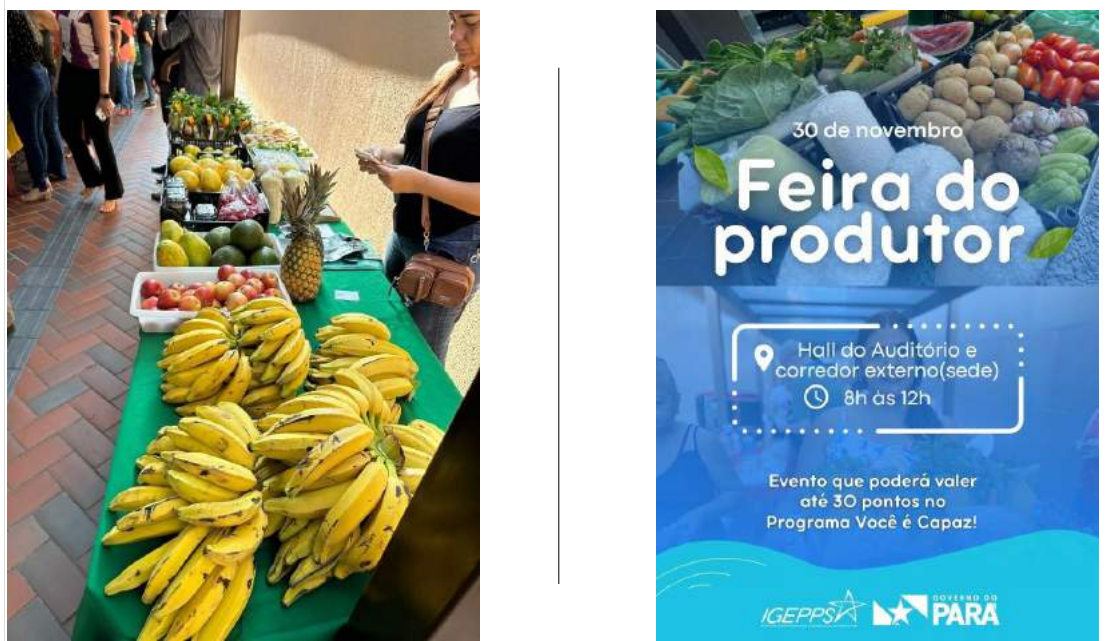
Figura 7: Grupo de Meditação



Fonte: CODP/ IGEPPS.

b) Feira do Produtor e Feira de Empreendedoras Femininas: é uma ação mensal, que acontece desde 2015, a qual possibilita que pequenos produtores levem ao Instituto os produtos naturais que produzem, seja legumes, frutas, comidas regionais entre outros. Com intuito de incentivar e promover os pequenos negócios de empreendedoras autônomas, como artesanatos e produtos personalizados.

Figura 8: Feira do Produtor e Feira de Empreendedoras Femininas.



Fonte: CODP/ IGEPPS.

c) Projeto “Você é Capaz!”: Lançado em novembro de 2020 e possui o intuito e difundir a cultura da prática de hábitos saudáveis para o aumento da qualidade de vida do servidor, por consequência, o aumento da produtividade e dos resultados no meio de trabalho. No ano de 2023 foi feita a cerimônia de encerramento referente ao 2º ciclo de 2022 e 1º ciclo de 2023.

Figura 9: Encerramento do 1º Ciclo Projeto “Você é Capaz!”



Fonte: CODP/ IGEPPS.

Foi elaborado pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas — CODP uma grade com os diversos serviços e ações diretamente ligados ao objetivo do projeto em questão, como: exames periódicos (aferição da pressão arterial, avaliação nutricional, avaliação médica, entre outros), avaliação psicológica, avaliações específicas (exame de próstata, das mamas e eletrocardiograma), avaliações físicas (redução de peso, ganho de massa magra e prática de exercício físico) e saúde bucal.

Figura 10: Encerramento do 2º Ciclo Projeto “Você é Capaz!”.



Fonte: CODP/ IGEPPS.

Em suma, esse Projeto foi implementado com o intuito de difundir, no âmbito do IGEPREV, a cultura da prática de hábitos saudáveis para o aumento da qualidade de vida do servidor, por consequência, o aumento da produtividade e dos resultados no meio de trabalho.

d) Diálogos de Saúde – Setembro Amarelo: “A vida vale ouro!”: O evento em alusão ao Setembro Amarelo, que é o mês dedicado à prevenção do suicídio, foi realizado no dia 21/09/2023, no Auditório deste IGEPPS, com objetivo alertar, orientar e conscientizar sobre os fatores de risco, além de formas de prevenção e proteção, quem podem auxiliar na redução do número de mortes por suicídio.

Figura 11: Diálogo de Saúde – Setembro Amarelo: “Todos pela Vida.



Fonte: CODP/ IGEPPS.

e) Diálogos de Saúde:– Ergonomia, o evento foi realizado no dia 17/08/2023, no Auditório deste IGEPPS, com o objetivo de promover um ambiente mais saudável e com condições mais apropriadas para o trabalho e o desenvolvimento das capacidades dos colaboradores.

Figura 12: Diálogo de Saúde – Ergonomia.



Fonte: CODP/ IGEPPS.

f) Dia das Mulheres: Nesse ano de 2023, reunimos as servidoras do IGEPPS para uma ação de beleza, com massagem, limpeza de pele, maquiagem e outras serviços e roda conversa.

Figura 13: Ação de Beleza realizado no Dia das Mulheres.



Fonte: CODP/ IGEPPS.

Figura 14: Roda de Conversa realizado no Dia das Mulheres.



Fonte: CODP/ IGEPPS.

g) Dia das Mães: Nesse ano de 2023, reunimos todas as mães do IGEPPS no auditório para confraternizar em um café da manhã em que teve palestra, ginástica laboral e entrega de brindes.

Figura 15: Dia das Mães.



Fonte: CODP/ IGEPPS.

h) Dia dos Pais: Nesse ano de 2023, reunimos todos os pais servidores no auditório sessão de cinema para assistir ao filme “Paternidade” e após o término do mesmo, fizemos um lanche para que eles pudessem confraternizar com esse momento de tanta importância e felicidade.

Figura 16: Dia das Pais.



Fonte: CODP/ IGEPPS.

i) Curso – Novos Rumos da Previdência no Estado do Pará: Em parceria com a Escola de Governo o Estado do Pará – EGPA, os servidores Raul Victor Maia Palha e Luísa Porto da Silva de Oliveira, ambos Técnicos Previdenciários A, o Instituto de Gestão Previdenciária, com organização da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas, ofertaram o Curso – Novos Rumos da Previdência no Estado do Pará, que abordou todas as mudanças e reformas previdenciárias, que resultou na capacitação de 172 (cento e setenta e

dois) servidores deste Instituto.

Figura 17: Curso Novos Rumos da Previdência no Estado do Pará.



Fonte: CODP/ IGEPPS.

j) **Aula de krav maga:** é um sistema de combate corpo a corpo, desenvolvido em Israel, que envolve técnicas de luta, torções, defesa contra armas como armas de fogo, bastões, facas e golpes como socos, chutes, dentre outros.

Figura 18: Aula de Krav Maga.



Fonte: CODP/ IGEPPS.

7.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

7.2.1 Poder Executivo

Na tabela abaixo estão descritas o valor das despesas executadas em cada uma das supracitadas Unidades Gestoras do Poder Executivo, bem como o percentual de variação entre o montante autorizado e o executado.

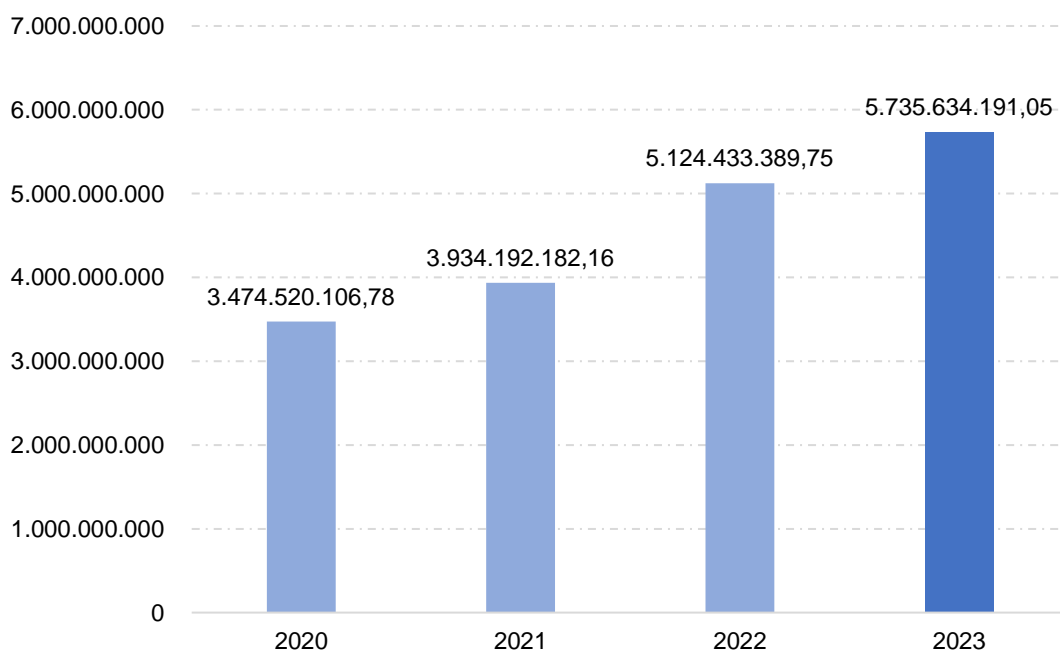
Tabela 79: Comparativo de Despesas Executadas – Poder Executivo – 2020/2023.

UG	Descrição	2020	2021	2022	2023
840201	IGEPPS	40.862.725,78	101.709.456,55	195.494.355,62	212.620.037,99
840202	FINANPREV	3.433.525.530,14	2.291.760.861,19	3.023.446.429,76	3.289.099.692,64
840203	FUNPREV	131.850,86	98.049.651,19	194.186.673,14	222.168.367,69
840240	SPSM	-	1.442.672.213,23	1.711.305.931,23	2.011.746.092,73
Total		3.474.520.106,78	3.934.192.182,16	5.124.433.389,75	5.735.634.191,05
Variações (%) - (Autorizado x Executado)		14,37%	13,23%	30,25%	11,93%

Fonte: BO/SIAFEM-NUPLAN/COFIN, com Dados Extraídos no intervalo de 01/2019 a 31/12/2023.

Em 2023, houve acréscimo no percentual de 11,93%, sobre o montante executado no ano de 2022, com dados fechados do exercício; de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 13: Comparativo de Despesas Executadas – Poder Executivo — 2020/2023.



Fonte: BO/SIAFEM-NUPLAN/COFIN.

7.2.2 Poderes Legislativo e Judiciário

O valor das despesas executadas em cada uma das supracitadas Unidades Gestoras

dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como o percentual de variação entre o montante autorizado e o executado, no período de 2020 a 2023, conforme a Tabela 80.

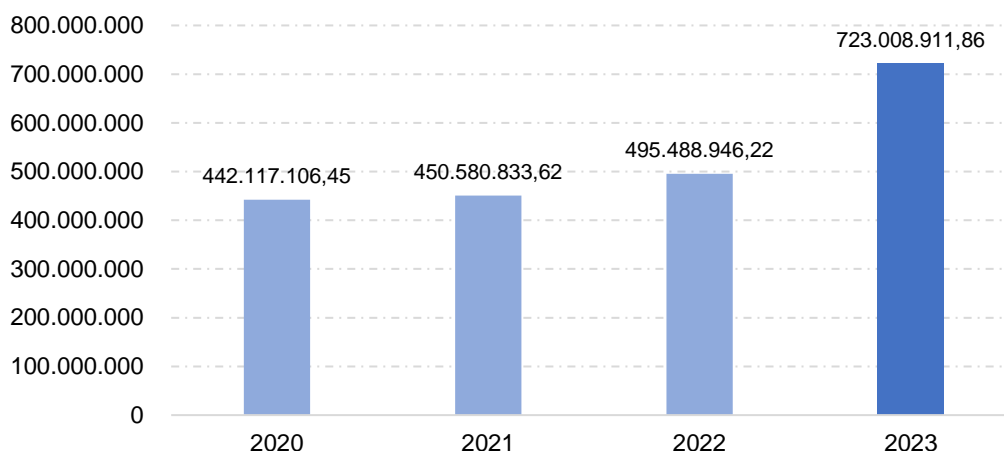
Tabela 80: Comparativo de Despesas Executadas – Outros Poderes – 2020/2023.

UG	Descrição	2020	2021	2022	2023
840220	Defensoria Fundo Financeiro	41.511.786,21	44.547.029,44	50.554.815,65	60.062.288,24
840230	Defensoria Fundo Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
840221	ALEPA Fundo Financeiro	52.332.668,31	51.608.612,09	63.677.206,41	71.005.052,13
840222	TCE Fundo Financeiro	47.415.740,77	50.454.711,74	57.506.215,48	65.250.052,25
840232	TCE Fundo Previdenciário	0,00	43.949,57	53.870,69	55.648,46
840223	TCM Fundo Financeiro	27.320.785,47	28.198.978,47	29.520.430,45	31.693.721,40
840224	TJE Fundo Financeiro	188.784.086,88	191.290.699,99	206.119.214,35	327.831.727,86
840234	TJE Fundo Previdenciário	0,00	43.289,19	44.437,25	113.048,14
840226	M.P Fundo Financeiro	75.986.518,71	75.100.004,34	78.933.671,62	157.016.279,92
840227	MPC Fundo Financeiro	6.799.874,99	7.327.913,68	6.940.629,77	7.680.671,01
840237	MPC Fundo Previdenciário	0,00	0,00	0,00	45.457,10
840228	MPTCM Fundo Financeiro	1.965.645,11	1.965.645,11	2.138.454,55	2.254.965,35
Total		442.117.106,45	450.580.833,62	495.488.946,22	723.008.911,86
Variações (%) - (Autorizado x Executado)		2,49%	1,91%	9,97%	45,92%

Fonte: BO/SIAFEM-NUPLAN/COFIN.

Em tempo, vale registrar que a partir do ano de 2021 foram criadas Unidades Gestoras: UG 840230 (Defensoria Fundo Previdenciário), a UG 840232 (TCE Fundo Previdenciário) e UG 840234 (TJE Fundo Previdenciário), além da UG 400240 (SPSM). Já em 2022, houve acréscimo no percentual de 12,07%, sobre o montante executado no ano de 2021, com dados fechados do exercício; de acordo com as demandas setoriais. Por fim, no ano de 2023, houve acréscimo no percentual de 60,48%, sobre o montante executado no ano de 2022, com dados fechados do exercício; de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 14: Comparativo de Despesas Executadas – Poderes Legislativo e Judiciário – 2020/2023.



Fonte: BO/SIAFEM-NUPLAN/COFIN.

7.2.3 Todos os Poderes

A Tabela 81, apresenta o total das despesas executadas nas Unidades Gestoras relacionadas ao Poder Executivo em comparação com as Unidades Gestoras relacionadas aos Poderes Legislativo e Judiciário (outros), discriminadas anualmente no período de 2020 a 2023; bem como o percentual de variação entre o montante autorizado e o executado.

Tabela 81: Comparativo Geral de Despesas – Poder Executivo x Poderes Legislativo e Judiciário – 2020/2023.

UG	Descrição	2020	2021	2022	2023
Executivo	IGEPPS	3.474.520.106,78	3.934.192.182,16	5.124.433.389,75	5.735.634.191,05
Outros	Defensoria/ALEPA /TCE/TCM/TJE/MP /MPC/MPTCM	442.117.106,45	450.580.833,62	495.488.946,22	723.008.911,86
Total		3.916.637.213,23	4.384.773.015,78	5.619.922.335,97	6.458.643.102,91
Variações (%) - (Autorizado x Executado)		12,89%	11,95%	28,17%	14,92%

Fonte: BO/SIAFEM-NUPLAN/COFIN.

No ano de 2023, houve decréscimo no percentual de 14,92%, sobre o montante executado no ano de 2022, com dados fechados do exercício; de acordo com as demandas setoriais.

7.2.4 Finanprev Poder Executivo + Sistema de Proteção Social Militar + Finanprev e Funprev dos Poderes legislativo e Judiciário

Os valores executados na Tabela 82 e no Gráfico 15 demonstram as Fontes das Despesas, das UG's 840202 (Finanprev - Poder Executivo), 840240 (SPSM) e daquelas relacionadas aos Poderes Legislativo e Judiciário; bem como o percentual de variação entre o montante autorizado e o executado no período de 2020 a 2023.

Tabela 82: Finanprev Poder Executivo + Sistema de Proteção Social Militar + Finanprev e Funprev dos Poderes Legislativo e Judiciário Executado – 2020/2023.

Fonte	Descrição	2020	2021	2022	2023
101	Recursos Ordinários	432.730.557,11	2.058.147.122,30	1.667.768.941,08	2.036.844.933,14
196	Excedente da Cessão Onerosa Lei 12276/2010	-	-	431.790.559,15	-
254	Recur. Prop. Fundo Finan.Prev.Est.Para-Servidor	1.025.667.928,45	847.451.300,08	1.271.235.878,43	1.694.046.500,69
258	Rec.Prop.Fundo Financ.Prev.Est.Para-Patronal	1.752.610.828,14	1.151.025.467,80	1.458.297.481,62	1.762.939.960,85
261	Rec.Prop.Diretamente Arrec.pela Adm.Indireta	-	-	-	-
290	Rec.do Sist.Prot.Soc.Mil. - SPSM	-	233.320.199,65	692.119.621,54	857.905.650,38
301	Recursos Ordinários	-	-	14.263,07	-
654	Recur.Prop.Fundo Finan.Prev.Est.Para-Servidor	912.166.250,98	214.203.267,16	71.770.041,13	193.452.438,32
658	Rec.Prop.Fundo Financ.Prev.Est.Para-Patronal	94.760.349,14	131.447.384,67	116.516.366,76	145.013.516,86
661	Rec.Prop.Diretamente Arrec.pela Adm.Indireta	-	-	-	-
690	Rec.do Sist.Prot.Soc.Mil. - SPSM	-	-	16.217.100,65	56.660.608,85
Total		4.217.935.913,82	4.635.594.741,66	5.725.730.253,43	6.746.863.609,09
Variações (%) - (Autorizado x Executado)		9,43%	9,90%	23,52%	17,83%

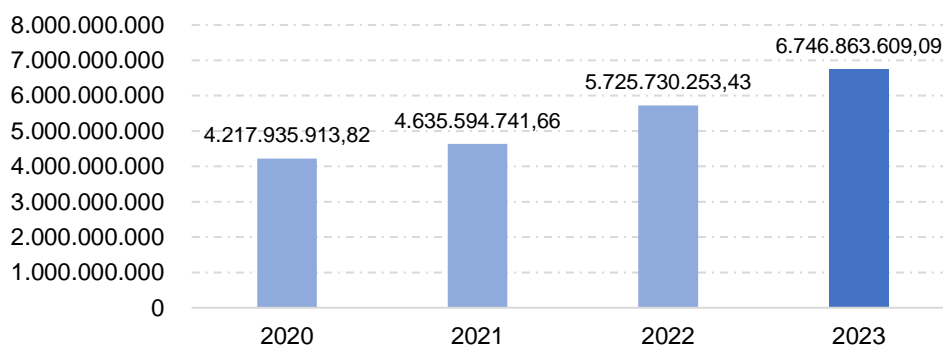
Fonte: BO/SIAFEM-NUPLAN/COFIN.

Em decorrência da última reforma previdenciária ocorrida por meio da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 e Lei Complementar nº 128/2020, a partir de abril/2020 houve majoração dos percentuais de contribuição previdenciária do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará – RPPS/PA, de 11% para 14% para segurados e pensionistas civis, e de 18% para 23% a contribuição patronal.

Ademais, em razão de alteração na legislação militar ocorrida por meio da Lei nº 13.954/2019, de modo que a partir de abril/2020 houve aplicação do percentual de 9,50% de contribuição social (anteriormente contribuição previdenciária) de militares ativos, inativos e respectivos pensionistas. Posteriormente, conforme previsto na mesma norma, houve

majoração da aludida contribuição para 10,5% a partir de janeiro/2021 (aplicado retroativamente na folha de pagamento de fevereiro/2021). Para operacionalização da contribuição social estabelecida para os militares e respectivos pensionistas, foi criada a “Fonte 290-REC.DO Sistema Proteção Social Militar - SPSM”.

Gráfico 15: Comparativo de Despesas do Finanzprev Poder Executivo + Sistema de Proteção Social Militar + Finanzprev e Funprev dos Poderes Legislativo e Judiciário – 2020/2023.



Fonte: BO/SIAFEM-NUPLAN/COFIN.

No ano de 2023, houve acréscimo no percentual de 17,83%, sobre o montante executado no ano de 2021, com dados fechados do exercício; de acordo com as demandas setoriais. A partir de 01/2023, com o advento do SIAFE, houve alteração dos números das Fontes para alinhamento a Lei Orçamentária Federal e consequente adequação ao Novo Sistema Orçamentário, Contábil, Financeiro e Patrimonial do Estado.

7.2.5 Despesas Executadas pro Programa - IGEPPS

As tabelas abaixo apresentam os demonstrativos de despesas internas do IGEPPS (UG 840201), discriminadas por Programas e por Elemento da Despesa, no período de 2020 a 2023.

Tabela 83: Demonstrativos de Despesas Executadas por Programa - IGEPPS – 2020/2023.

Fonte	Descrição	2020	2021	2022	2023
1201	Valorização do Servidor Público	-	-	-	-
1297	Manutenção da Gestão	28.235.034,55	60.112.341,25	100.466.759,29	105.613.397,14
1369	Seguridade Social do Servidor Público Estadual	-	-	-	-
1377	Tecnologia da Informação e Comunicação	-	-	-	-
1424	Governança para Resultados	-	-	-	-
1500	Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	-	-	-	-
1508	Governança Publica (1424)	12.627.691,23	41.597.115,30	95.027.596,33	107.006.640,85
Total		40.862.725,78	101.709.456,55	195.494.355,62	212.620.037,99
Variações (%) - (Autorizado x Executado)		11,20%	148,91%	92,21%	8,76%

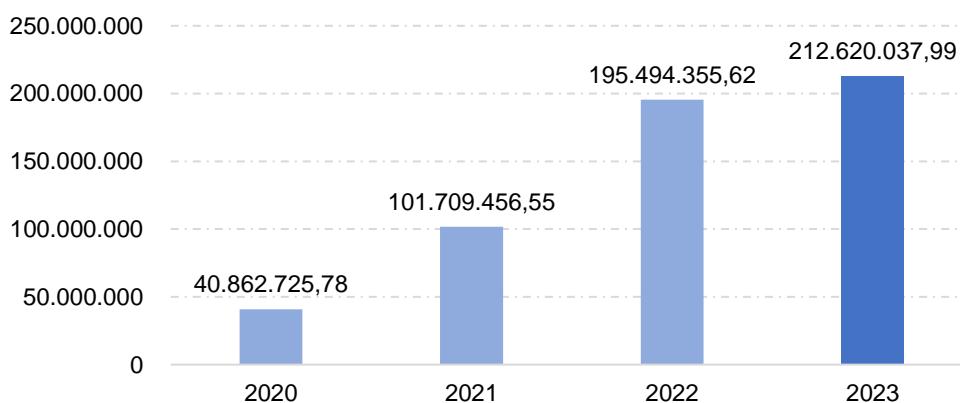
Fonte: BO/SIAFEM-NUPLAN/COFIN.

A partir do ano de 2020, o código dos programas relativo à governança passou a ser ao vinculado ao código 1508. Os aumentos das despesas por programa nesta UG a partir do ano de 2020, justifica-se pela execução plano de expansão institucional, com a descentralização do atendimento, até então realizado exclusivamente da capital do Estado, com plano em andamento para a criação de nove Agências Regionais, além do atendimento itinerante já realizado por meio de dois caminhões devidamente ambientados e equipados.

Ademais, houve exponencial aumento de investimento na valorização dos servidores, com a frequente participação em cursos de capacitação, congressos e seminários em toda extensão de atuação da área fim e da área meio do Instituto, a fim de aperfeiçoar o serviço prestado por esta Autarquia. Vale ressaltar, ainda, a significativa majoração de investimento na área de tecnologia da informação, com a finalidade de conferir mais segurança, agilidade e eficiência nos processos, alinhada com visão institucional de “ser referência nacional em gestão de regime próprio de previdência social”.

Já no ano de 2022, houve acréscimo no percentual de 92,21%, sobre o montante executado no ano de 2021, com dados fechados do exercício; de acordo com as demandas setoriais. Em 2023, por outro lado houve um decréscimo no percentual de 8,76%, sobre o montante executado no ano de 2022, com dados fechados do exercício; de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 16: Comparativo de Despesas Executadas por Programa - IGEPPS - 2020 a 2023.



Fonte: BO/SIAFEM-NUPLAN/COFIN.

Tabela 84: Demonstrativos de Valores Executados por Despesa - 2020/2023.

Despesa	Descrição	2020	2021	2022	2023
319004	Contratação por tempo determinado	3.378.199,60	4.307.868,28	10.913.852,72	7.573.454,86
319007	Contribui a entidades fechadas de previdência				
319011	Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	11.959.885,51	12.031.637,45	16.325.386,27	17.292.028,53
319012					87.742,36
319013	Obrigações patronais	800.262,98	1.075.411,19	2.291.169,22	1.841.488,97
319016	Outras despesas variáveis - pessoal civil	3.044,00	6.569,19	9.920,00	6.114,00
319091	Sentenças judiciais	-	-	-	-
319092	Despesas de exercícios anteriores	4.558,85	112.440,98	4.071,80	39.300,62
319094	Indenizações e restituições trabalhistas	-	-	-	24.384,28
319113	Obrigações patronais - Op.Intra-Orçamentárias	1.810.059,46	1.891.877,59	2.505.700,06	2.654.336,43
339005	Outros benefícios previdenciários	-	-	-	-
330000	Outras despesas correntes	-	-	-	-
339008	Outros benef.assist.do servidor ou do militar	329.098,65	984.651,12	2.645.694,62	1.473.885,12
339014	Diárias - civil	48.675,12	429.625,52	751.631,35	844.966,81
339015	Diárias - militar	-	75.241,52	173.366,33	328.174,01
339030	Material de consumo	208.238,68	437.810,60	518.946,61	289.764,21
339031	Premiaculturartistcientifdesporte outras	-	-	-	43.500,00
339033	Passagens e despesas com locomoção	193.016,74	1.457.522,43	3.767.580,16	5.580.520,53
339035	Serviços de consultoria	96.925,91	9.293.719,29	15.392.546,45	16.421.356,00
339036	Outros serviços de terceiros - Pessoa física	407.113,94	371.957,20	488.537,43	482.792,99
339037	Locação de mão-de-obra	3.880.100,22	7.928.771,82	17.703.416,56	31.193.653,03
339039	Outros serviços de terceiros-Pessoa jurídica	4.981.753,06	22.301.146,92	18.540.801,39	20.604.709,28
339040	Serv.de tecno.da infor.e comun.-Pes Juridica	8.744.718,41	21.129.862,71	65.304.843,08	78.132.590,45
339046	Auxílio-alimentação	1.557.453,88	1.664.097,29	2.799.903,51	2.343.573,31
339047	Obrigações tributárias e contributivas	-	-	24.241,61	114.356,73
339049	Auxílio-transporte	136.602,74	130.585,45	110.397,79	95.053,39
339091	Sentenças judiciais	-	-	-	-
339092	Despesas de exercícios anteriores	25.064,42	8.223,69	19.446,89	86.426,29
339093	Indenizações e restituições	364,05	-	-	-
339139	Outros serv. Terc. Pj-op.intra orçamentária	150.036,62	385.491,02	741.046,40	445.272,80
339140	Serv.de tecno.da infor.e comun.-Pes. jurídica	638.277,65	861.388,87	1.110.239,50	951.012,23
339192	Despesas de exercícios anteriores	11.525,48	-	15.910,40	16.839,91
449039	Outros serviços de terceiros-Pessoa jurídica	898.382,86	13.644.197,58	23.724.659,06	22.583.489,89
449040	Serv.de tecno.da infor.e comun.-Pes Juridica	-	-	-	-
449052	Equipamentos e material permanente	599.366,95	1.179.358,84	9.589.542,32	1.066.624,49
449092	Despesas de exercícios anteriores	-	-	-	-
Total		40.862.725,78	101.709.456,55	195.494.355,62	212.620.037,99
Variações (%)		11,20%	148,91%	92,21%	8,76%

Fonte: BO/SIAFEM-NUPLAN/COFIN.

7.2.6 Requisições de Pequeno Valor

Os valores executados abaixo descritos abrangem a UG 840202 (Finanprev - Poder Executivo); bem como o percentual de variação entre o montante autorizado e o executado, do ano de 2015 a 2023, descrito na Tabela 08.

Tabela 85: Comparativo do Executado de RPV's por Projeto/Atividades – 2020/2023.

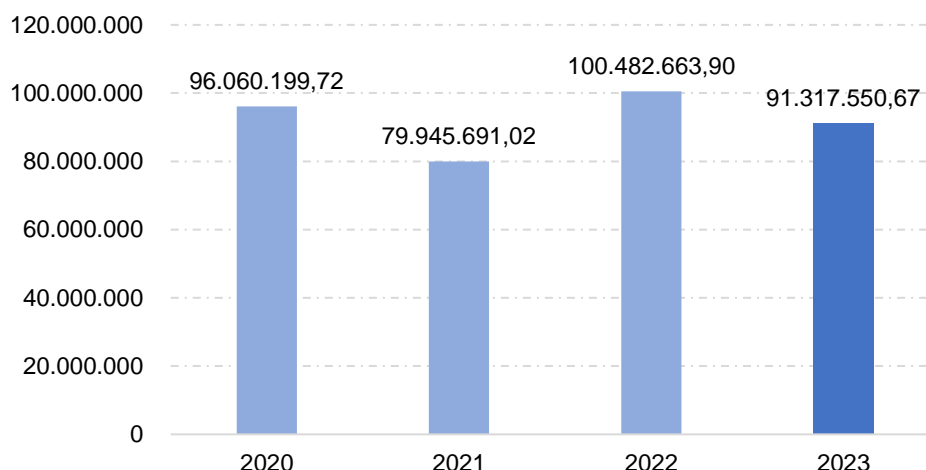
Código	Projeto Atividade	Cód. Sub- Elem. Despesa	Nome. Sub-Elem. Despesa	Anos			
				2020	2021	2022	2023
9010	Encargos com Débitos Pecatórios	31909106	Sentencas Judic.peq. Valor-ativos civis	4.570.437,35	-	-	-
		31909291	Sentença Judiciais (DEA)	-	4.197.255,63	464.201,48	498.795,58
		31909109	Sentencas Judic.Peq Valor-Inat/pens civis	64.408.542,89	57.541.898,53	84.590.936,10	70.239.458,90
		31909110	Sentencas Judic.Peq.VLR- Inat/pens.militar	27.081.219,48	18.206.536,86	15.427.526,32	20.579.296,19
Total				96.060.199,72	79.945.691,02	100.482.663,90	91.317.550,67
Variações (%) - (Autorizado x Executado)				909,71%	-16,78%	25,69%	-9,12%

Fonte: BO/SIAFEM-NUPLAN/COFIN.

A origem dos recursos para o pagamento de RPVs é oriunda do tesouro estadual, via Secretaria de Estado da Fazenda – Sefa. Nesse sentido, no ano de 2020 foram realizadas reuniões entre IGEPPS e Sefa, resultando na liberação de recursos para pagamento das demandas judiciais em massa naquele ano. No entanto, de dezembro/2021 a janeiro/2022 faltou crédito orçamentário para execução de RPVs, o que justifica o passivo de RPVs a pagar para 2022. De mesma forma, a partir de 07/2022, estamos enfrentando problemas relacionados à falta de Cota e Orçamento para execuções de RPVs; o que acaba por prejudicar a dinâmica do procedimento, bem como, os testes de implementação do Módulo SISCALC da COFIN.

Nesse contexto, no ano de 2022, por meio do PAE 2022/321503, a COFIN enviou o Memorando Circular nº 1/2022 IGEPREV- IGEPPS à CECALC, com objetivo o de subsidiar as discussões junto à gestão e historiar as dificuldades e as sugestões de melhorias ao procedimento de execução de RPVs na COFIN. No ano de 2022, houve acréscimo no percentual de 25,69%, sobre o montante executado no ano de 2021, com dados fechados do exercício; de acordo com as demandas setoriais. Já no ano de 2023, houve redução das execuções no percentual de -9,21%, sobre o montante executado no ano de 2022, com dados fechados do exercício; de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 17: Comparativo de Despesas Executadas com RPVs – 2020/2023.



Fonte: BO/SIAFEM-NUPLAN/COFIN.

7.2.7 Auxílio Funeral

Os valores executados abaixo descritos abrangem a UG 840201 (IGEPPS - Poder Executivo); bem como o percentual de variação entre o montante autorizado e o executado, no período de 2020 a 2023, descrito na Tabela 86.

Tabela 86: Demonstrativo de Despesas Executadas com Auxílio Funeral -2020/2023.

Código	Projeto Atividade	Cód. Sub- Elem. Despesa	Nome. Sub-Elem. Despesa	Exercício			
				2020	2021	2022	2023
8338	Operac. das Ações Administrativas	33900854	Auxílio Funeral	329.098,65	959.336,30	2.638.308,74	1.462.123,48
		33909208	Outros Benefícios Assistenciais (DEA)	25.064,42	7.185,28	9.494,84	80.381,79
		31909106	Sentenças Judiciais de Pequeno Valor	-	-	-	-
		31909110	Sentenças Judic.Peq.Vlr-Inat/Pens.Militar	-	-	-	-
Total				354.163,07	966.521,58	2.647.803,58	1.542.505,27
Variações (%) - (Autorizado x Executado)				-83.11%	172.90%	173.95%	-41.74%

Fonte: BO/SIAFEM-NUPLAN/COFIN.

Nesse cenário, vale ponderar, ainda, que o decréscimo no montante executado relativo ao auxílio funeral, a partir do ano de 2020, decorre de dois fatores: a função da pandemia de COVID-19 que impulsionou a utilização do processo administrativo eletrônico (PAE), demandando tempo de transição e conversão dos processos originariamente físicos, bem como as alterações estabelecidas pela Lei nº 9.875/2020 em relação à forma de cálculo do auxílio funeral.

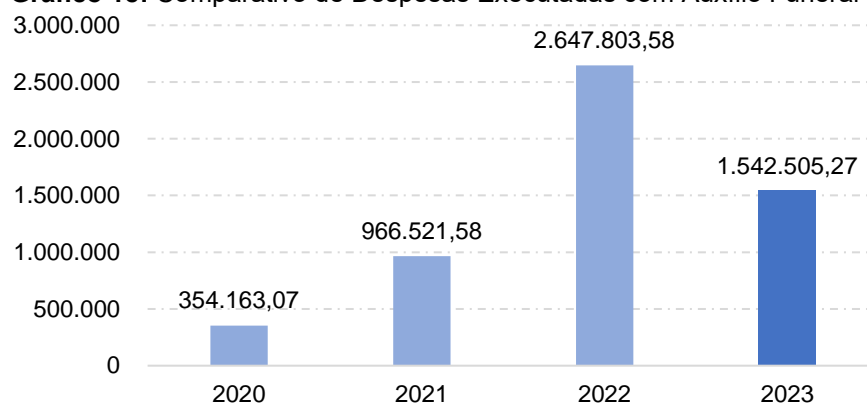
A partir de 05/2021, houve decréscimo no pagamento de auxílio funeral em função da excessiva quantidade de processos recebidos na COFIN com carência de dados bancários dos beneficiários. Por conseguinte, a COFIN sugeriu, via e-mail, o aperfeiçoamento ao Regulamento do RPPS/PA. Ademais, sugeriu à CATEN alguns a adoção de alguns procedimentos destinados aprimorar a instrução processual, evitando demora na adequação

da instrução já na fase final de pagamento.

Vale registrar que a origem dos recursos para o pagamento de auxílio funerais é oriunda do tesouro estadual, via Sefa, haja vista não se tratar de benefício de Caráter Previdenciário. No ano de 2022, houve acréscimo no percentual de 173,95%, sobre o montante executado no ano de 2021, com dados fechados do exercício; de acordo com as demandas setoriais.

No ano de 2023, houve decréscimo no percentual de -41,74%, sobre o montante executado no ano de 2022, com dados fechados do exercício conforme as demandas setoriais, em função de Passivo existente no NUPLAN.

Gráfico 18: Comparativo de Despesas Executadas com Auxílio Funeral – 2020/2023.



Fonte: BO/SIAFEM-NUPLAN/COFIN.

7.2.8 Empresas

No que tange à execução de valores referentes a empresas no IGEPPS, preliminarmente cumpre esclarecer que, desde o ano de 2016 passaram a ser realizadas alteração de códigos e nomes dos projetos-atividades no sistema SIAFEM, o que justifica algumas alterações); bem como o percentual de variação entre o montante autorizado e o executado, no período de 2020 a 2023, descrito na Tabela 87.

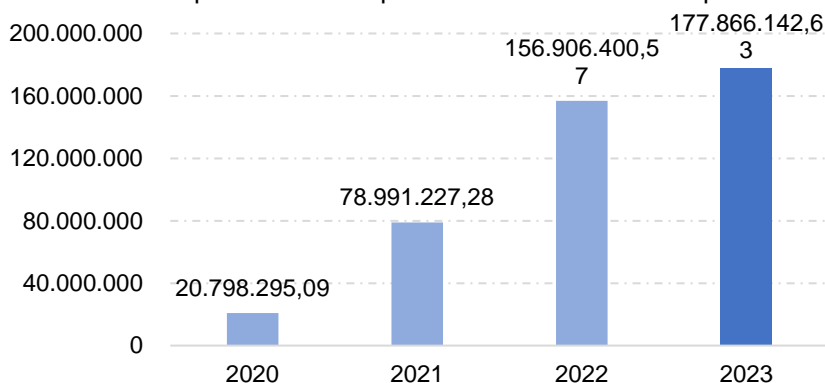
Tabela 87: Demonstrativo Valores Executados com Empresas – 2020/2023.

Despesa	Descrição	Exercício			
		2020	2021	2022	2023
339030	Material de Consumo	208.238,68	437.810,60	518.946,61	289.764,21
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	193.016,74	1.457.522,43	3.767.580,16	5.580.520,53
339035	Serviços de consultoria	96.925,91	9.293.719,29	15.392.546,45	16.421.356,00
339036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa física	407.113,94	371.957,20	488.537,43	482.792,99
339037	Locação de Mão-de-obra	3.880.100,22	7.928.771,82	17.703.416,56	31.193.653,03
339039	Outros serviços de Terceiros- Pessoa jurídica	4.981.753,06	22.301.146,92	18.540.801,39	20.604.709,28
339040	Serv.de Tec.da Infor.e Com.-Pes. jurídica	8.744.718,41	21.129.862,71	65.304.843,08	78.132.590,45
339047	Obrigações tributárias e contributivas	-	-	24.241,61	114.356,73
339093	Indenizações e restituições	364,05	-	-	-
339139	Outros serv. Terc. Pj-Op.Intra Orçamentaria	150.036,62	385.491,02	741.046,40	445.272,80
339140	Serv.de Tec.da Infor.e Com.-Pes Jurídica	638.277,65	861.388,87	1.110.239,50	951.012,23
449039	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa jurídica	898.382,86	13.644.197,58	23.724.659,06	22.583.489,89
449052	Equipamentos e Material Permanente	599.366,95	1.179.358,84	9.589.542,32	1.066.624,49
Total		20.798.295,09	78.991.227,28	156.906.400,57	177.866.142,63
Variações (%)		31,07%	279,80%	98,64%	13,36%

Fonte: BO/SIAFEM-NUPLAN/COFIN.

Apuramos majoração acentuada de despesas, na ordem de 279,80%, no comparativo do ano de 2021 em relação ao ano de 2020. O referido aumento, justifica-se pelo plano de expansão deste IGEPPS, pelo investimento com a contratação de empresas da área de tecnologia da informação, bem como pela contratação de cursos de capacitação para os servidores. A origem dos recursos para o pagamento de empresas é oriunda dos recursos próprios do IGEPPS. No ano de 2022, houve acréscimo no percentual de 98,64%, sobre o montante executado no ano de 2021, com dados fechados do exercício; de acordo com as demandas setoriais. No ano de 2023, houve acréscimo no percentual de 13,36%, sobre o montante executado no ano de 2022, com dados fechados do exercício; de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 19: Comparativo de Despesas Executadas com Empresas – 2020/2023.



Fonte: BO/SIAFEM-NUPLAN/COFIN.

7.3 GERENCIAMENTO DO CUSTEIO E CONTRATOS

No ano de 2023, o IGEPPS por meio da Coordenadoria de Administração e Serviços (Coas), promoveu ações que buscaram otimizar a forma de administrar, controlar, fiscalizar e acompanhar o andamento dos contratos que são vinculados ao instituto. Nesse sentido, foram realizadas novas contratações, bem como análise e revisão de todos os instrumentos em execução. Tendo como objetivo de proporcionar maior celeridade e transparência dos contratos, convênios, apostilamentos e aditivos em geral.

A tabela abaixo demonstra o desempenho da Coas no período de 2019 até 2023 em relação aos contratos realizados pelo IGEPPS.

Tabela 88: Quantitativo dos Contratos Realizados pelo IGEPPS – 2019/2023.

Ano	Quantidade
2019	15
2020	38
2021	59
2022	35
2023	46

Fonte: COAS/IGEPPS.

Na Tabela 98 tem-se os contratos realizados por modalidade no período de 2019 até 2023. Ao longo dos anos, mesmo com a Pandemia do Covid-19 e da guerra na Ucrânia o instituto teve um crescimento na produção e se manteve com equilíbrio nas ações executadas.

Tabela 89: Modalidades dos Contratos Realizados pelo IGEPPS – 2019/2023.

Modalidade	2019	2020	2021	2022	2023
Dispensa de Licitação	7	3	14	6	12
Inexigibilidade	9	7	7	4	16
Apostilamento	1	9	9	6	8
Ata de Registro de Preços	29	16	13	7	9
Termos Aditivos	36	24	55	58	77

Cooperação Técnica	-	1	-	-	-
Rescisão	1	1	7	13	4
Repactuação	-	3	6	1	7
Pregão Eletrônico	13	10	21	28	13
Cotação Eletrônica	2	4	1	-	-
Termo de Convênio	-	-	1	-	-

Fonte: COAS/IGEPPS.

7.4 CONTROLES INTERNOS E CONFORMIDADE

Considerando os anos de 2019 a dezembro de 2023 é possível observar uma variação no quantitativo geral de análises dos processos administrativos e previdenciários analisados, as quais decorrem da demanda do IGEPPS, tanto no âmbito administrativo, quanto no previdenciário.

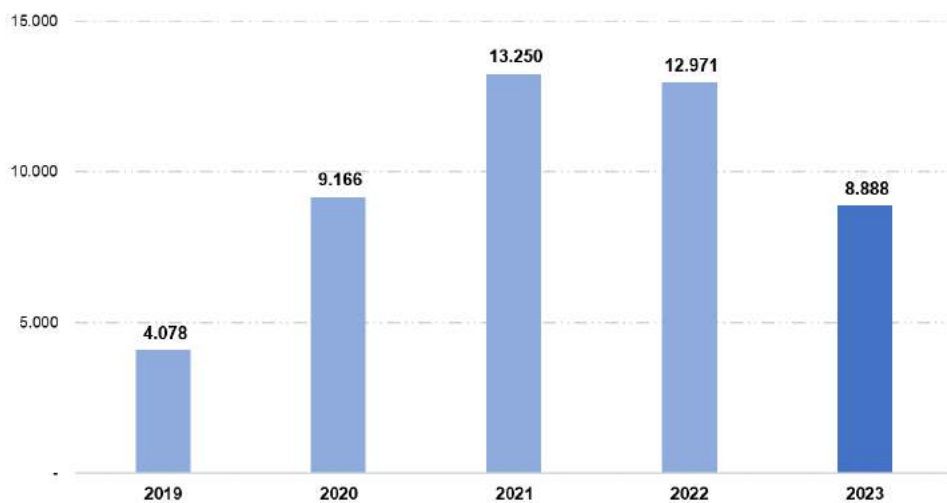
Tabela 90: Quantitativo de processos analisados por ano – 2019 a 2023.

Ano	Processos Analisados	Percentual (%)
2019	4.078	20,97%
2020	9.166	124,77%
2021	13.250	44,56%
2022	12.971	- 2,1%
2023	8.888	-31,48%

Fonte: NCI/IGEPPS.

Observa-se uma redução de 31,48% no quantitativo geral em relação ao ano de 2022, é possível atribuir essa redução devido a redução do número de agente públicos no primeiro semestre de 2023, bem como às intercorrências em sistemas utilizados ou de ordem estrutural (ex. redes, ligações externas, quedas de energia etc.) as quais serão pontuadas oportunamente.

Gráfico 20: Quantitativo anual dos processos administrativos e previdenciários analisados – 2019/2023.

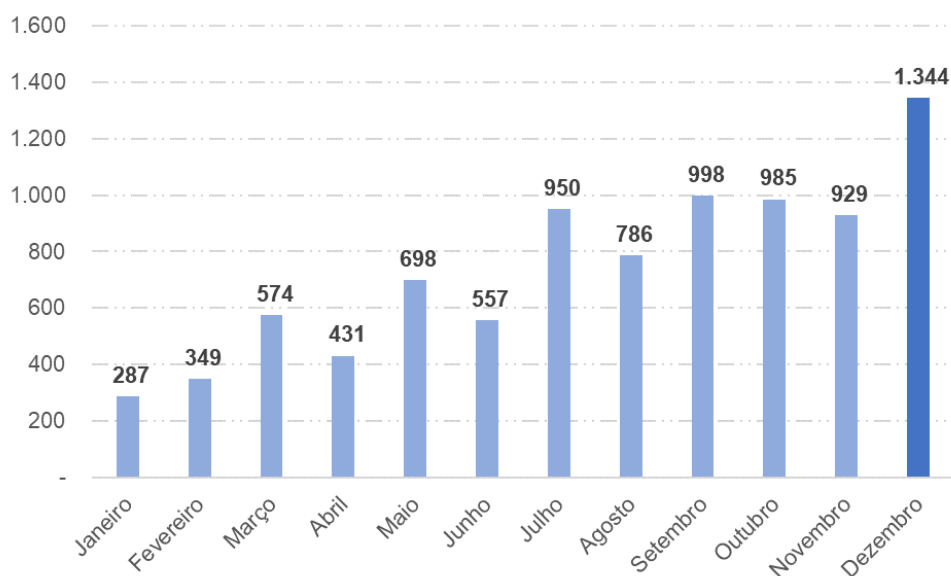


Fonte:

NCI/IGGEPS.

O ano de 2023 foi atípico, considerando que algumas situações específicas levaram a redução do número geral de análises. Assim, foram realizadas 8.888 análises, sendo que janeiro foi o mês com a menor demanda, na ordem 287 análises, correspondentes a 3,22% e na outra ponta o mês de dezembro alcançou 1.344 análises, que correspondem a 15,12% do total geral.

Gráfico 21: Quantitativo mensal dos processos administrativos e previdenciários analisados – 2023.



Fonte: NCI/IGGEPS.

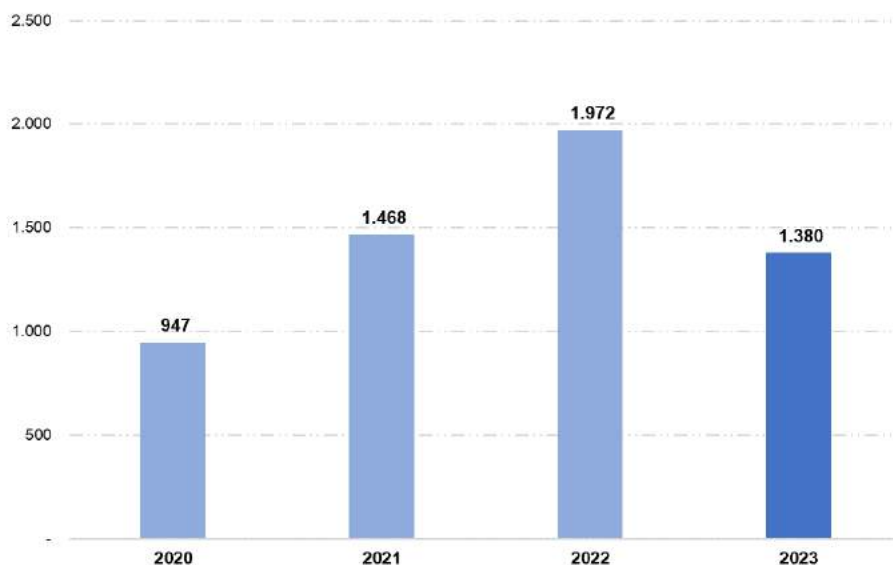
Observa-se a partir do gráfico acima que a quantidade de análises mensais no ano de 2023 oscilou desde o início ano até o mês de julho, quando quase dobrou de proporção. Logo em seguida, houve uma notável estabilização do quantitativo e ao final do exercício um acréscimo considerável no número de demandas. A partir dos registros Núcleo de Controle Interno, podemos destacar os seguintes eventos, cronologicamente, que de algum modo influíram na quantidade geral de análises, senão vejamos:

- Suspensão no pagamento das demandas judiciais, e consequente não encaminhamento ao Núcleo de Controle Interno (janeiro);
- Substituição do antigo Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM) pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE), considerando que o sistema em questão, que operacionaliza os empenhos, liquidações e pagamentos referentes às obrigações assumidas pela administração estava inoperante ou operando com constante instabilidade (janeiro/fevereiro e adiante);
- Quadro reduzido de servidores no Núcleo de Controle Interno, considerando que os contratos administrativos de servidores temporários se encerraram em novembro de 2022 e havia um servidor licenciado por motivos de saúde, perfazendo tão somente 2 (dois) servidores no âmbito previdenciário; 2 (dois) servidores no âmbito administrativo; e 3 (três) secretários terceirizados (janeiro-junho);
- Mudança no fluxo processual administrativo dos RPVs, que resultou na alteração na forma de análise de conformidade das requisições, considerando que estas passaram a ser analisadas em lotes, reduzindo notadamente o volume de processos dessa natureza.

No campo previdenciário, temos que no ano de 2020 os atos de concessão de aposentadoria passaram a ser encaminhados e apreciados pelo NCI, demonstrando o alinhamento do Instituto com as diretrizes dos Órgãos de Controle Externo, especialmente o Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA.

Esse alinhamento estratégico entre os Órgãos atribuiu ao Núcleo de Controle Interno a atividade de análise prévia das concessões, as quais posteriormente são apreciadas pelo referido Tribunal de Contas, garantindo com isso uma dupla verificação de conformidade dos atos com o intuito de mitigar erros e demais inconsistências que possam ser objeto de auditoria externa.

Gráfico 22: Quantitativo anual dos processos de aposentadoria analisados – 2019/2023.

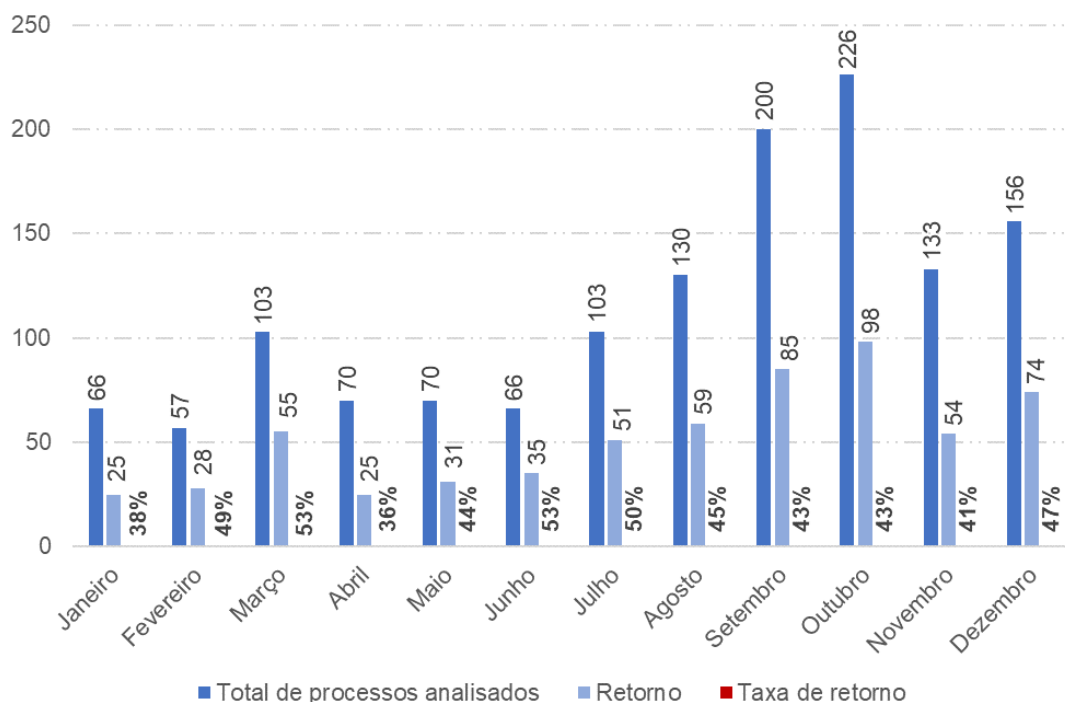


Fonte: NCI/IGGEPS.

Observa-se, conforme gráfico acima, que a atuação do Controle Interno na análise processual de concessões de aposentadoria, competência intrínseca do Instituto, apresentou redução de 30,02% se comparado ao ano de 2022.

Em que pese a redução do número de processos analisados, exige-se cada vez mais uma atuação tempestiva e adequada de um Controle Interno eficaz e eficiente, o que se verifica quando os processos encaminhados para análise são devolvidos para regularização ante a constatação de erros procedimentais na instrução processual. Essa dupla verificação de conformidade, anteriormente mencionada, proporciona notável ganho institucional frente aos Órgãos de Controle Externo, ao passo em que demonstra uma atuação pautada na prevenção e detecção, atividades compreendidas como inerentes a uma sistemática de controle interno baseado no COSO (*The Comittee of Sponsoring Organizations*).

Gráfico 23: Quantitativo mensal de análises e retornos para regularização dos processos de aposentadorias – 2023.

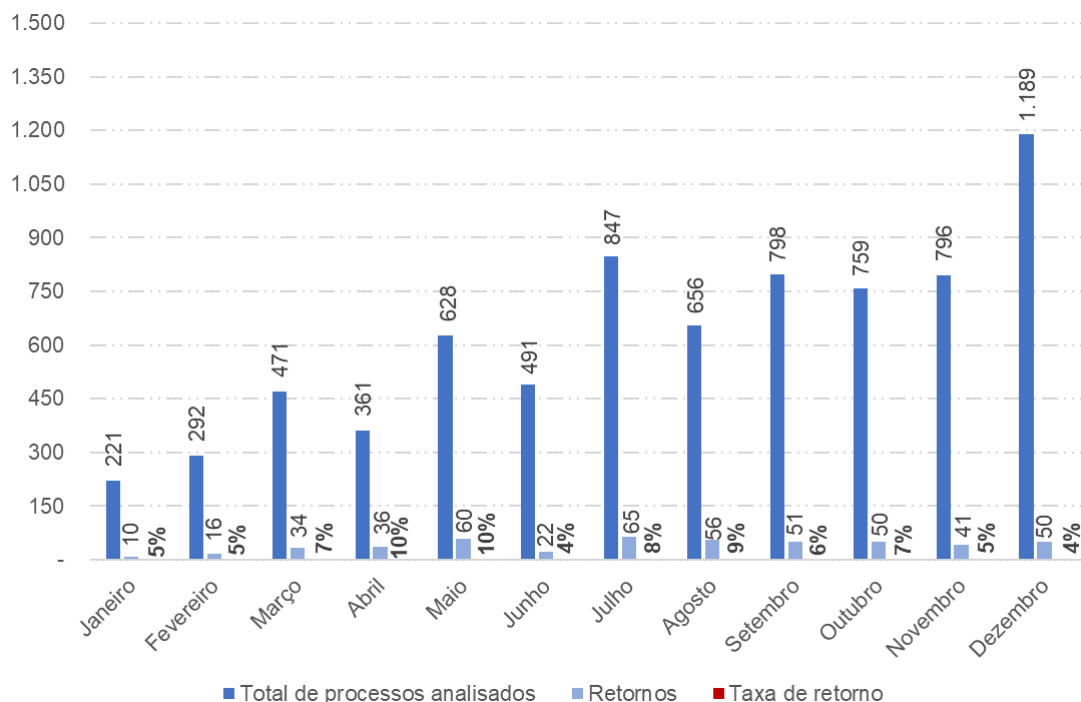


Fonte: NCI/IGGEPS.

Esse controle preventivo se verifica nos retornos retro mencionados para regularização, quais sejam, 620 análises, que correspondem a 45% das 1380 análises realizadas pelo Núcleo de Controle Interno em 2023.

Observa-se, conforme gráficos abaixo, que a atuação do Núcleo de Controle Interno é permanente e diligente não apenas nos processos que versam sobre concessão de aposentadorias, mas diante de toda e qualquer demanda encaminhada para apreciação pelos Agentes Públicos de Controle, zelo este que busca assegurar maior confiabilidade e legalidade aos atos de gestão, visando a correta aplicação dos recursos públicos com efetividade e transparência, propiciando a colaboração com o controle externo e viabilizando o controle social.

Gráfico 24: Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos administrativos – 2023.



Fonte: NCI/IGGEPS.

Ressalta-se que o Núcleo de Controle Interno está dividido em duas áreas de atuação, dada a especificidade das matérias analisadas, cabendo à área previdenciária analisar as concessões de aposentadoria - atividade finalística do IGEPPS, enquanto à área administrativa compete efetuar análise dos demais processos encaminhados.

Quanto à esfera administrativa, importante destacar que os retornos ocorrerem normalmente devido à instrução processual precária, por diversos fatores como, por exemplo, erro no cadastro de conta corrente de credor de Auxílio Funeral; necessidade de atualização de certidões de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista de fornecedores; falha na elaboração de relatório de viagem em processos de concessão de diárias a servidor; e inconsistência de dados nas conciliações bancárias das unidades gestoras.

No âmbito dos benefícios previdenciários, nota-se que dentre os processos encaminhados para apreciação, a média de retornos à Coordenadoria de Cadastro e Habilitação - CCAH é de 45% (quarenta e cinco por cento) devido, predominantemente, a ausência de documentação obrigatória para a concessão, divergências em relação à fundamentação legal e o valor do benefício, equívoco nos cálculos apresentados, divergência na interpretação da mesma norma entre os técnicos previdenciários, ou ainda, a título de esclarecimentos, visando sempre a conformidade do processo para assinatura da Portaria de concessão pelo Presidente do Instituto e posterior registro pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará.

Mantendo-se à linha anterior, a fim de atender às necessidades do Instituto houve um

aumento no quantitativo de técnicos lotados no Núcleo, em especial na área previdenciária, demonstrando o compromisso da gestão do Instituto no fortalecimento e criação de uma equipe de trabalho multidisciplinar, que conta atualmente com servidores graduados em Administração, Ciências Contábeis, Direito e Economia.

No âmbito da capacitação continuada, observada as diretrizes do IGEPPS, os servidores que atuam no Núcleo de Controle Interno participaram de diversos cursos, eventos e congressos, quais sejam: Curso Prático para Aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos – Lei nº 14.133/2021 (*in company*); Finanças para Executivos (INSPER/SP); 56º Congresso Nacional da ABIPEM; Treinamento sobre o combate ao assédio da Administração Pública (*in company*); Curso de Compliance / Certificação em Compliance (*in company*); Ciclo de Conferências sobre os avanços e desafios da Previdência Social Sustentável (IGEPPS 20 anos); 2º Curso Básico de Capacitação de Ordenadores de Despesas e Gestores Públicos – ABOP (Brasília/DF); 3º Seminário Nacional de Controle Interno nas Contratações Públicas; Treinamento acerca do Módulo de Conformidade do SIAFE.

Destaca-se que, além das atividades regulares do setor, o Controle Interno também atua na Comissão para Avaliação e Implantação dos procedimentos necessários à obtenção da Certificação Institucional no âmbito do Pró-Gestão RPPS e em decorrência disto, emite relatório trimestral de avaliação e validação dos processos mapeados e manualizados, elaborados por amostragem com consulta de processo na íntegra por meio do sistema PAE – Processo Administrativo Eletrônico, conforme critérios estabelecidos pelo Conselho Estadual de Previdência, tornando-os públicos no site do IGEPPS, assim como os pareceres prévios das contas de governo e acórdãos das decisões do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas anuais do RPPS, tudo em consonância com os requisitos do Programa Pró-Gestão RPPS, Nível IV.

A implantação dos procedimentos necessários à obtenção da supracitada certificação fortalece a importância do setor de Controle Interno e, conseqüentemente, do Instituto diante dos demais Órgãos e Entes Federativos, compondo um seleto grupo de RPPS obstinados a alcançar a excelência na prestação do serviço público.

A manutenção do Núcleo de Controle Interno na estrutura organizacional do Instituto proporciona um monitoramento permanente dos eventuais riscos que possam afetar as atividades institucionais, assegurando que estes sejam mantidos dentro de patamares aceitáveis, com vistas a aperfeiçoar os processos decisórios e conferir maior transparência à gestão, assegurando que os procedimentos contábeis, financeiros e administrativos sejam operacionalizados em conformidade com os princípios norteadores da Administração Pública, buscando assim minimizar riscos, dar efetividade às informações produzidas pelo Órgão e contribuir para o alcance dos objetivos institucionais.

7.5 IMAGEM INSTITUCIONAL

A Assessoria de Comunicação é responsável por promover, coordenar e controlar a comunicação interna e externa do Instituto, bem como propor e apoiar projetos que aperfeiçoem a gestão do relacionamento com servidores e segurados.

Dentre suas funções está formar relações com os diversos meios de comunicação e mídia, com o objetivo de se tornar fonte de informações de interesse público. Assim como planejar, organizar, executar e sistematizar os trabalhos de cobertura jornalística, realizando o registro fotográfico e audiovisual. As principais atividades são:

- 1- Produção de conteúdo gráfico e audiovisual;
- 2- Produção de notícias;
- 3- Gerenciamento, monitoramento e alimentação das mídias sociais Instagram e Facebook;
- 4- Gerenciamento, monitoramento e produção de conteúdo, layout e alimentação do site institucional;
- 5- Desenvolvimento de campanha de comunicação.

Produção de Conteúdo Gráfico e Audiovisual

Para apoiar as ações e projetos do IGEPPS tais como: cursos, seminários, palestras, reuniões de alinhamento, entre outras atividades, a Ascom confecciona artes gráficas e audiovisuais. A seguir o balanço semestral de 2023 do conteúdo produzido.

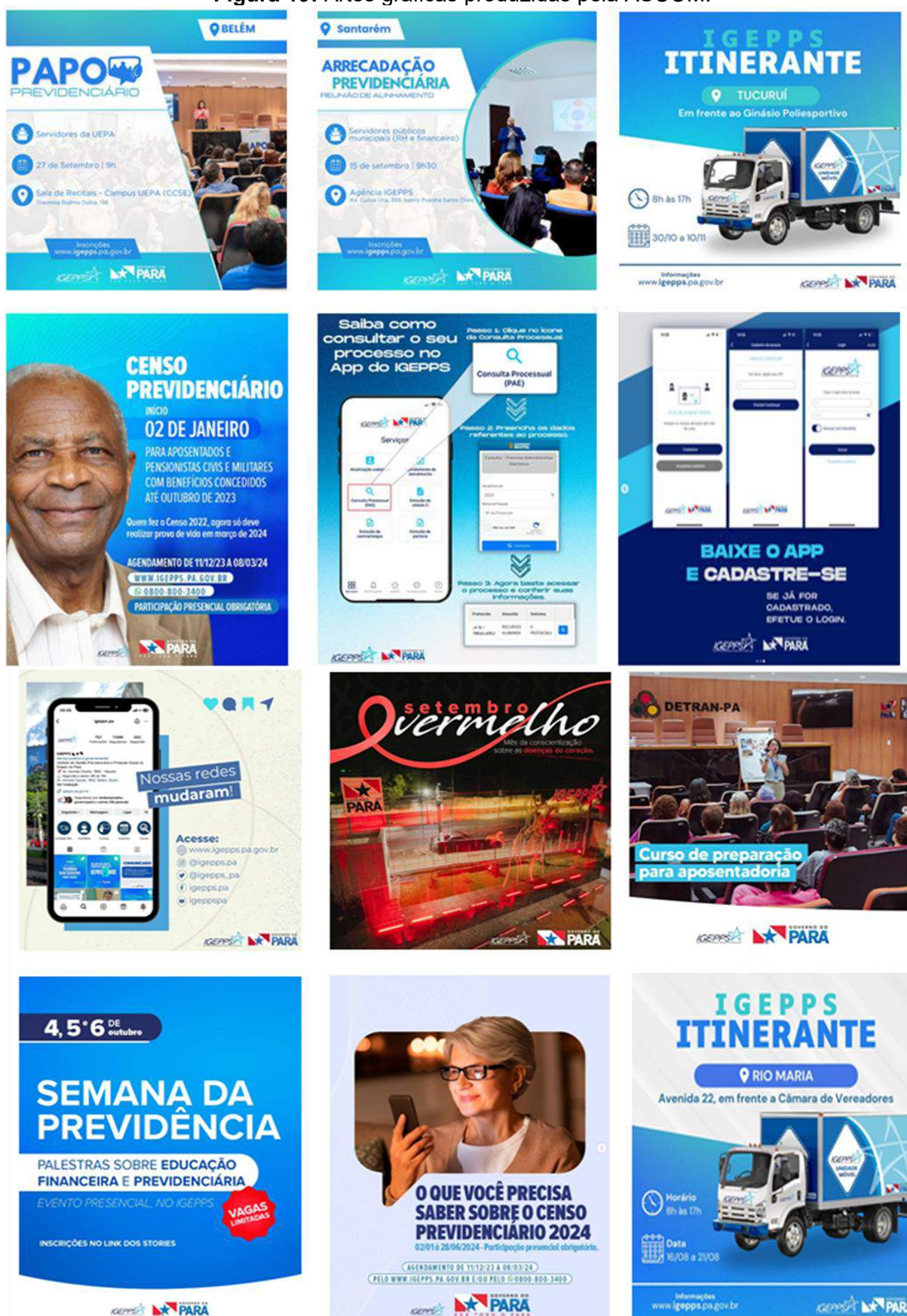
Tabela 90: Balanço quantitativo do conteúdo gráfico e audiovisual.

Conteúdo	2020	2021	2022	2023
Gráfica	74	430	215	515
Vídeo	40	39	12	58
Total	114	469	227	573

Fonte: Ascom.

O quantitativo de produção de artes gráficas evidencia a atuação da Ascom nas campanhas, reforçando o diálogo com os setores nas ações, com suporte de comunicação aos projetos desenvolvidos pelo Instituto, bem como a comunicação mais assertiva com os segurados, o que reflete a média positiva dos conteúdos gráficos produzidos.

Figura 19: Artes gráficas produzidas pela ASCOM.



Fonte: Ascom.

Figura 20: Produção Audiovisual.



Fonte: Ascom.

Figura 21: Produção Audiovisual



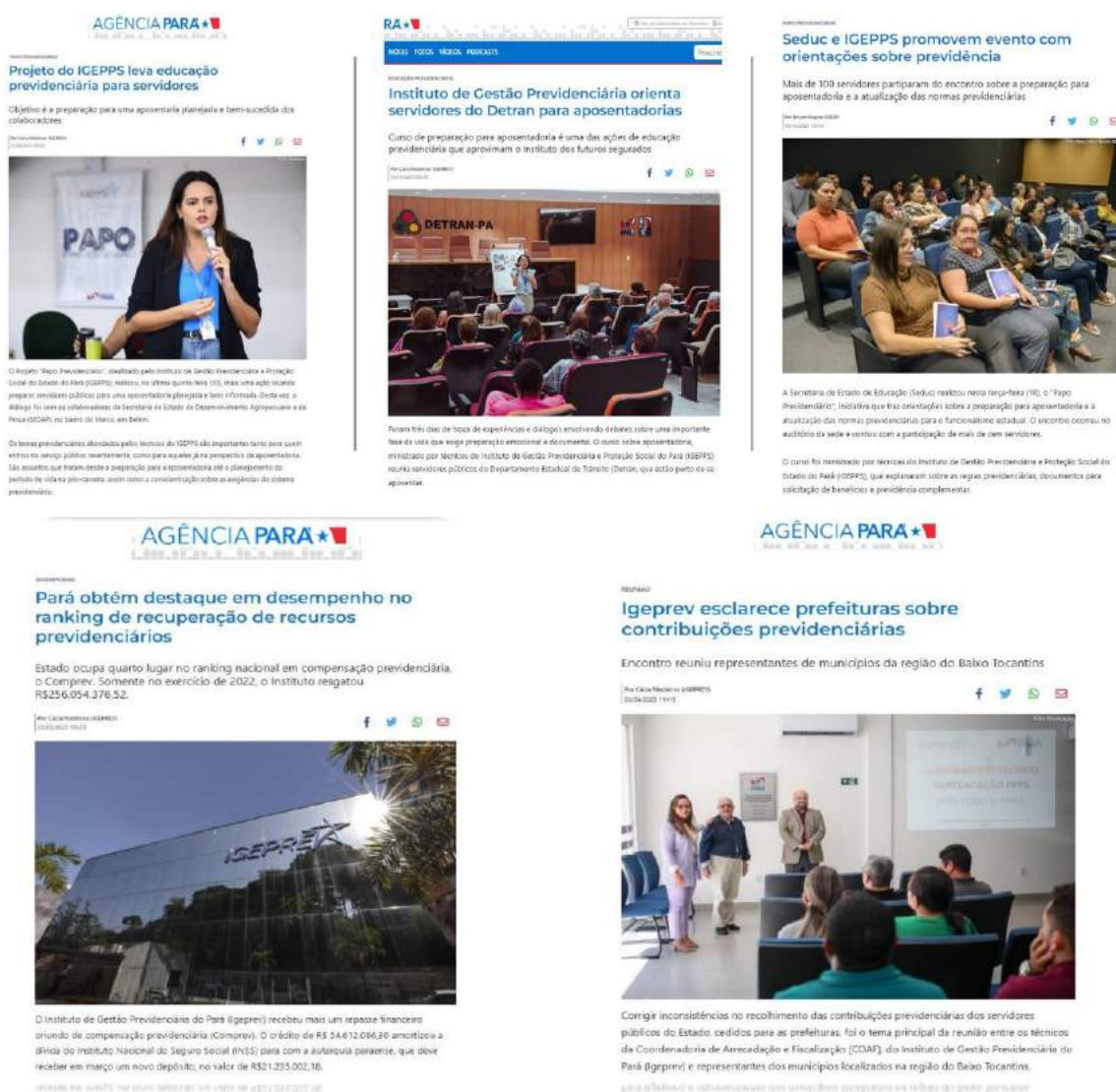
Fonte: Ascom.

7.5.1 Produção de Notícia

A Ascom realiza cobertura jornalística de todas as ações e campanhas produzidas e desenvolvidas pelo Instituto e as publica no site oficial do órgão e/ou no site de notícias do governo “Agência Pará”, como em meios de comunicação locais. O destaque foi o programa de Educação Previdenciária que, por meio de cursos e palestras, repassa aos segurados esclarecimentos sobre benefícios previdenciários.

Além das notícias relacionadas ao programa, também foram publicadas no site oficial do Estado e no site oficial do Instituto, matérias jornalísticas referentes a outras ações desenvolvidas pelo órgão previdenciário.

Figura 22: Matérias publicadas na Agência Pará.



Fonte: Ascom.

A seguir, é possível ver o quadro referente às matérias publicadas no site oficial do Governo do Estado (Agência Pará) e no site do IGEPPS.

Quadro 1: Matérias publicadas no site Oficial do Governo do Estado (Agência Pará) e no site do Instituto – 2023.

Mês	Título da Matéria	Data
Jan.	Em 2 anos, IGEPREV recuperou mais de R\$ 2 bilhões aos cofres	08/01/2023
	Previdência: gestão do IGEPREV do Pará é exemplo no país.	29/01/2023
Fev.	IGEPREV realiza atendimento presencial na ALEPA para atualização de dados.	09/02/2023
	Pará obtém destaque em desempenho no ranking de recuperação de recursos previdenciário.	23/02/2023
Mar.	IGEPREV repassa estratégias de gestão à equipe do Instituto Previdenciário do Tocantins	01/03/2023
	IGEPREV reforça atendimento nas cidades do interior do Pará.	06/03/2023
	Conselho fiscal aprova contas do Igeprev.	29/03/2023
	IGEPREV leva ação para descentralização de serviços até Santarém.	30/03/2023
Abr.	Ação itinerante do IGEPREV em Santarém tem novas datas para atendimento	17/04/2023
	IGEPREV esclarece prefeituras sobre contribuições previdenciárias	20/04/2023
	Instituto de Gestão Previdenciária (IGEPREV) orienta jovens pensionistas no Pará	24/04/2023
Jun.	IGEPREV amplia ações de transparência pública para servidores estaduais	27/06/2023
	Governo cria honraria 'Mérito Previdenciário do Estado do Pará'	27/06/2023
	Campanha de doação de sangue mobiliza servidores e segurados do IGEPREV	29/06/2023
Jul.	IGEPREV treina servidores para ambiente de trabalho sem assédio	04/07/2023
	IGEPREV incentiva projeto para qualidade de vida dos servidores	07/07/2023
	Pará é destaque nacional em recuperação de receitas por compensação previdenciária	12/07/2023
	IGEPREV celebra 20 anos com conferência para aprimorar sistema previdenciário	14/07/2023
	IGEPREV implanta certidão de tempo de contribuição eletrônica	19/07/2023
	IGEPREV promove ciclo de palestras em seu aniversário de 20 anos	19/07/2023
	SEPLAD e IGEPPS divulgam instrução normativa sobre Plano de Benefícios	26/07/2023
	IGEPPS completa 20 anos com ciclo de conferências e lançamento de produtos e serviço	31/07/2023
Ago.	IGEPPS completa 20 anos e celebra 1º lugar em recuperação previdenciária do país	01/08/2023
	SEJU oferece serviços de cidadania em parceria com IGEPPS	01/08/2023
	Ideflor-Bio e IGEPPS afirmam convênio para o plantio de 1.5 mil árvores por mês no Pará	02/08/2023
	Projeto do IGEPPS leva educação previdenciária para servidores	11/08/2023
Out.	SEDUC e IGEPPS promovem evento com orientações sobre previdência	10/10/2023
	Amapá conhece ações bem-sucedidas do Instituto de gestão Previdenciária e Proteção Social	18/10/2023
	Instituto de Gestão Previdenciária orienta servidores do Detran para aposentadorias	29/10/2023
Dez.	Instituto de Gestão Previdenciária busca aumento de receitas e interioriza serviços aos segurados	28/12/2023

Fonte: Ascom.

Além das matérias jornalísticas publicadas no site oficial do Estado, as ações do IGEPPS também tiveram espaço na imprensa local. Como demonstra o quadro abaixo.

Quadro 2: Matérias que repercutiram na imprensa - 2023

Mês	Veículo de Comunicação	Título da Matéria	Data
Jan.	DOL - Diário Online	Em 2 anos, IGEPREV recuperou mais de R\$ 2 bilhões aos cofres públicos.	08/01/2023
	Portal Guarany Jr	Em 2 anos, IGEPREV recuperou mais de R\$ 2 bilhões aos cofres públicos.	08/01/2023
	Portal Sávio Barbosa	Previdência: gestão do IGEPREV do Pará é exemplo no país.	29/01/2023
	Diário do Pará	Previdência: gestão do IGEPREV do Pará é exemplo no país.	29/01/2023
Mar.	Portal Sávio Barbosa	Devido o bom desempenho nacional; Igeprev repassa estratégias de gestão à equipe do Instituto Previdenciário do Tocantins.	02/03/2023
	Diário do Pará	Igeprev inicia intercâmbio com instituto do Tocantins	03/03/2023
	Portal Guarany Jr	Contas do Igeprev aprovadas pelo Conselho Fiscal.	30/03/2023
Abr.	O Quarto Poder	Diretoria Executiva do IGEPREV realiza ação em Santarém	24/04/2023
	TV Tapajós	Diretoria Executiva do IGEPREV realiza atendimentos de gestão previdenciária em Santarém	25/04/2023
	Diário do Pará	IGEPREV orienta jovens pensionistas no Pará	25/04/2023
Jun.	Diário do Pará	Nota sobre a campanha de Doação de Sangue.	28/06/2023
Jul.	Portal Guarany Jr	IGEPREV incentiva projeto para qualidade de vida dos servidores	08/07/2023
	Portal Guarany Jr	IGEPREV celebra 20 anos com conferência para aprimorar sistema previdenciário	15/07/2023
	Portal Guarany Jr	IGEPREV é o maior do país em compensações previdenciárias	16/07/2023
	TV Cultura	20 anos do IGEPREV no Pará. Reportagem exibida pela TV cultura. Jornal cultura.	31/07/2023
Ago.	TV Cultura	Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado completa 20 anos	01/08/2023
	TV Cultura	Programa Sem Censura Pará entrevista presidente do IGEPPS no ciclo de conferência que celebra os 20 anos do órgão	01/08/2023
	TV RBA	Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado completa 20 anos com ciclo de conferências	01/08/2023
	TV Record	IGEPPS completa 20 anos e celebra 1º lugar em recuperação de receitas	02/08/2023
	Diário do Pará	IGEPPS celebra 20 anos com diversos avanços para os beneficiários	02/08/2023
	Diário do Pará	Ciclo de palestras marca 20 anos do IGEPREV, agora transformado em IGEPPS	06/08/2023
Out.	TV Cultura	Ministro da Previdência social participa de evento de capacitação do IGEPPS	06/10/2023
	TV RBA	Ministro da Previdência participa de evento em Belém – Semana da Previdência	06/10/2023
Nov.	Diário do Pará	Ministro da Previdência é homenageado em Belém	07/10/2023
	Diário do Pará	Nota sobre a campanha de Doação de Sangue.	xx/xx/2023

Fonte: Ascom.

Outra ação de destaque no segundo semestre de 2023 foi a Conferência “Previdência Social Sustentável: Avanços e Desafios”, realizada em agosto, em comemoração aos 20 anos de fundação do Instituto. Ocasão também houve a divulgação expressiva da transição do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV) para Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS). O evento também expôs ao público participante os principais serviços ofertados pelo órgão, e ações que foram além da missão institucional do IGEPPS.

A ASCOM foi responsável pela criação da campanha de divulgação do evento, que incluiu a produção de artes para cartazes, material gráfico e audiovisual tanto para Internet, quanto para exibição no evento.

Figura 23: Artes gráficas produzidas.



Fonte: Ascom.

A ação foi destaque a Conferência “Previdência Social Sustentável: Avanços e Desafios” em comemoração aos 20 anos de fundação do Instituto.

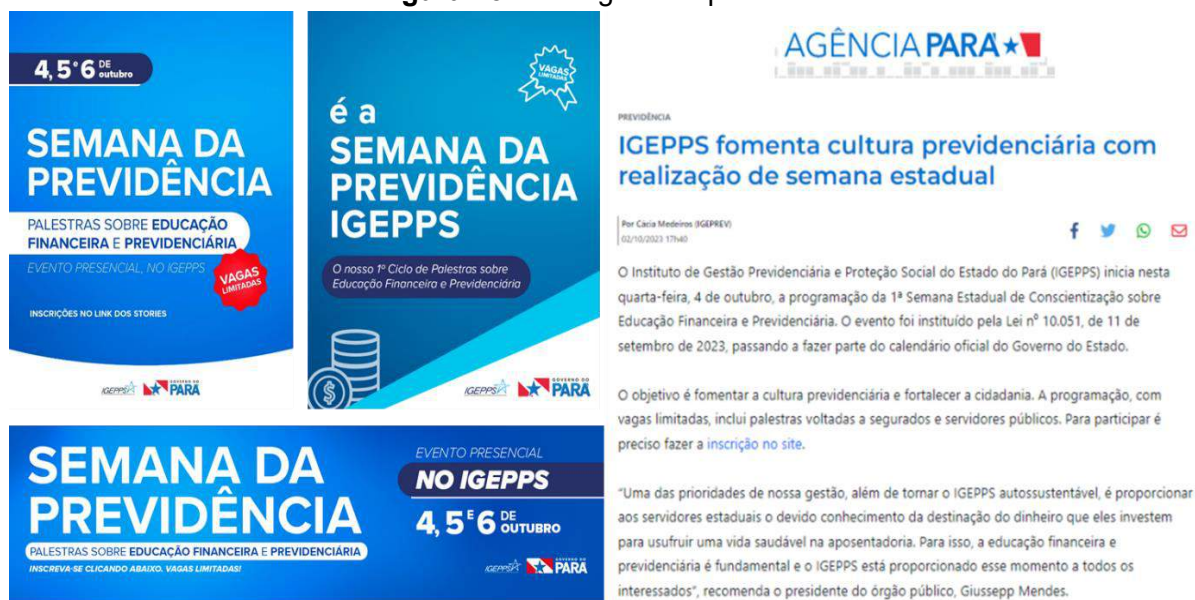
Figura 24: Matéria no Diário do Pará



Fonte: Ascom.

A Semana Estadual da Previdência, instituída por decreto, foi outra relevante ação com três dias de palestras relacionados à educação financeira e previdenciária. A Assessoria de Comunicação foi responsável pela divulgação do evento, que incluiu cards para as redes sociais do IGEPPS, material gráfico impresso e virtual, e produção de matéria jornalística.

Figura 25: Artes gráficas produzidas.



Fonte: Ascom.

Ação também teve destaque na mídia local.

Figura 26: Matéria do DOL e Diário do Pará.



Fonte: Ascom (2023)

7.5.2 Redes Sociais

As redes sociais do IGEPPS (<https://www.igepps.pa.gov.br/>) foram criadas em agosto de 2020. As redes sociais administradas periodicamente pela Ascom são: o Facebook (<https://www.facebook.com/igepps.pa>); *Instagram* (<https://www.instagram.com/igepps.pa>) e Twitter (https://twitter.com/igepps_pa). Para análise da eficiência das redes, expõem-se o quantitativo de seguidores e de postagens como também o alcance das postagens.

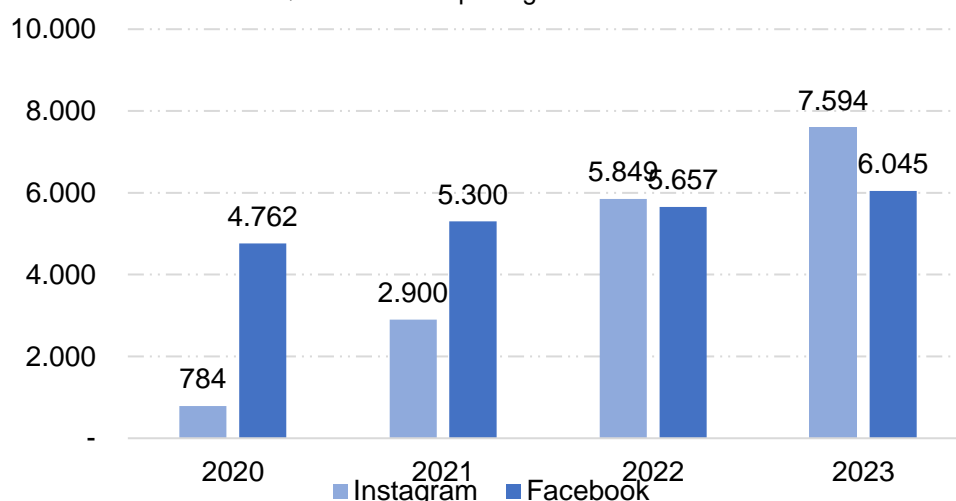
Tabela 91: Quantitativo de seguidores, postagens e alcance das postagens nas Redes Sociais – 2020/2023

Especificações	Rede Social	2020	2021	2022	2023
Quantidade de seguidores	Instagram	784	2.900	5.768	14.925
	Facebook	4.762	5.300	5.657	11.700
Quantidade de postagens	Instagram	266	296	174	246
	Facebook	165	288	139	230
Alcance das postagens	Instagram	2.141	13.721	12.928	37.915
	Facebook	19.727	105.744	81.747	70.150

Fonte: Ascom.

O número de seguidores é crescente nos últimos anos. Resultado positivo diante do aprimoramento do plano de comunicação. Destaca-se mais de 57 mil beneficiários como público direto no perfil das redes do instituto, conforme o Gráfico 25.

Gráfico 25: Quantitativo de postagens nas mídias sociais – 2020 a 2023.



Fonte: Ascom.

7.5.3 Site

Periodicamente é realizada a atualização do conteúdo no site do IGEPPS, tal como a produção de notícias, mudança de layout e atualização de informações relevantes à transparência pública do RPPS.

Figura 27: Sessões na primeira página do site.



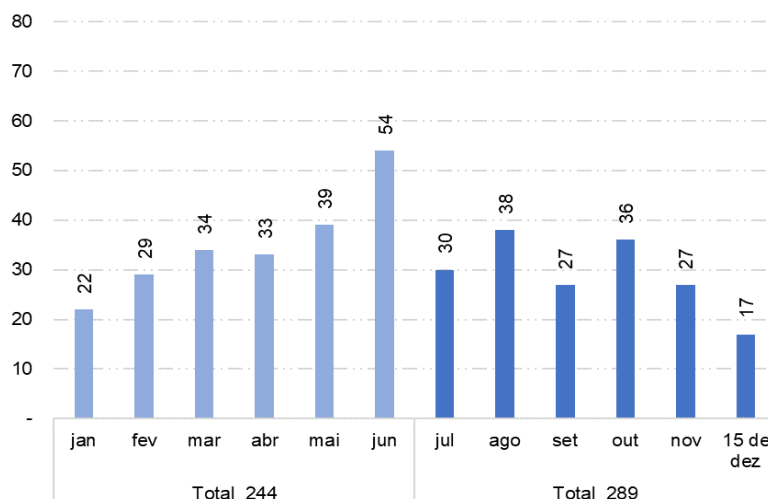
Fonte: Ascom.

7.5.4 Desenvolvimento de campanha de comunicação.

A Assessoria de Comunicação – ASCOM recebe dos demais setores do Instituto, ou propõe, projetos que demandam campanhas de comunicação para divulgação e promoção. As campanhas de comunicação têm por objetivo dar notoriedade e publicidade às específicas ações desenvolvidas.

No segundo semestre de 2023, desenvolveu toda a identidade visual das ações internas e externas desenvolvidas pelo instituto. No gráfico abaixo é possível visualizar as quantidades mensais das ações produzidas pela Assessoria de Comunicação, como confecção de artes, iluminação da fachada, banners, artes de comunicados, carrossel de eventos, vídeos, produção de eventos entre outros em 2023.

Gráfico 26: Quantitativo mensal das ações produzidas na ASCOM - 2023.



Fonte: ASCOM.

Ascom aporta na execução e divulgação desses projetos, contribuindo com a produção gráfica e audiovisual para divulgação dos projetos, assim como realizando a cobertura jornalística e divulgação nas diversas mídias que a esta Assessoria compete gerenciar. No segundo semestre, foram desenvolvidas ações de grande importância para os servidores e segurados. Em parceria com os setores foram realizadas campanhas para melhorar a qualidade de vida no local de trabalho, como o Projeto Integrativo “Você é Capaz”, que desenvolve atividades de saúde e bem-estar, como ginástica laboral e meditação.

Figura 28: Atividades de Ginástica laboral e Meditação



Fonte: ASCOM.

A Ascom também atuou na divulgação do projeto “Papo Previdenciário”, desenvolvido com o objetivo de orientar servidores ativos prestes a entrarem para aposentadoria, acerca do processo de transição para aposentadoria, viabilizando a compreensão a respeito das regras previdenciárias e seus impactos individuais na vida dos segurados. A ação ocorreu em vários órgãos da administração pública estadual, e agências do IGEPPS pelo interior do Estado.

Figura 29: Papo Previdenciário



Fonte: ASCOM

Na criação audiovisual no segundo semestre, a ASCOM deu continuidade ao projeto IGEPPS Saúde, tendo como finalidade contribuir com a saúde e o bem-estar dos segurados da previdência paraense. Especialistas de diversas áreas orientam sobre prevenção e tratamento de doenças.

Figura 30: IGEPPS Saúde.



Fonte: ASCOM.

Outra ação desenvolvida com apoio da Assessoria de Comunicação foram as reuniões de alinhamento, realizadas pela Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização (COAF), com foco na orientação sobre a importância da regularização do repasse das contribuições previdenciárias dos servidores estaduais cedidos aos municípios.

A ASCOM confeccionou os cards para divulgação nas redes sociais e no site oficial do Instituto, e atuou na produção de panfleto informativo sobre o tema.

Figura 33: Divulgação nas Redes Sociais



Fonte: ASCOM.

Outra ação relevante desenvolvida pela assessoria de comunicação foi a produção de material para divulgação da prorrogação do censo dos ativos, que visa o recadastramento de todos os servidores efetivos e ativos do Estado do Pará. No mês de novembro foi anunciada a extensão do prazo para atualização junto ao banco de dados do Instituto Previdenciário.

Figura 34: Divulgação redes sociais



Fonte: ASCOM.

A assessoria de comunicação também deu continuidade à publicidade e a propaganda do IGEPPEPS Itinerante, com a divulgação do roteiro das unidades móveis pelo interior paraense. O Instituto viabilizou a descentralização dos atendimentos,

oferecendo serviços e informações sobre direitos previdenciários para todas as regiões do Estado.

Figura 35: Divulgação no site e redes sociais



Fonte: ASCOM.

A assessoria de comunicação encerrou o segundo semestre de 2023 atuando na produção das artes gráficas do Censo Previdenciário 2024, cuja participação é obrigatória para aposentados e pensionistas, civis e militares, vinculados aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com benefícios concedidos até outubro de 2023.

Figura 36: Divulgação no site e redes sociais



Fonte: ASCOM

Esta assessoria finalizou o segundo semestre com êxito na divulgação das ações desenvolvidas pelo Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará.

7.6 CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS E ANÁLISES JURÍDICAS

O cumprimento de decisões judiciais possui atuação estratégica intimamente relacionada ao aperfeiçoamento do modelo de gestão praticado pelo Instituto, haja vista preconizar ações de suma relevância que visam identificar as demandas judiciais com alto grau de ameaça ao equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes próprios e, buscar antecipar medidas junto à gestão e perante o próprio Judiciário no intuito de evitar e/ou minimizar dano ao Fundo Estadual de Previdência Social.

Nesse sentido, o setor de contencioso do jurídico do IGEPPS responsável pela distribuição, acompanhamento e supervisão dos prazos processuais judiciais em que haja o interesse, direto ou indireto do instituto, no âmbito do Estado do Pará, utiliza desde o ano de 2018 o sistema informatizado de gestão e controle de processos: SISJURI.

Com a implementação do sistema, o procedimento de distribuição tornou-se dinâmico, considerando a possibilidade de parametrização das informações acerca dos tipos de processo, fase processual, tipo de prazo processual, e a matéria discutida, trazendo eficiência no cumprimento dos prazos processuais, bem como possibilitando avizualização da evolução das atividades dentro da Procuradoria Jurídica. Por meio da utilização do sistema SISJURI, interface integrada ao sistema PJE, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, é possível a realização de atividades de monitoramento, controle e distribuição de prazos processuais judiciais por procurador que atua nesta CCOS.

A distribuição dos feitos se divide em dois tipos de processos que são distribuídos aos procuradores: Juizado Especial e Contencioso. Destaca-se que houve a sugestão para incluir no SISJURI uma opção para queo procurador indique se houve sentença de procedência e improcedência, a fim de aferir o quantitativo de êxito nos processos judiciais que esta CCOS atuou.

Os processos judiciais são distribuídos aos Procuradores Autárquicos com cópia ao Coordenador para elaboração de defesa judicial ou realizar cumprimento de decisãojudicial. O Coordenador distribui os processos entre os Técnicos Previdenciários para auxiliar os Procuradores Autárquicos a darem cumprimento aos prazos judiciais.

Assim, a classificação por tipos de processo no SISJURI (Contencioso e Juizado Especial) em 2023 foram: 9.932 processos contencioso e 11.340 de juizado especial totalizando 21.272 processos. Desses 6.317 processos tiveram as seguintes decisões: 4.413 favoráveis, 1.322 desfavoráveis e 582 parcialmente favoráveis ao IGEPPS. Em relação a economia processual tem-se 194 processos confirmados, 4.232 processos descartados e 3.572 processos em análise gerando um valor de R\$ 27.156.352,11 em 2023.

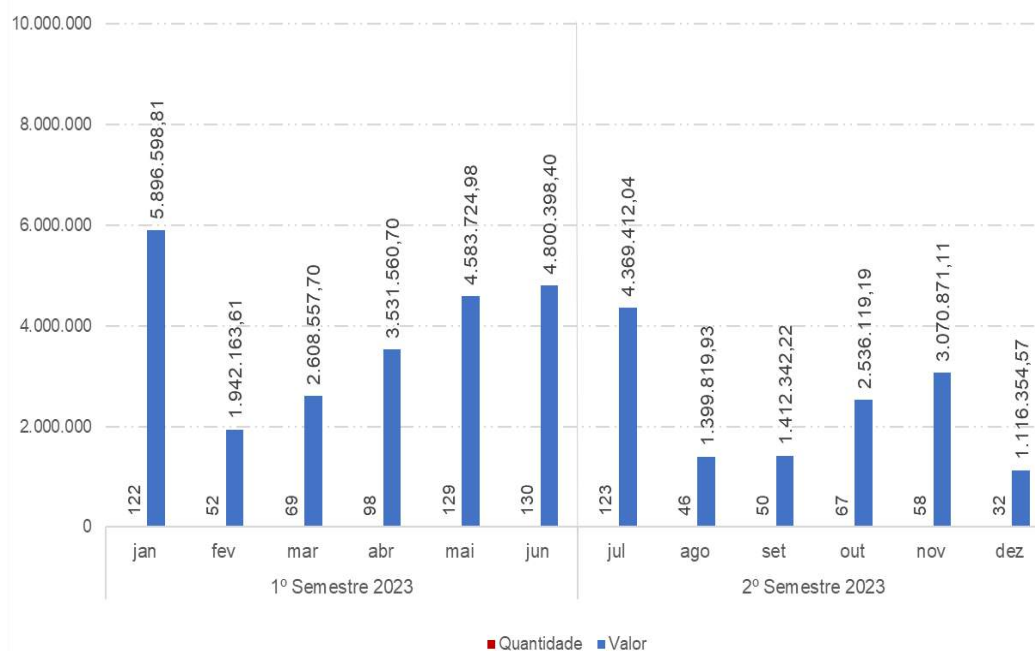
7.6.1 Requisições de Pequeno Valor (RPV)

A Requisição de Pequeno Valor (RPV) é a espécie de requisição de pagamento de quantia em que o ente público foi condenado por meio de processo judicial. Cada ente devedor poderá fixar um valor para expedição de RPV, desde que não seja inferior ao valor do maior benefício do Regime Geral de Previdência Social. O valor fixado acima dessa quantia terá o pagamento feito mediante precatório.

No estado do Pará, o pagamento da RPV ocorre quando os valores compreendem até 40 salários-mínimos. No setor de RPV da Coordenadoria de Execução (CEXEC) da Procuradoria Jurídico do IGEPPS, são realizadas às análises dos processos, bem como o encaminhamento para a execução do mesmo.

Em 2023, foram analisados 977 processos que totalizaram um valor aproximado de R\$ 37,4 milhões (trinta e sete milhões e quatrocentos mil), conforme apresentado abaixo:

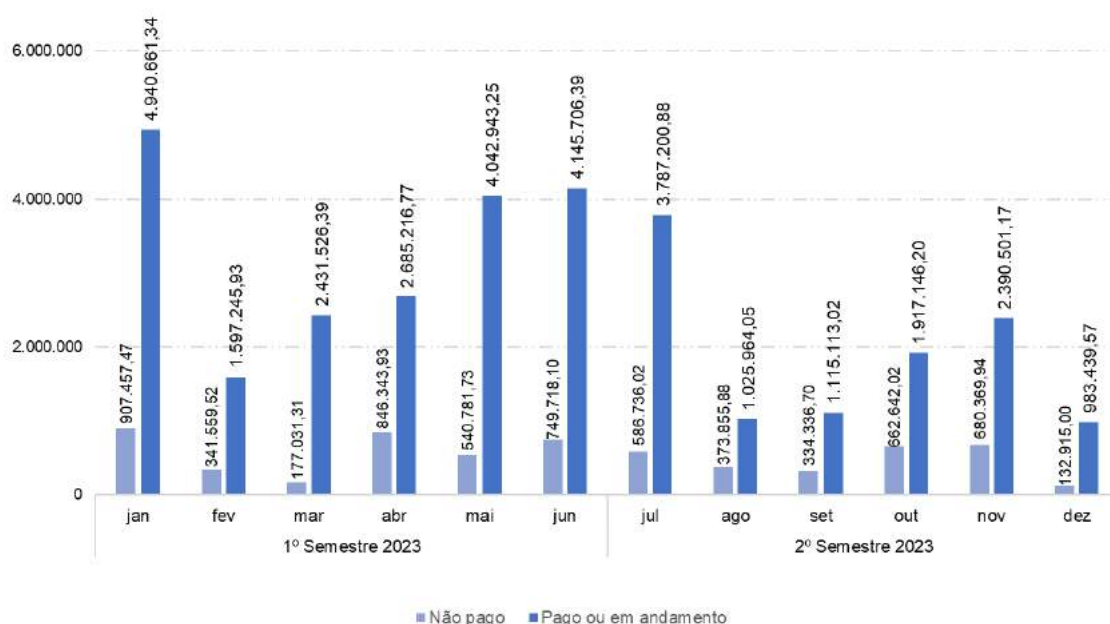
Gráfico 27: Quantitativo de Requisição de Pequeno Valor (RPV) analisados – 2023.



Fonte: CEXEC/IGEPPS.

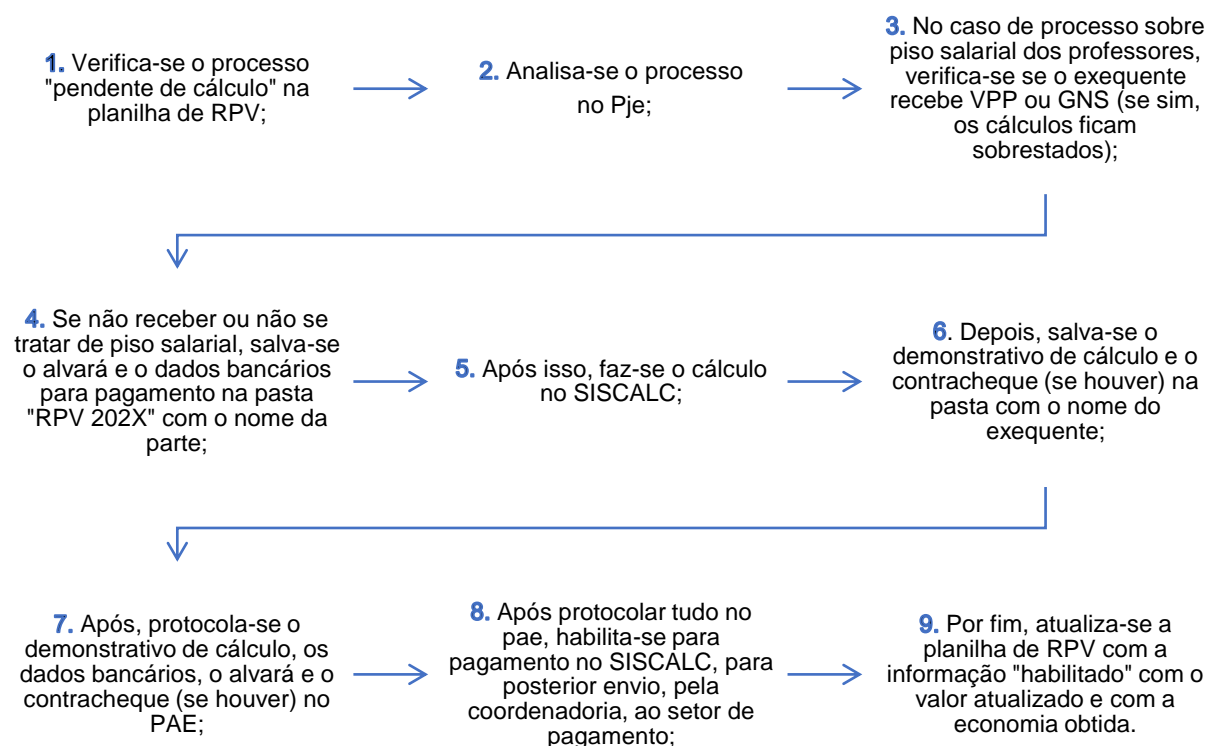
No final do exercício de 2023, o RPV quantificado no montante de R\$ 31.062.664,96 foram pagos. Por outro lado, o RPV no montante de R\$ 6.333.915,00 está em andamento ou ainda não foram pagos, representando apenas 17% em termos de valores do RPV (total de R\$ 37.396.412,52 já calculados).

Gráfico 28: Montantes de valores do RPV pagos, não pagos ou em andamento - 2023.



Fonte: CEXEC/IGEPPS.

Figura 37: Fluxo de trabalho das demandas de RPV.



Fonte: CEXEC/IGEPPS.

7.6.2 Requisições de Impugnações

Como podemos observar na Tabela 92, os processos do setor de Impugnação podem

ser agrupados segundo as seguintes modalidades: piso salarial, pensão por morte, Lei nº 7.807 e Lei nº 8.229, Cálculo do contador e “Outros”.

No total, para o ano de 2023 foram realizados os cálculos de 1.525 processos, a maior parte referente ao tema **Piso salarial** que representou 44,59% da demanda do setor, conforme o gráfico abaixo. A despeito do grande volume de processos, é importante ressaltar que não existem pendências para os cálculos de Impugnação do referido período, o que representa uma grande efetividade no fluxo de processos.

Tabela 92: Quantidade de processos por modalidade do setor de Impugnação - 2022/2023.

Modalidade	2022	%	2023	%
Lei nº 7.807	96	4,43	44	2,89
Lei nº 8.229	36	1,66	7	0,46
Cálculo contador	102	4,71	293	19,21
Outros	621	28,68	395	25,90
Pensão por morte	3	0,14	106	6,95
Piso salarial	1.307	60,37	680	44,59
Total	2.165		1.525	

Fonte: CEXEC/IGEPPS.

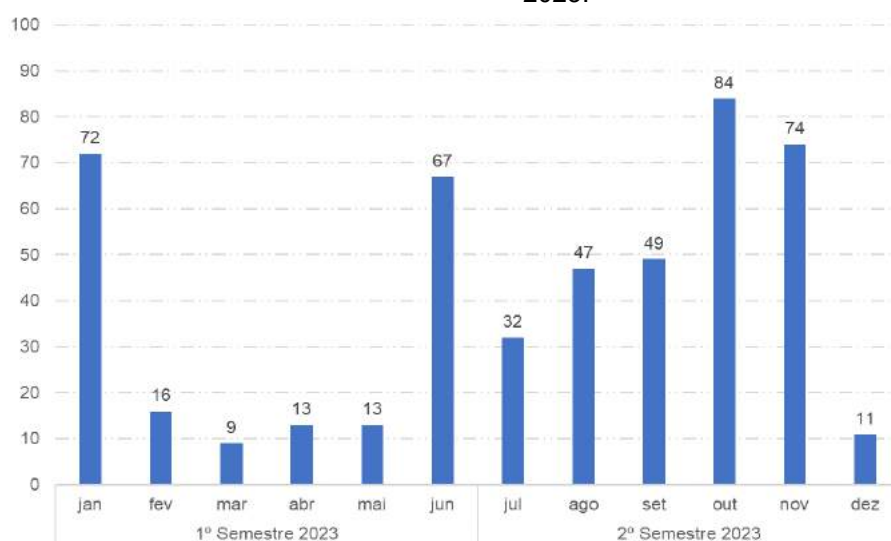
Do total dessas operações, após análise de Impugnação, identificou-se que o IGGEPS reconheceu a quantia devida de R\$ 69.055.157,54 (sessenta e nove milhões, cinquenta e cinco mil, cento e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos) para os segurados em litígio. Para fins de análise, este valor será identificado daqui por diante como Valor Devido (Calculado). O valor executado são os valores que constam no cumprimento de sentença dos processos judiciais. Contudo, ao setor de Impugnação do IGEPPS compete elaborar os cálculos das diferenças devidas, a fim de encontrar o valor correto e identificar possíveis excessos na execução. Este Excesso ocorre quando o valor executado pelo juiz foi maior do que o efetivamente calculado pelo setor.

No ano de 2023, em termos aproximados, registrou-se os seguintes valores: R\$ 69,8 milhões (sessenta e nove milhões e oitocentos mil reais) de valor executado; R\$ 69,1 milhões (sessenta e nove milhões e cem mil reais) de valor calculado e R\$18,2 (dezoito milhões e duzentos mil reais) milhões de Excesso.

7.6.3 Recuperação de Crédito

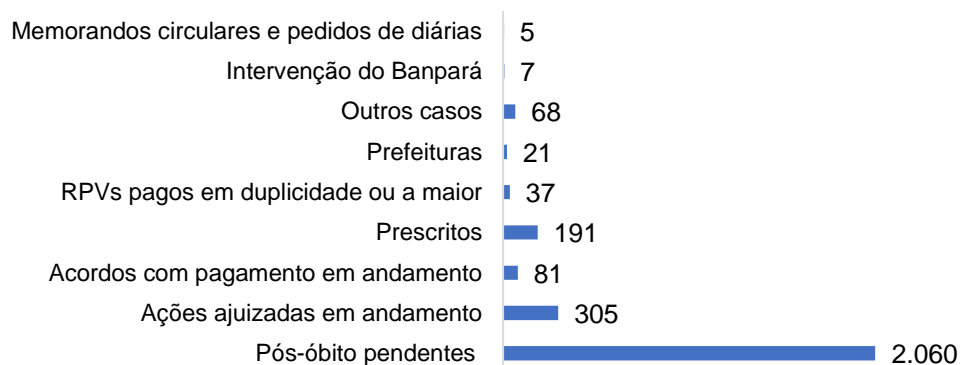
O Núcleo de Recuperação de Créditos (NRC) está subordinado diretamente à Coordenação de Execução e foi reativado no organograma da PROJUR no final de 2021. Nesse sentido, até dezembro de 2022, o NRC contava com 2.396 processos administrativos no PAE, tramitados para “RECCREDITO” até a atualidade segue abaixo.

Gráfico 29: Quantitativo mensal das entradas no PAE para a “RECCREDITO” de tramitação – 2023.



Fonte: CEXEC/IGEPPS.

Gráfico 30: Quantitativo por temática de processos administrativos – 2023.



Fonte: CEXEC/IGEPPS.

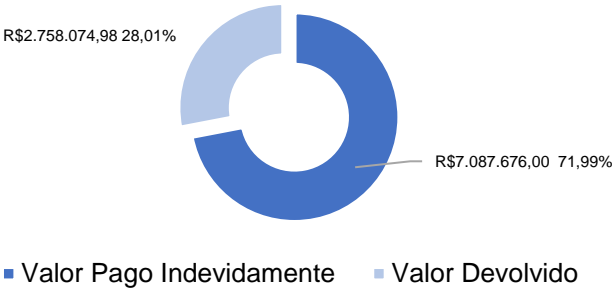
O maior quantitativo de processos refere-se, portanto, à restituição de valores pagos após o óbito de ex-segurados (pós-óbito). Os 2.060 processos sobre a referida temática se subdividem em relação aos anos em que o IGEPPS tomou ciência do óbito do ex-segurado, isso definirá a data em que irão prescrever. Assim, o marco temporal adotado nos casos de pós-óbito é o da data em que o Instituto tomou conhecimento do óbito, contando-se 05 (cinco) anos a partir disso.

a) Ações judiciais

Acerca das ações judiciais movidas neste mesmo período, tem-se o quantitativo de 95 (noventa e cinco) ajuizamentos relacionados a temática de pagamentos após o óbito de ex-segurados, uma ação sobre cancelamento de pensão por novo casamento ou união, uma ação sobre pagamento indevido de retroativos; uma ação sobre cancelamento de pensão filho que atingiu a idade limite, totalizando 98 (noventa e oito) ajuizamentos realizados em 2023.

Tomando como base este quantitativo, constatou-se que o IGEPPS realizou o pagamento indevido de R\$ 7.087.676,00 (sete milhões, oitenta e sete mil, seiscentos e setenta e seis reais). Deste montante, após as tratativas judiciais e administrativas, o Instituto recuperou R\$ 2.758.074,98 (dois milhões, setecentos e cinquenta e oito mil e setenta e quatro reais e noventa e oito centavos), ou seja, 28,01% do valor total.

Gráfico 31: Valor pago indevidamente pelo IGEPPS (valor devido) e valor devolvido.



Fonte: CEXEC/PROJUR/IGEPPS.

b) Acordos Extrajudiciais

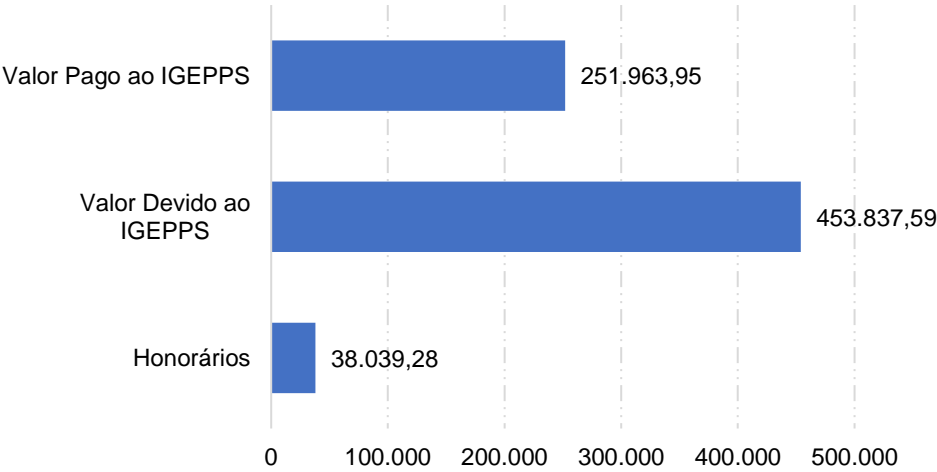
Já em relação aos acordos extrajudiciais, em 2023, observam-se as seguintes informações:

Tabela 93: Descrição dos acordos extrajudiciais – 2023.

Acordos	Quantitativo
Quantidade de acordos	42
Honorários	R\$ 38.039,28
Valor Devido ao IGEPPS	R\$ 453.837,59
Valor Pago ao IGEPPS	R\$ 251.963,95

Fonte: CEXEC/PROJUR/IGEPPS.

Gráfico 30: Valor pago indevidamente pelo IGEPPS (valor devido), valor devolvido (valor pago) e Honorários – 2023.



Fonte: CEXEC/PROJUR/IGEPPS.

Análises Jurídicas – Atuação da Coordenadoria do Consultivo:

O Consultivo do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (CCON/PROJUR-IGEPPS) é responsável por assessorar as diversas áreas do IGEPPS, consolidando entendimentos jurídicos e orientando a alta gestão, demais gestores e equipes técnicas, no intuito de zelar pelo controle de legalidade e regularidade dos atos administrativos institucionais, bem como colaborando na laboração de políticas e outras normativas institucionais, conforme disposto no art. 9º do Decreto estadual nº 3.138, de 3 de julho de 2023.

A maior parte das demandas submetidas ao consultivo são as previdenciárias, com expressiva quantidade relativa a contribuições previdenciárias, aposentadorias e pensões previdenciárias e militar, incorporação de parcelas nos proventos de aposentadoria e pensão, abono de permanência, acumulação de cargos públicos, e averbação de tempo de serviço.

Em 2023, a CCON emitiu entendimentos de alta relevância para gestão previdenciária estadual destacando-se os seguintes pareceres:

a) **Parecer nº 027/2023-PROJUR/IGEPPS** – situação jurídica dos servidores estatutários não estáveis diante da aplicação da decisão do Supremo Tribunal Federal no bojo da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.198, declarando a inconstitucionalidade do art. 98 – a da lei complementar nº 39/2002 do Estado do Pará, incluído pela lei complementar estadual nº 125/2019.

b) **Parecer nº 034/2023-PROJUR/IGEPPS**, que versa sobre a emissão de certidão de Tempo de contribuição para os estatutários não-estáveis, especialmente depois da decisão final na ADIN nº 7198, que declarou a inconstitucionalidade do art. 98-A da LC nº 39/2002, situação que exigia cautela por parte do IGEPPS no tratamento das soluções para a situação desses servidores.

c) **Parecer nº 036/2023-PROJUR/IGEPPS acerca** da aplicabilidade de novos PCCR's aos servidores afastados que aguardam a aposentadoria, aos servidores já aposentados, em regra que lhes garanta integralidade e paridade no sentido de analisar um possível direito a enquadramento diante da nova estruturação da carreira bem como no que se refere à inclusão de novas parcelas criadas após a aposentadoria do servidor e devida aos que estão em atividade.

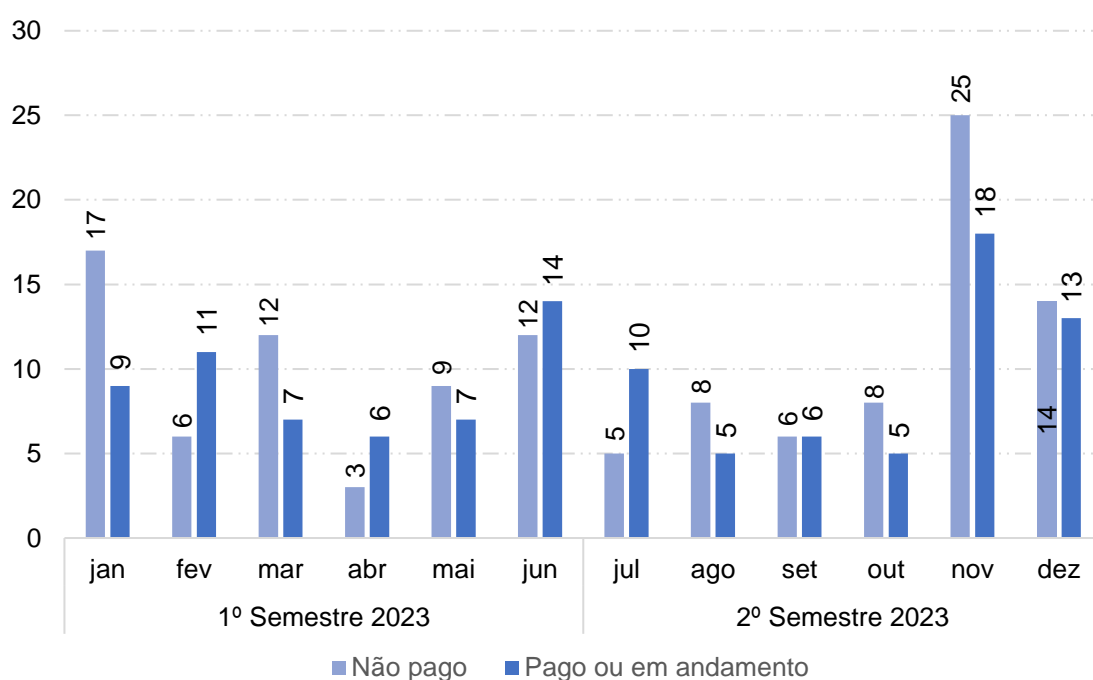
d) **Parecer nº 021/2023-PROJUR/IGEPPS** que versa sobre concessão de pensão por morte a neto menor sob guarda de fato. Manifestamo-nos pelo indeferimento do pedido nesses casos, pois compreendemos que não pode ser reconhecida a qualidade de dependente previdenciário do menor sob guarda de fato, por ausência de previsão legal, sendo necessária a obtenção de Termo de guarda judicial para fins de concessão do benefício de pensão por morte ao interessado, o que pacifica a orientação da administração nessa matéria.

Outrossim, sobre a concessão de abono de permanência aos servidores que preencheram os requisitos da aposentadoria voluntária especial dispostas referentes às carreiras do magistério e polícia civil, a Coordenadoria do consultivo – Projur concluiu que o fato de que tais aposentadorias se constituírem como especial não lhes retira o caráter de aposentadoria voluntária, para fins de concessão do citado abono, pois apenas estabelece critérios diferenciados relativos à contribuição e idade para o servidor e não cria nova modalidade de benefício.

Assim, não há óbice, conforme jurisprudência do Pretório Excelso, à extensão do direito ao abono de permanência aos servidores públicos, beneficiados pela aposentadoria especial em questão. Todavia, considerando que as discussões sobre análise do pedido de abono de permanência é também matéria afeta à Procuradoria Geral do Estado, porquanto seu pagamento é de responsabilidade do Estado; e **levando em conta o art. 4º, parágrafo único, da lei nº 9.880/2023**, foi sugerida a manifestação da PGE quanto à avaliação dessa possibilidade e decisão definitiva a ser seguida quanto à matéria discutida. Tal entendimento foi corroborado e mantido por meio do Parecer nº000666/2023-PGE, Parecer nº000327/2023-PGE.

Destaca-se que o Consultivo não economiza esforços para garantir a manutenção do equilíbrio econômico e atuarial dos fundos previdenciários e tentar compatibilizar esse objetivo com as necessidades dos segurados. Com relação ao número de demandas, apresenta-se a seguir, os quantitativos de processos que deram entrada no consultivo e a saída dos finalizados e tramitados para os setores correspondentes no ano de 2023.

Gráfico 33: Quantitativo Mensal de Demandas do Consultivo – 2023.



Fonte: CCOS/PROJUR/IGEPPS.

7.7 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O IGEPPS por meio da Coordenadoria de Tecnologia da Informação - CTIN vem investindo fortemente na estrutura tecnológica da autarquia, favorecendo os setores administrativos e seu público-alvo, visando melhorar os processos internos, por meio do aprimoramento do parque tecnológico e dos serviços ofertados. Abaixo, destacamos os principais recursos adquiridos tanto na área de software quanto na área de infraestrutura.

- Aprimoramento dos atendimentos

Em 2023, a CTIN conseguiu um aprimoramento nos atendimentos com a implantação da Central de Atendimento de suporte de T.I. Um benefício atingido no final de 2022. Foram realizadas atividades de atendimento em níveis N1, N2 e N3, com maior excelência, onde iniciou-se a catalogação de novos problemas com a finalidade de possibilitar soluções mais eficientes. Iniciamos a gestão do WSUS, com procedimentos diários de homologação e procedimentos semanais de produção. Tais estratégias, têm como objetivo diminuir significativamente o impacto na operação dos links de internet durante a semana, bem como nas performances das máquinas, uma vez que as atualizações geram aumento no IOPs (leituras de discos).

Figura 38: Central de Atendimento



Fonte: CTIN/IGEPPS.

- Atualização do Active Directory (AD)

Sendo uma ferramenta de suma importância para o funcionamento do instituto, evitando assim possíveis vulnerabilidades e riscos ao IGEPPS. Foi feito também a nova estrutura de backup redundante deste servidor.

- Padronização das máquinas do IGEPPS

Nos meses de maio a julho, foi iniciado o processo de padronização de nomes de todas

as máquinas do Instituto Sede e Polos, para inclusão delas no AD, dessa forma, possibilitando à CTIN, maior controle e gerência de configurações das máquinas que estão na nossa rede.

- Rotina preventiva de atendimentos

Devido os atendimentos diários ao setor da CATEN, garantindo alta disponibilidade nos guichês de atendimento ao público, com o objetivo de evitar soluções de descontinuidade e impactar negativamente o alto fluxo diário de beneficiários que demandam dessa estrutura e se beneficiam da alta disponibilidade dos Sistemas, Equipamentos, Servidores, Intranet, Site de Internet, Infraestrutura Física e Lógica, etc.

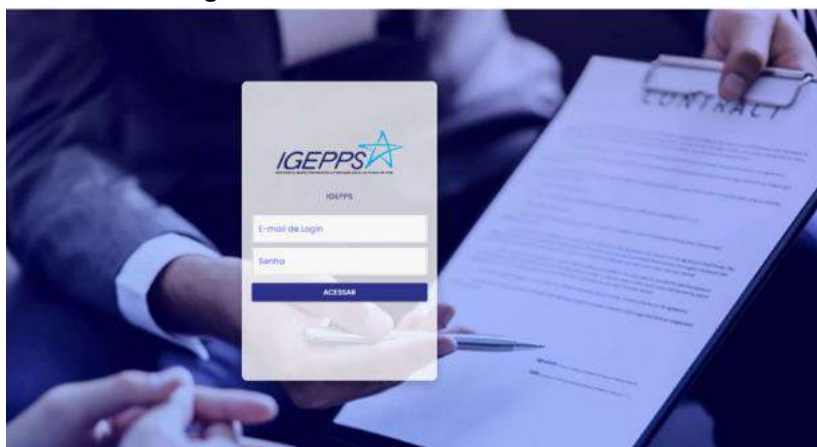
- Checagens preventivas

Em maio deste ano, foram alterados os procedimentos das checagens preventivas, com alteração para 7 passos: Checagem preventiva do CPU e do Sistema Operacional/ Checagem preventiva dos periféricos (monitor, mouse, teclado, biometria, webcam e nobreak) / Checagem preventiva da rede do IGEPPS / Checagem preventiva de internet / Checagem preventiva da impressora / Checagem preventiva da rede na TV / Checagem preventiva da rede na TV de senha.

- Sistema de Gestão de Contrato

Ferramenta implementada com o objetivo de agilizar o fornecimento de informações sobre a situação dos contratos com os fornecedores, seu gerenciamento e acompanhamento. No qual impactam nas tarefas diárias do setor de contratos, fiscais e gestores de contratos, bem como dos próprios fornecedores e do corpo diretivo do órgão. Foram realizadas configurações, checagens e adequações recomendadas pelo IGEPPS e o sistema está apto e utilizável.

Figura 39: Sistema de Gestão de Contrato



Fonte: CTIN/IGEPPS.

- Sistema de Gestão de Ouvidoria

Ferramenta projetada para possibilitar à organização, a cultura de escuta ativa de forma eficiente no ciclo da Ouvidoria, desde a abertura da reclamação, sugestão ou melhoria, até o momento de feedback dos usuários. Implantação em seus processos do fluxo de

gerenciamento de ouvidoria, para atendimento interno.

Figura 40: Sistema de Gestão de Ouvidoria



Fonte: CTIN/IGEPPS.

- Unidades móveis

Suporte nas 3 unidades móveis (Caminhões BAÚ) cobrindo áreas remotas e de extrema dificuldade no interior do Estado.

- Sistema de Gestão de Risco

A implantação do Sistema de Gestão de Risco como ferramenta para realizar a gestão e auxiliar na identificação dos Riscos, Probabilidades, Impactos e Níveis de Riscos, além das ações que precisam ser realizadas relacionadas diretamente aos riscos.

Figura 41: Sistema de Gestão de Risco



Fonte: CTIN/IGEPPS.

- Projeto de Business Intelligence (BI)

Continuidade e melhorias do Projeto de Business Intelligence (BI) - A ferramenta foi disponibilizada aos setores COAF, COFIN, CCOB e CODP e tem como objetivo a integração com diversos sistemas, possibilitando a extração, transformação e carga dos dados na plataforma Pentaho Enterprise Edition. A visualização dos dados é feita na própria ferramenta do Pentaho e permite um melhor tratamento e organização das informações.

- Projeto SAS

Projeto SAS – Encontra-se em ambiente produtivo desde o mês de maio, disponível para uso nos setores, NUGIN, CCOB, CCAH, COAF, COFIN e PROJUR, a ferramenta tem como objetivo monitorar de forma inteligente e analítica, gerando alertas de inconsistências e possíveis fraudes no âmbito do IGEPPS, automatizando planilhas, fazendo cruzamentos de diversas bases de dados dos sistemas utilizados pelo órgão.

- Sistema SGDPO

Implantação do sistema SGDPO que estabelece medidas para proteção de dados. Desta forma, o IGEPPS vem tomando ações para entrar em consonância com a LGPD.

- Sistema de Reconhecimento Facial

Aquisição e implantação do sistema de reconhecimento facial, e solução de ciber segurança e Inteligência Artificial (gerenciamento de metadados e classificação de dados aplicadas a deep learn), Sistema Identificador exclusivo de propriedade e autoridade, de forma modular e independente capaz de autenticar, validar, consultar e auditar para fins distintos e pontuais, de acordo com o mapeamento dos processos organizacionais.

O sistema ainda está em final de implantação, o que eu será reconhecedor de senha por duplo fator de segurança, interligado aos outros sistema corporativos. Será utilizado também para acesso as catracas no andar do térreo.

Figura 42: Sistema de Reconhecimento Facial



Fonte: CTIN/IGEPPS

- Sistema de envio da REINF

Apoio à aquisição do sistema de envio da REINF e aquisição de sua sustentação, e que no seu processo seja realizado o controle de notas fiscais e fluxos, adequando-os à nova realidade do mercado, atendendo requisitos de níveis de segurança evolução do software e de gestão de controle das notas fiscais automatizados de segurança com vistas a ter um controle efetivo de notas fiscais.

- Sistema DCTFWEB

Aquisição da solução de envio da DCTFWEB, atendendo a I.N 2096/2002, ONDE todas as informações fiscais referentes a RPV terão de ser apresentadas de maneira unificada através da DCTFWEB.

- Assessoria e consultoria em transformação digital

Solicitação do contrato de serviços de assessoria e consultoria em transformação digital com ênfase em gerenciamento, governança e estratégia de tecnologia da informação, para a elaboração e desenvolvimento de ações relacionadas ao processo de transformação digital de desenvolvimento de políticas e estratégias relacionadas à inovação, tecnologia de informação, ações essas, que visam desenvolvimento de novos produtos, serviços e melhoria de seus processos, trazendo assim maior eficácia e a qualidade dos serviços prestados pelo Instituto aos beneficiários.

- Projeto do Portal de serviços e notícias – INTRANET

Implantação do Projeto do Portal de serviços e notícias – INTRANET visa proporcionar maior eficácia em informativos e comunicados internos.

Figura 43: INTRANET



Fonte: CTIN/IGEPPS

- Serviços de mensageria

Implantação dos serviços de mensageria e colaboração para atendimento de demandas dos servidores do IGEPREV, focando em segurança e escalabilidade com a implementação de Office 365 e seus serviços de *cloud computing*.

- GLPI

O GLPI foi implementado em meados do ano de 2019, e nos anos seguintes foi intensificado o uso da ferramenta. Em 2023 foi feita atualização de sua base de dados e no layout para a versão mais atual. Ressalta-se que desde o início do uso do sistema GLPI houve um aumento progressivo no número de chamados registrados no software de acompanhamento. O aumento no atendimento pode ser observado na imagem a seguir, que apresenta o volume de chamados por ano (87881 chamados), como mostra a imagem a seguir.

Figura 44: INTRANET



Fonte: CTIN/IGEPPS.

Em relação à área de Infraestrutura e Segurança. Foi dada continuidade às boas práticas de segurança no ambiente corporativo com visando à conscientização tecnológica dos servidores do IGEPPS. Como:

- Realizada a redundância do Switch Core do Data Center;
- Continuação do projeto de expansão da Rede Wi-Fi em fase de implantação e com melhorias de ponto de localização dos OS por andar;
- Realização da organização dos racks dos shafts de todos os andares, auditório e anexo do IGEPPS;

Por fim, continuam sendo atendidas as necessidades de melhorias e desenvolvimento de funcionalidades no ano de 2023 para os sistemas SISJURI, SISCALC, RPV, SIAAG, APLICATIVO, SIAP e SIGEP entre outros.

Estas funcionalidades foram demandadas pelos setores desenvolvidas pela equipe da terceirizada responsável pela fábrica de software. Após a aprovação dos protótipos de telas contendo essas melhorias. Terminado a etapa de desenvolvimento, elas foram submetidas à

análise dos setores em ambiente de homologação (teste do cliente) e após aprovação, implantadas no ambiente de produção e atestada pelos usuários.

7.7.1 Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

O Instituto executou ações para entrar em conformidade com a LGPD, sancionada em 2018 e em vigor desde maio/2020, visando à garantia da segurança dos dados, o tratamento das informações dos seus contribuintes e beneficiários previdenciários.

Com a Gestão de dados e Informações o IGEPPS visa garantir integridade de dados, o controle de acesso às informações, monitoramento preventivo e corretivo para ações não autorizadas no perímetro de rede do instituto, ações de conscientização de seu corpo técnico acerca das Políticas de Segurança da Informação e Normativas visando à educação corporativa em Segurança.

Neste sentido, no ano de 2021 foram feitas as aquisições de serviços de segurança Endpoint e Servidores de redes, seguindo a tendência de todos os órgãos da administração pública a fim se adequar à LGPD, neste sentido, são as ações implantadas no domínio IGEPPS: Aquisição de solução de segurança Endpoint – Trend Micro Apex One; Aquisição de solução de segurança para servidores Trend Micro Deep Security; Aquisição de solução de segurança de cofre de senha CyberArk PAM; Aquisição de solução de segurança para gerenciamento de acesso privilegiado a Endpoint - CyberArk EPM; Publicação da Política de Segurança da Informação do IGEPPS; Publicação de Normativas de Sustentação ao ambiente IGEPPS; Publicação de Termo de Confidencialidade e Sigilo da Informação; e Publicação de Termo de Responsabilidade sobre recursos computacionais.

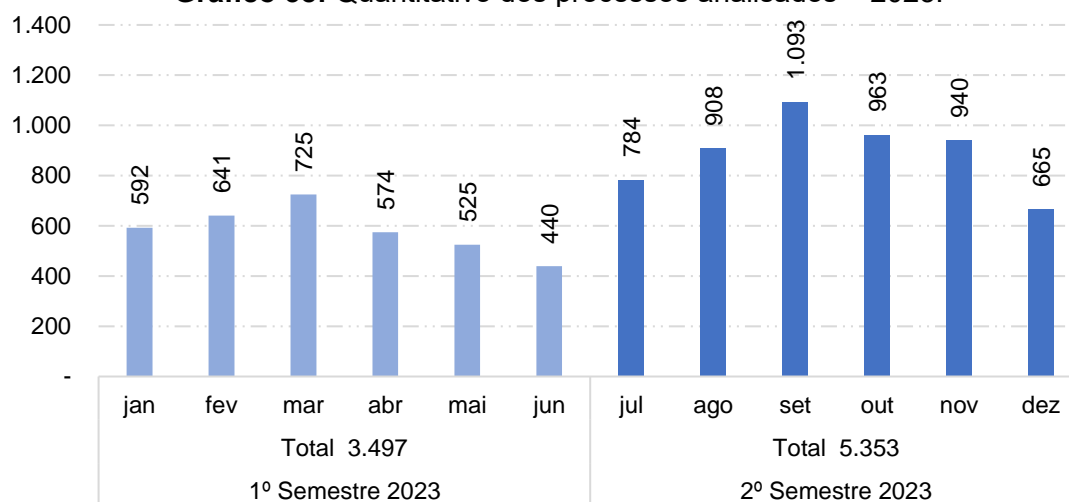
7.8 GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

7.8.1 Análise de benefícios previdenciários

A Coordenadoria de Cadastro e Habilitação (CAH), diretamente ligada à Diretoria de Previdência, é o setor responsável pela análise dos processos de benefícios previdenciários (aposentadoria e pensão por morte) e os de auxílio funeral, abono de permanência, declaração de tempo utilizado, revisões de benefícios, prestações de informações em processos judiciais, dentre outros.

Ao longo do ano de 2023, foram analisados 8.850 (oito mil oitocentos e cinquenta) processos, distribuídos por mês e por tipo de processo, conforme o gráfico.

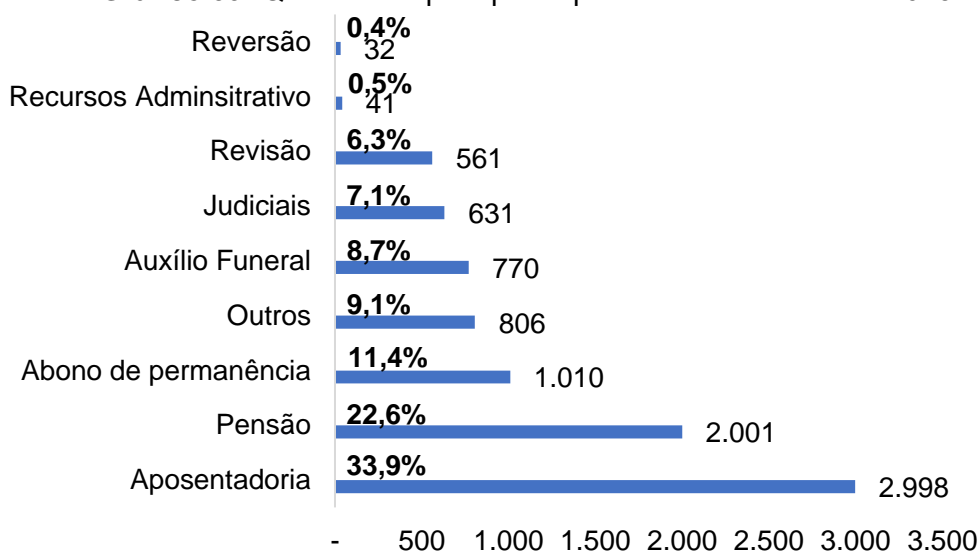
Gráfico 38: Quantitativo dos processos analisados – 2023.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

No segundo semestre, observa-se o crescimento da produtividade que coincide com a chegada de novos servidores temporários. Exceção feita ao mês de dezembro em função do recesso em escala de revezamento e férias de servidores totalizando em vinte e sete técnicos previdenciários. Do total de 8.850 processos analisados destacam-se: aposentadoria (33,9%), pensão (22,6%), abono de permanência (11,4%), outros (9,1%), auxílio funeral (8,7%), judiciais (7,1%) e revisão (6,3%).

Gráfico 39: Quantitativo por tipo de processos analisados – 2023.



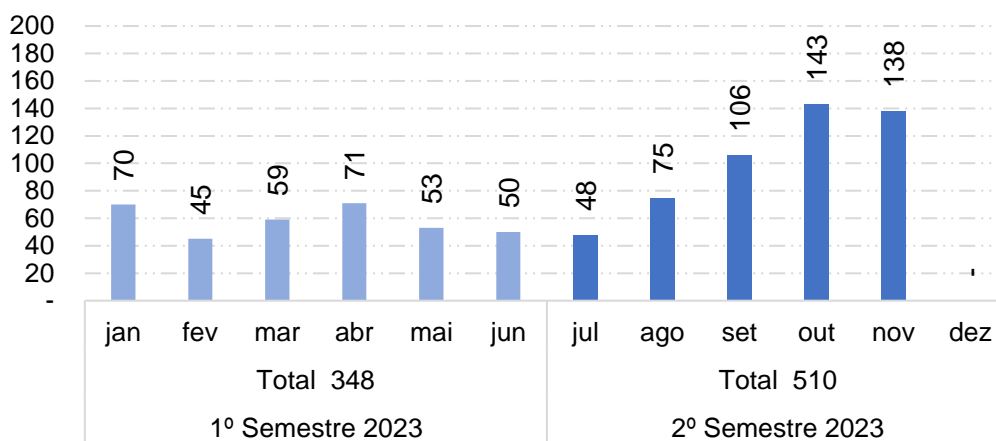
Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

Ressalta-se que no tipo de processo “Judiciais” engloba demandas relativas a aposentadorias e pensões, tal como o tipo de processo “Revisão”. Já o tipo de processo “Outros” se relaciona com demandas secundárias, como Declaração de Tempo Utilizado, prestação de informações em processos de Pecúnia e “Fale com o Presidente” e composição de benefício, por exemplo.

7.8.2 Concessão de benefícios previdenciários: aposentadoria e pensão por morte

Em 2023, a CCHA concedeu 858 (oitocentas e cinquenta e oito) aposentadorias dentre as 2.998 (duas mil, novecentas e noventa e oito) análises empreendidas. O gráfico a seguir demonstra o número de concessões de aposentadorias por folha de pagamento.

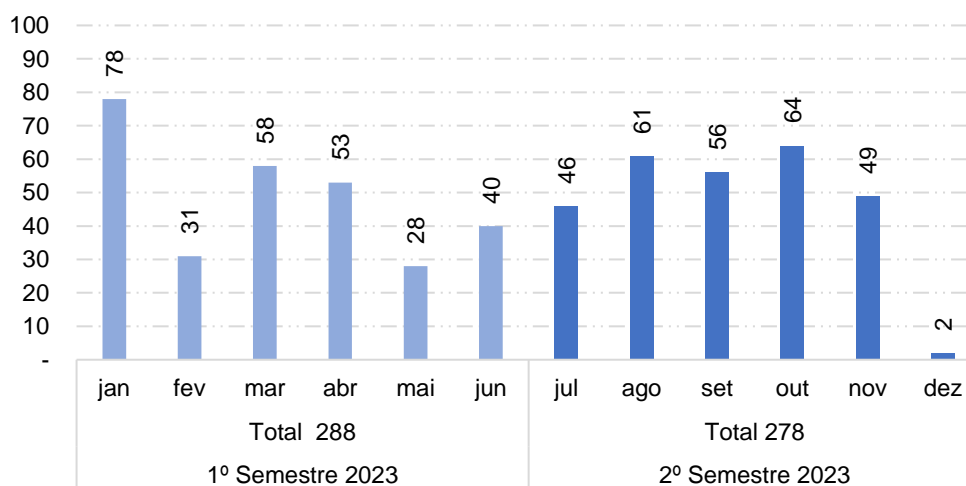
Gráfico 40: Quantitativo dos benefícios concedidos – 2023.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

Destaca-se o aumento considerável do número de concessões dos benefícios e das análises em decorrência do tempo de maturação dos servidores ingressados em julho de 2023. No que se às pensões por morte, foram analisadas 2.001 (duas mil e uma) pensões por morte, das quais 566 (quinhentos e sessenta e seis) foram concedidas, conforme o Gráfico 41.

Gráfico 41: Quantitativo das pensões concedidos por folha de pagamento – 2023.



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS.

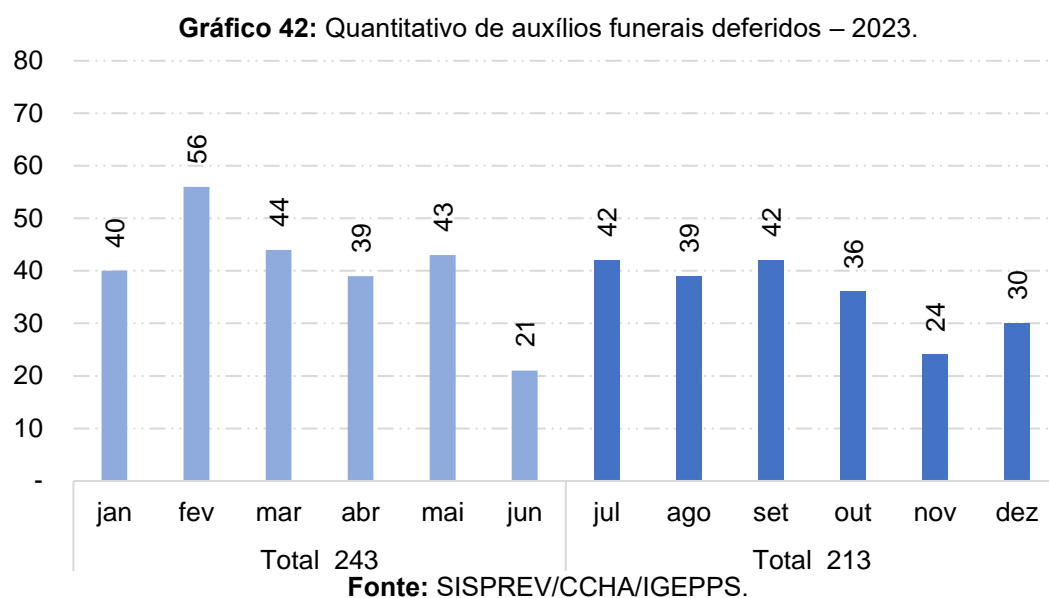
Destaca-se que o passivo de pensões por morte finalmente está controlado, com 137 (cento e trinta e sete) processos de pensão por morte atuais contra 259 (duzentos e cinquenta e nove) processos mencionados na versão parcial do Relatório de Governança Corporativa de 2023, dos quais 91 estão pendentes de manifestação jurídica para serem concluídos. O

passivo de revisões de pensão, por sua vez, foi reduzido de 87 (oitenta e sete) para 5 (cinco) processos.

Por fim, o tempo médio entre a chegada do processo de pensão ao setor e a distribuição tem sido de 4 (quatro) dias e a análise tem ocorrido, em média, em menos de 3 (três) dias, contados da distribuição, segundo verificação feita nos meses de novembro e dezembro de 2023.

7.8.3 Benefício Assistencial – Auxílio Funeral

Em 2023, foram analisados 770 (setecentos e setenta) processos de auxílios funerários e 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) foram deferidos, com média de 38 (trinta e oito) deferimentos mensais e taxa de conversão em deferimentos de quase 60% (sessenta por cento), como demonstrado no Gráfico 42.

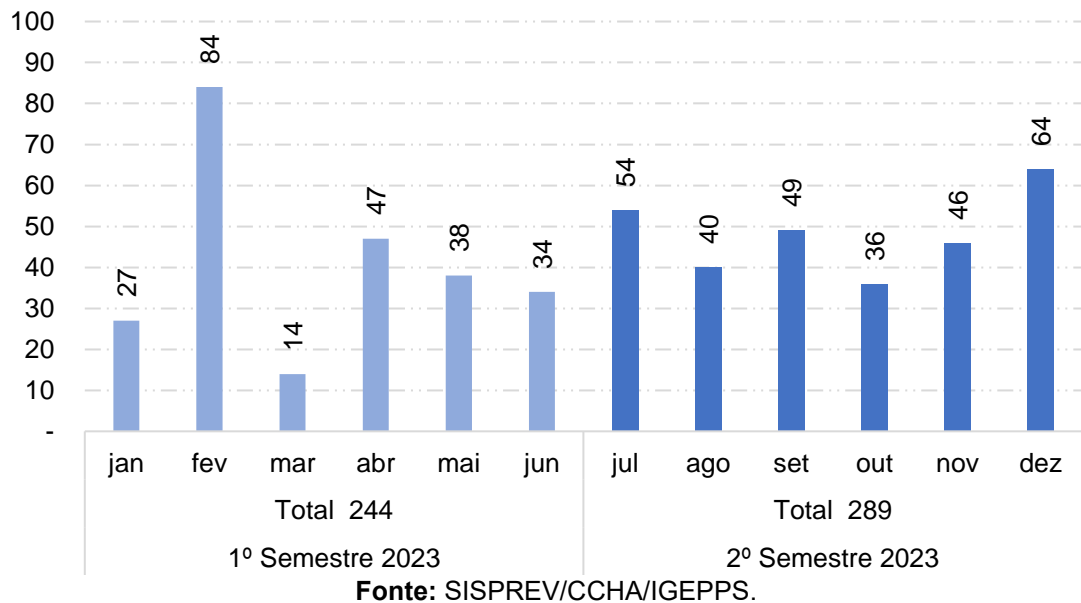


Número bastante expressivo que contribuiu para o controle do estoque deste tipo de demanda, que hoje conta com apenas 42 (quarenta e dois) processos em análise nesse setor, dos quais 29 (vinte e nove) aguardam algum tipo de manifestação/diligência para serem concluídos.

7.8.4 Abono de Permanência

Ao longo de 2023, foram analisados 1.010 (mil e dez) pedidos de abonos de permanência. Destes 533 (quinhentos e trinta e três) foram deferidos distribuídos por mês calendário, conforme o Gráfico 43.

Gráfico 43: Quantitativo de abono de permanência deferidos – 2023.



Registra-se que, a despeito da chegada de novos servidores no segundo semestre de 2023, o abono de permanência sofreu com a indefinição jurídica sobre a possibilidade de reconhecimento desse direito a servidores não efetivos, que representam a maioria dos processos represados nesse setor, o que justifica a não observância de crescimento expressivo no número de pedidos analisados de julho a dezembro.

Em geral, dos aspectos positivos relacionados as análises dos benefícios previdenciários. Primeiramente, destaca-se o controle do estoque e a celeridade da primeira análise dos processos de pensão por morte e auxílio funeral. Nesse sentido, registra-se que, quanto menos processos disponíveis para análise, o número de concessões tende a diminuir. Soma-se a isto a grande reformulação da Central de Atendimento, que recepciona esses tipos de processos, o que acarretou o maior número de processos com instrução processual deficitária e inaptos para imediata concessão.

Finalmente, mesmo com curto tempo de maturação, a atual equipe conseguiu superar o desempenho do ano anterior nos últimos meses do ano em relação a número de processos analisados e deferidos, o que aponta para um cenário promissor em 2024, desde que mantidas as condições atuais.

7.8.5 Manutenções das Folhas de Inativos e Pensionistas do Estado Do Pará

As manutenções em folha de pagamento referem-se às atividades de inserção, alteração, atualização ou exclusão de dados dos segurados inativos civis e militares, bem como dos pensionistas civis (Executivo, TJE, ALEPA) e militares, atribuição esta inerente à missão precípua do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS), qual seja a gestão dos benefícios previdenciários dos servidores públicos

estaduais e seus dependentes previdenciários.

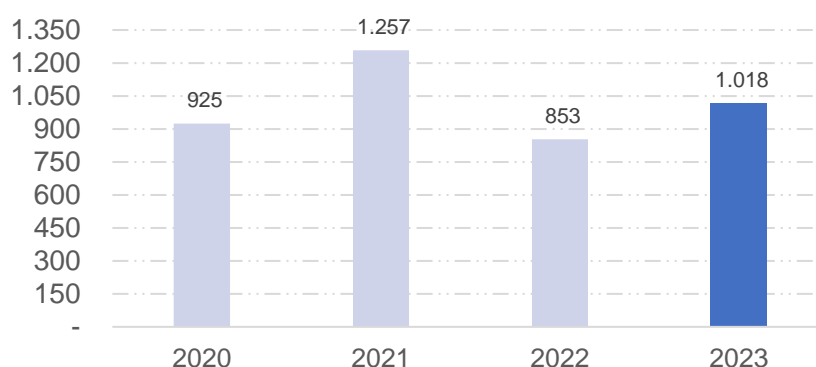
A seguir serão apresentados os números de vacâncias, evolução monetária da folha de pagamento, pagamentos de valores retroativos, cumprimento de decisões judiciais e recuperação de créditos ao Instituto, entre 2020 até 2023.

7.8.6 Vacâncias

7.8.6.1 Vacâncias de beneficiários – Aposentadoria/Reserva/Reforma

A vacância está relacionada com a retirada de beneficiários da folha de pagamento, quanto a folha de inativos.

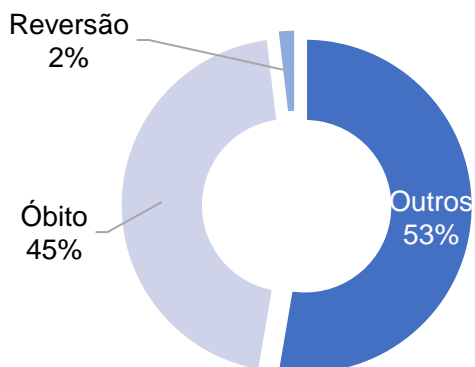
Gráfico 44: Quantidade Vacância – Inativos – 2020/2023.



Fonte: E-prev – CCOB/DIPRE/IGEPREV.

Em 2023, foram contabilizadas 1.018 (um mil e dezoito), no valor de 7.494.627,03 (sete milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, seiscientos e vinte e sete reais e três centavos). Desses números, 45% (quarenta e cinco por cento) tratam de vacâncias de óbitos, tendo em vista início de nova rotina, por meio do SIRC BATIMENTO. Desses números, 45% tratam de vacâncias de óbitos.

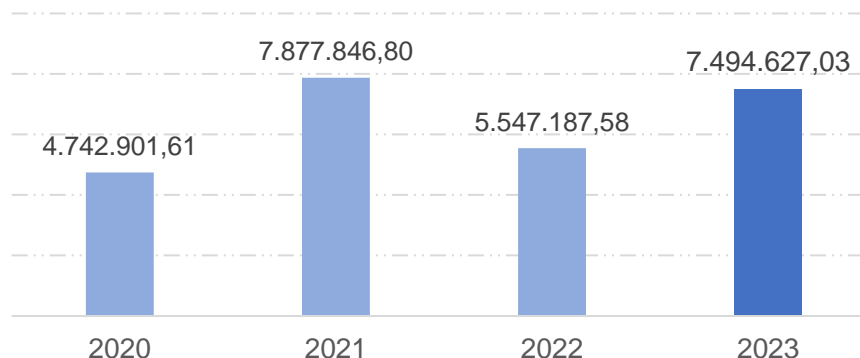
Gráfico 45: Distribuição de Vacâncias inativos – 2023.



Fonte: E-prev – CCOB/DIPRE/IGEPREV.

Em 2023, os valores economizados foi o montante de 7.794.627,03 (sete milhões e setecentos e noventa e quatro mil e seiscientos e vinte e sete reais e três centavos).

Gráfico 46: Aposentadoria Vacância – Valores – 2020/2023.



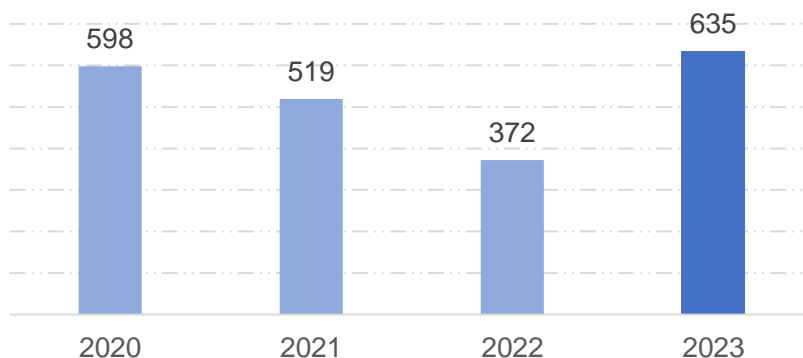
Fonte: E-prev – CCOB/DIPRE/IGEPPS.

Esses números referem-se ao cruzamento mensal das informações da base de dados do sistema E-PREV com os dados fornecidos pelo Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (SISOBI). Outra medida foi à realização de auditoria/análise de conformidade nos benefícios dos servidores inativos e pensionistas vinculados ao IGEPPS pela empresa Agenda Assessoria iniciada em 2021, referente ao recebimento de benefícios após óbito.

7.8.6.2 Vacâncias de beneficiários – Pensão por Morte.

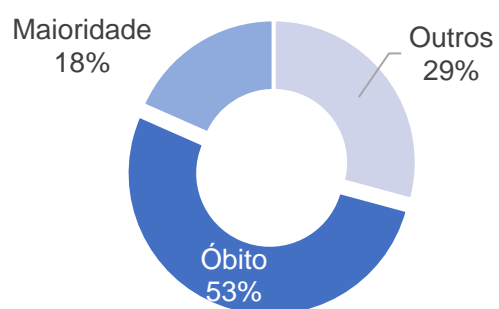
Em 2023, constam 635 (seiscentos e trinta e cinco) vacâncias no valor de 3.428.721,20 (três milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, setecentos e vinte e um mil reais, e vinte centavos).

Gráfico 47: Pensão por Morte Vacância - Quantidade – 2020/2023.



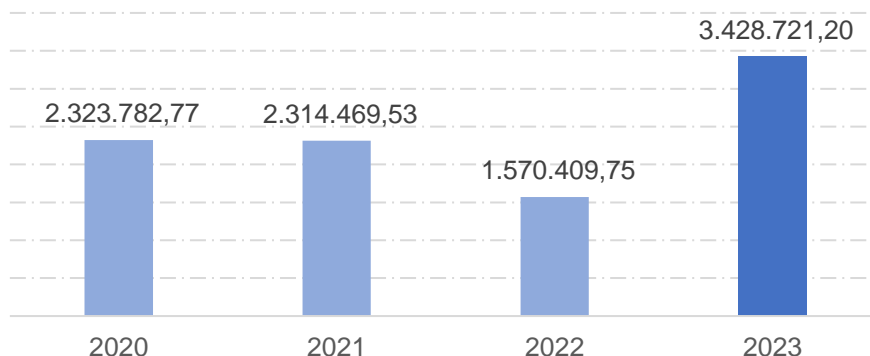
Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

Gráfico 48: Distribuição Vacâncias Pensão por Morte - 2023.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

Gráfico 49: Valores de Vacância Pensão por Morte – 2020/2023.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

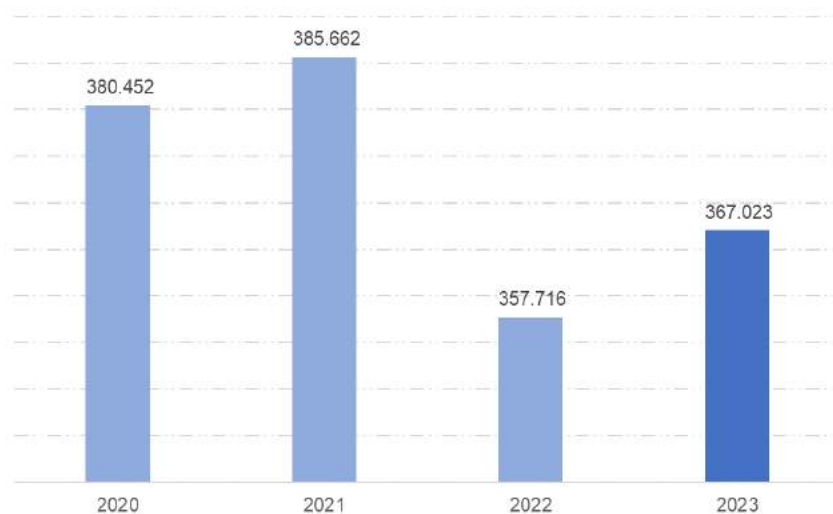
Foram adotadas medidas para aperfeiçoar o controle do número de vacâncias, tanto de inativos como de pensionistas, novamente, a implementação e acompanhamento mensal dos dados do SISOBI, atualmente SIRC, e a realização de auditoria na folha de pagamento.

7.8.7 Evolução Monetária da Folha de Pagamento

7.8.7.1 Inativos civis

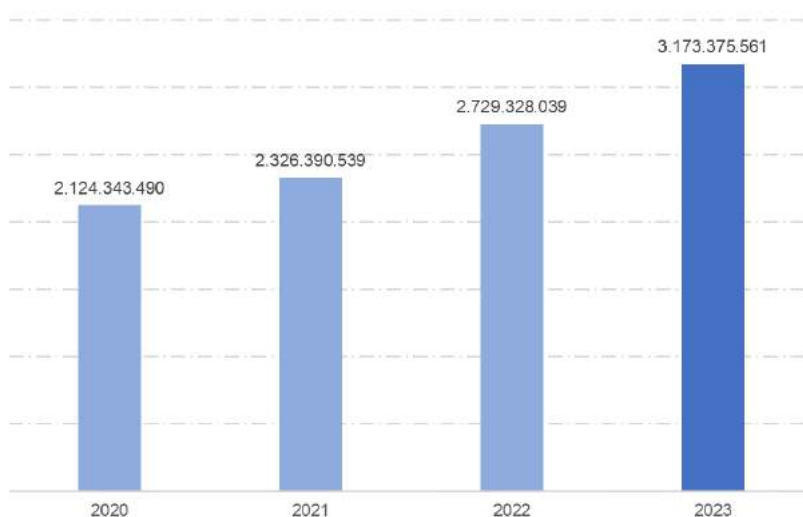
No que concerne à evolução monetária da folha de pagamento de segurados inativos, percebe-se que, no ano de 2023, foram efetuados 367.023 (trezentos e sessenta e sete mil e vinte e três) pagamentos, no valor total de R\$ 3.173.375.560,51 (três bilhões cento e setenta e três milhões, trezentos e setenta e cinco e setenta e cinco mil, quinhentos e sessenta reais e cinquenta e um centavos).

Gráfico 50: Evolução Civil - Quantidade de Pagamentos – 2020/2023.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

Gráfico 51: Evolução Civil - Valores Ano – 2020/2023.

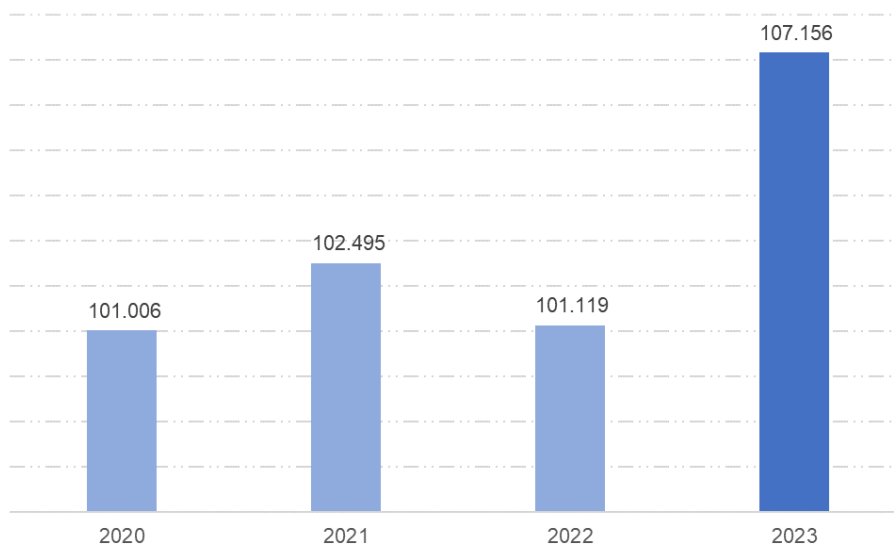


Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

7.8.7.1.2 Pensionistas civis

No ano de 2023, em relação aos pagamentos de segurados militares civis, foram pagos 107.156 (cento e sete mil cento e cinquenta e seis) pagamentos, no valor de R\$ 661.344.101,69 (seiscentos e sessenta e um milhões, trezentos e quarenta e quatro mil cento e um reais e sessenta e nove centavos).

Gráfico 52: Evolução Civil - Quantidade de Pagamentos Ano – 2020/2023.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

Gráfico 53: Evolução Civil - Valores de Pagamentos – 2020/2023.

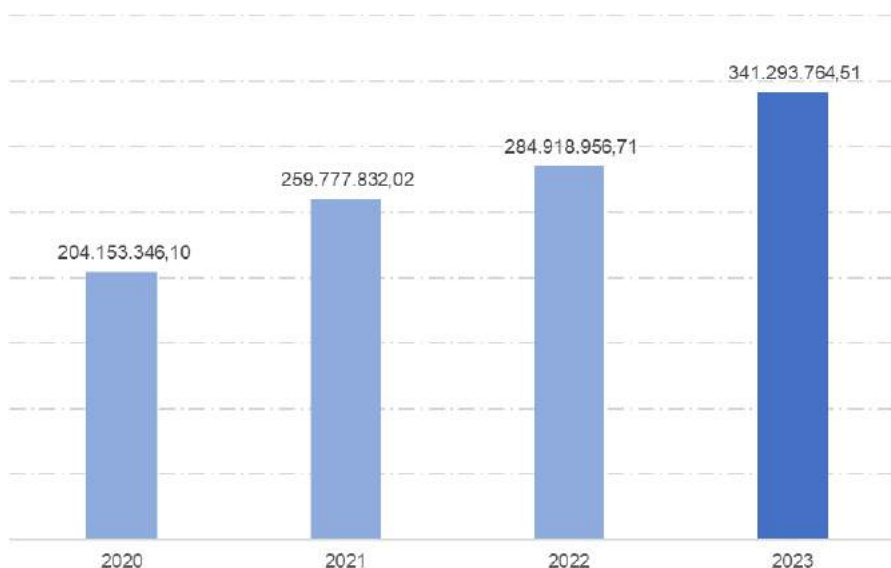


Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

7.8.7.1.3 Pensionistas Militares

No que diz respeito ao ano de 2023, foram efetuados 49.289 (quarenta e nove mil duzentos e oitenta e nove) pagamentos com valor total de R\$ 341.293.764,51 (trezentos e quarenta e um milhões, duzentos e noventa e três mil, setecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e um centavos).

Gráfico 54: Evolução Militar – Valores Ano – 2020/2023.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

No que tange a análise geral da evolução da folha de pagamento, tanto de segurados inativos quanto de pensionistas, pode-se concluir que nos últimos anos a CCOB reformulou os métodos de trabalho das funções de implantação e de pagamento s de valores retroativos, com melhorias significativas e eficientes, como atualização de tabelas salariais, a criação de grupos de trabalho temporários para agilizar a análise e manutenções de processos administrativos e judiciais, propiciando pagamentos devidos e legais aos segurados em tempo hábil.

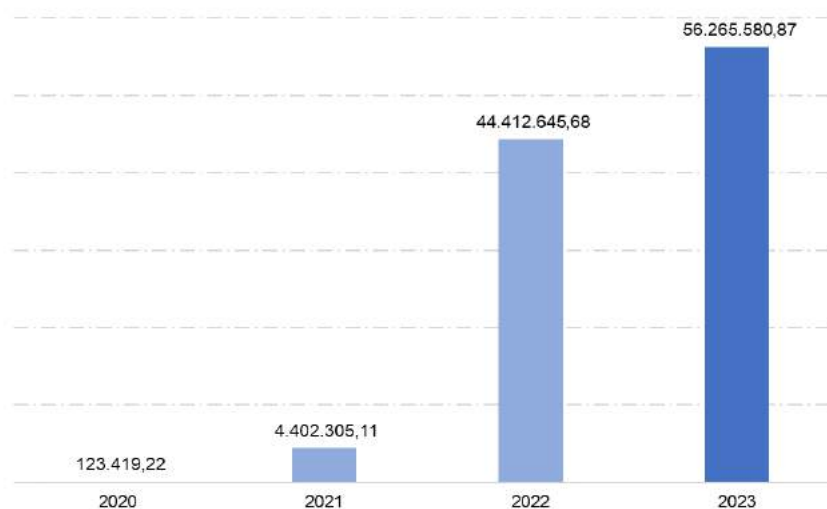
Ressalta-se, também, a segregação da folha com a implementação do sistema de proteção social, que ficou responsável por gerenciar os processos de reserva remunerada, reforma e pensão militares, que permitiu, com a especialização da matéria, aumento no número de concessões, revisões e reajustes de segurados militares.

7.8.8 Pagamento de Retroativos

7.8.8.1 Inativos

Quanto ao pagamento de valores retroativos de benefícios previdenciários de inativos (aposentadoria, reserva remunerada e reforma), observa-se significativa evolução na quantidade e nos valores. No ano de 2023, foram efetuados 10.341 (dez mil e trezentos e quarenta e um) pagamentos no valor de R\$ 56.265.580,87 (cinquenta e seis milhões e duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e oitenta reais e oitenta e sete centavos).

Gráfico 55: Retroativos de Aposentadorias - Valores – 2020/2023.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

7.8.8.2 Pensionistas

Há de ser ressaltado que os pagamentos de valores retroativos na pensão por morte seguem metodologia diferente dos inativos, pois, em sua maioria, os processos são calculados quando da implantação ou quando a realização de revisão do benefício previdenciário.

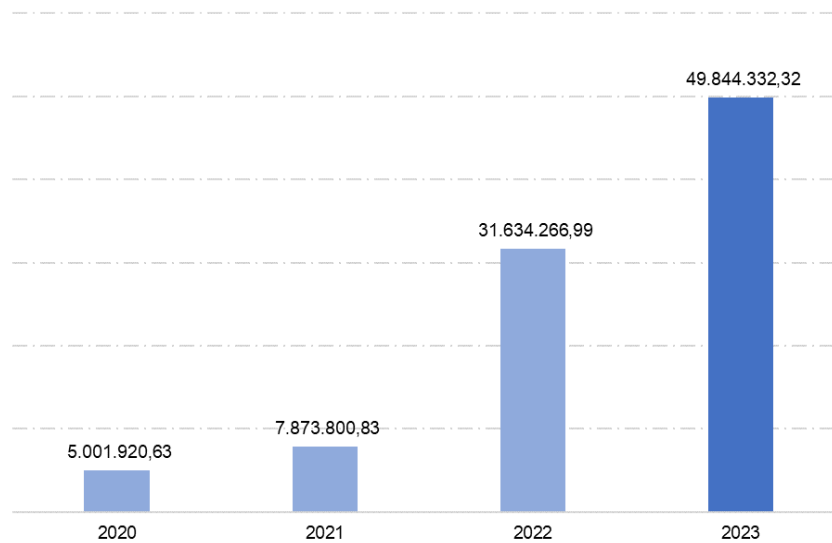
Como comentário geral do aumento dos pagamentos de retroativos a partir do ano de 2020, tanto de inativos como de pensionistas, a CCOB passou a adotar novas metodologias para desenvolver suas funções, como a criação de grupos de trabalho para, em um primeiro momento, fazer levantamento dos processos que estavam sem a análise técnica.

Em um segundo momento, os processos foram digitalizados para adequarem-se a tramitação de processos via PAE, a fim de facilitar sua tramitação. Após a digitalização dos processos, foram criados grupos para analisar, calcular e implantar os processos na folha de pagamento, em suas respectivas competências.

Por outro lado, processos que estavam parados na caixa de entrada da CCOB aguardando a atualização de tabelas salariais, aperfeiçoamento e desenvolvimento de planilhas e de fórmulas de cálculos, tiveram o devido tratamento, o que permitiu a análise dos processos que estavam contingenciados nesta Coordenadoria. Outra demanda de massa para realizar mais pagamentos de valores retroativos foi o reajuste do piso nacional do magistério nos anos de 2020, 2021 e 2022.

Assim, em 2023, foram efetuados 3.343 (três mil, trezentos e quarenta e três) pagamentos com valor de R\$ 49.844.332,32 (quarenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil e trezentos e trinta e dois reais e trinta e dois centavos).

Gráfico 56: Retroativos de Pensão - Valores – 2020/2023.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

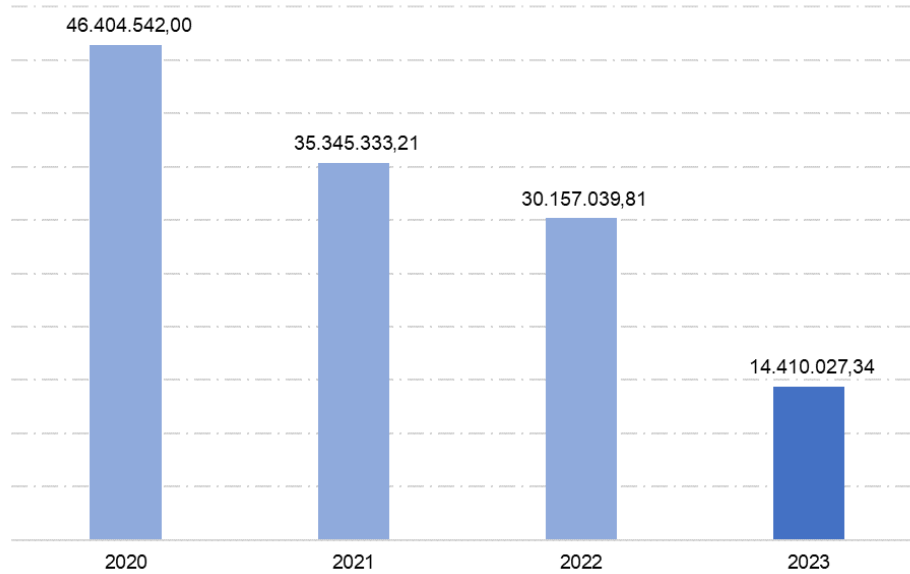
Neste sentido, o aumento do número de pagamentos de valores retroativos nos últimos três anos deve-se a política adotada pelo IGEPPS de zerar o passivo de processos de retroativos que estavam paralisados sem a devida atenção. Caso os processos fossem analisados em seus respectivos anos, a quantidade e valores dos retroativos seriam mais uniformes e condizentes com a evolução gradual da folha de pagamento.

7.8.9 Cumprimento de Decisões Judiciais

7.8.9.1 Inativos

Em referência aos valores de cumprimento de decisões judiciais de inativos. Em 2023, foram 97 (nove e sete) cumprimento de decisões judiciais, no valor de R\$ 14.410.027,34 (quatorze milhões, quatrocentos e dez mil, vinte e sete reais e trinta e quatro centavos).

Gráfico 57: Decisão Judicial - Aposentadoria – 2020/2023.

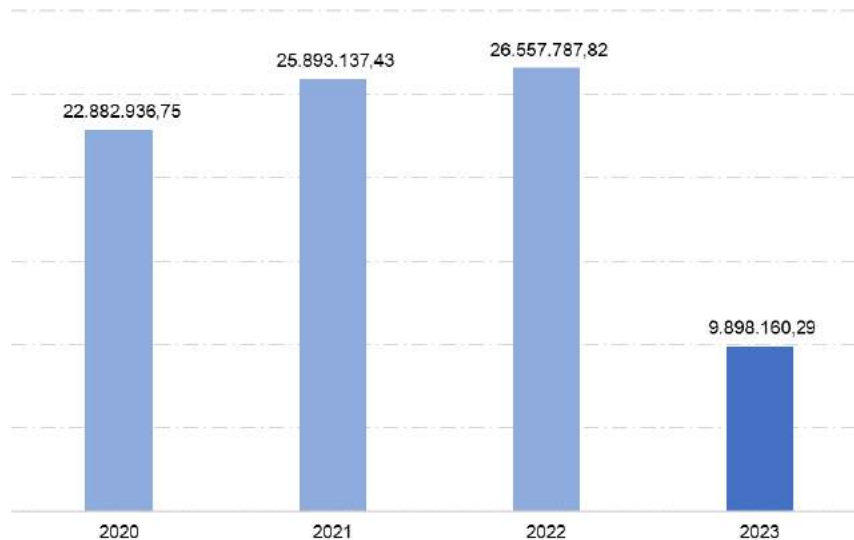


Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

7.8.9.2 Pensionistas

Quanto ao cumprimento de decisões judiciais de pensionistas no ano de 2023, foram 85 (oitenta e cinco) decisões judiciais no valor de R\$ 9.898.160,29 (nove milhões, oitocentos e noventa e oito mil, cento e sessenta reais e vinte e nove centavos).

Gráfico 58: Decisão Judicial - Pensão – 2020/2023.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/IGEPPS.

7.9.10 Recuperação de Crédito

No primeiro semestre de 2023, a CCOB criou uma equipe de trabalho para analisar, catalogar e cobrar valores que sejam passíveis de cobrança visando a recuperação de créditos ao Instituto de forma administrativa. No ano de 2023 foram analisados um total de 537 (quinhentos e trinta e sete processos) administrativos eletrônicos de recuperação de crédito. Efetivamente houve a recuperação de crédito de 166 processos no ano de 2023, os meios de recuperação utilizados foram: o desconto em folha de pagamento, a devolução através da instituição bancária e o encontro de contas, ao total foi restituído ao instituto o valor de R\$ 2.183.931,18 (dois milhões, cento e oitenta e três mil, novecentos e trinta e um reais e dezoito centavos).

Dentro os processos, 96 processos foram arquivados, sendo 43 em razão da Ata da Direx de 27/07/2021, que permite o encerramento de processos de recuperação de crédito com importe inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais). Assim, como 53 arquivamentos em razão da prescrição, em obediência a Ata da Direx de 30/08/2022, que prevê o prazo prescricional a data do cancelamento do benefício perante o instituto.

Ademais, 184 processos foram redirecionados para outras coordenadorias internas, sendo 46 para Coordenadoria de finanças e 138 para Recuperação de crédito (Procuradoria Jurídica- PROJUR), por impossibilidade de levantamento de valores em folha.

Por fim, 91 processos analisados foram redirecionados no âmbito da própria CCOB para notificação; deliberação quanto a ausência de margem consignável; revisão do cálculo retroativo de pensão; compensação do crédito com vantagens pecuniárias e análise recursal na Diretoria de Previdência.

7.9.11 Diligências Tribunal de Contas do Estado-TCE

A Gerência de Diligências, setor criado pela Ordem de Serviço nº 021 de 21/09/2010 e diretamente subordinado à Diretoria de Previdência (DIPRE), tinha como competência precípua atender demandas encaminhadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA, quanto a processos de análises de benefícios previdenciários, bem como notificar os segurados acerca do registro do ato de concessão de suas aposentadorias, pensões por morte e reforma.

Em janeiro de 2023, a Gerência de Diligências foi extinta por meio da Ordem de Serviço nº 001 de 20 de janeiro de 2023 (PAE nº 2023/92513) em virtude da necessidade de organização administrativa interna do Instituto e devido à significativa diminuição de demanda de diligências advindas do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE) no último biênio 2021/2022, tornando desnecessária a centralização da atuação em uma Gerência de Diligências, bem como o advento da Lei Complementar Estadual nº 142/2021 que incluiu o

Sistema de Proteção Social sob a gestão do IGEPPS.

Diante da extinção do setor, as diligências advindas do Tribunal de Contas do Estado - TCE foram redistribuídas para a Diretoria de Previdência em caso de Aposentadoria ou Pensão por Morte decorrente de óbito de servidor civil e para a Diretoria de Proteção Social dos Militares (DPSM) no caso de Reforma ou Pensão por Morte decorrente de óbito de militar.

Dentre as funções do antigo setor que continuaram a ser exercidas tanto pela DIPRE como pela DPSM, destacam-se a análise das diligências processuais solicitadas pelo TCE/PA, nas quais os Técnicos Previdenciários A avaliam cada processo verificando a medida a ser tomada, com base na legislação e na jurisprudência, fundamentando com base em pareceres, memorandos e entendimentos firmados pela Diretoria Executiva deste Instituto Previdenciário, concluindo pelo acatamento ou não das recomendações da Corte de Contas.

Nesse contexto, desde o início do exercício financeiro de 2021, todas as demandas recebidas do TCE/PA ocorrem por meio eletrônico, através do Sistema e-TCE (Portal do Jurisdicionado), as quais são posteriormente protocolizadas no Processo Administrativo Eletrônico (PAE), que é o sistema eletrônico próprio do Poder Executivo Estadual.

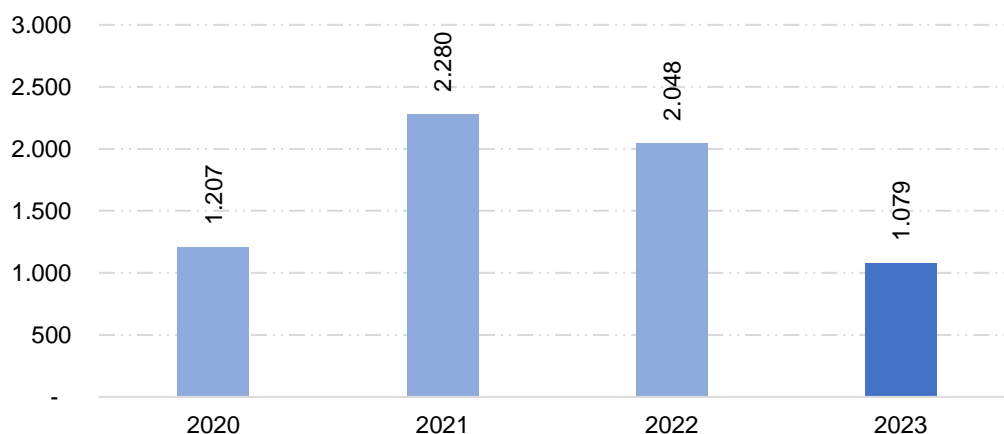
Importante salientar que, também, desde o início de 2022, no intuito de cumprir aos mandamentos constitucionais e infraconstitucionais de transparência e acesso à informação, a antiga Gerência e agora a Diretoria de Previdência continua publicando regularmente lista de beneficiários no portal do IGEPPS e no Diário Oficial do Estado, com o fito de facilitar o acesso aos beneficiários(as) da informação dos registros de suas respectivas portarias pelo TCE/PA, bem como a documentação necessária para realizar a sua retirada.

Ademais, dado o advento das comunicações de registro apenas por meio eletrônico, foi dada continuidade às notificações dos beneficiários encaminhando cópia da portaria registrada, conferida com o documento original, salientando que a via original se encontra apenas na Corte de Contas. Desse modo, resta demonstrada a preocupação e o zelo com os segurados, com vistas a evitar deslocamentos desnecessários até o Instituto, sobretudo porque grande parte reside no interior do Estado.

Assim, foram produzidas 1.079 cartas de comunicação aos segurados quanto ao registro e alteração de seus benefícios até 31/12/2023. Essas cartas foram confeccionadas com o intuito de informar ao segurado a necessidade de alteração ou redução de seu benefício, bem como comunicar o registro da portaria ou mesmo para solicitar alguma documentação requerida pelo Tribunal de Contas.

Desse modo, no Gráfico 59 tem-se a quantidade de cartas confeccionadas no setor nos últimos anos.

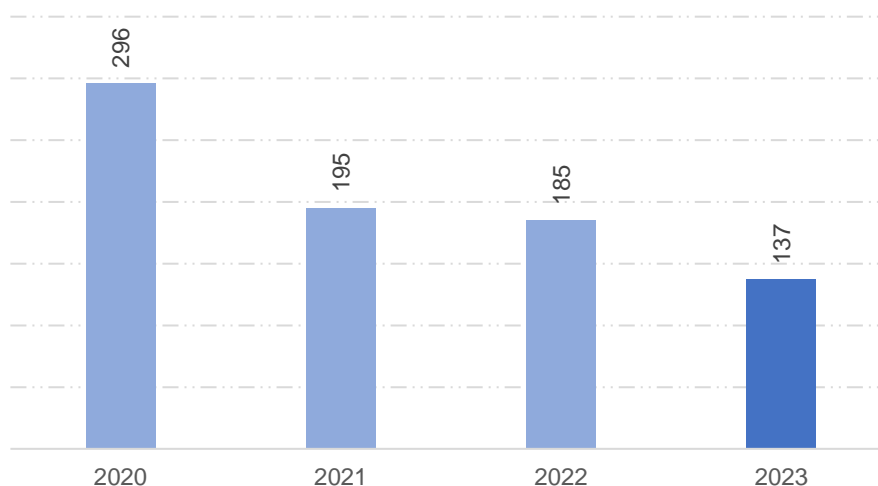
Gráfico 59: Quantitativo de cartas confeccionadas pela DIPRE – 2020/2023.



Fonte: GDIL/DIPRE/IGEPPS.

No Gráfico 60 verifica-se o total de Diligências encaminhadas pelo TCE no período de 2015 a 2023.

Gráfico 60: Quantitativo de Diligências encaminhadas pelo TCE – 2020/2023.



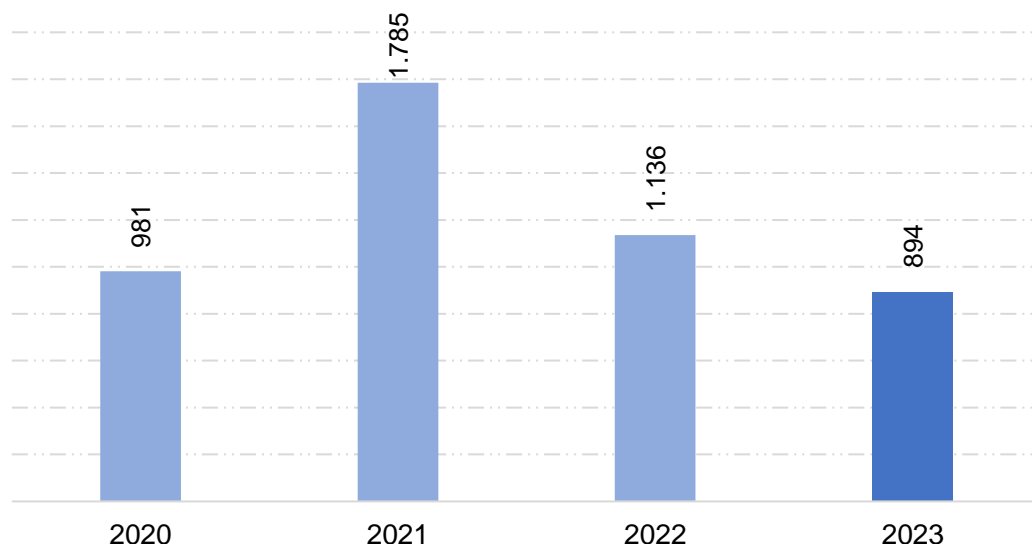
Fonte: GDIL/DIPRE/IGEPPS.

Em 2023, dentre as 137 diligências recebidas destacam-se: 1) Dentre os objetos das diligências, o mais prevalente é a retificação do Adicional por Tempo de Serviço, sobretudo de servidores da SEDUC, haja vista a mudança de entendimento do TCE/PA quanto à contagem do tempo de efetivo exercício, que anteriormente à Resolução nº 18.630/2014 contabilizava o período posterior ao afastamento do servidor; 2) Aulas Suplementares, para adequação a 84 horas em decorrência da Lei nº 8.030/2014 e Instrução Normativa nº 03/2016 da SEDUC.

Com relação às comunicações de registro sem ressalva, os processos encaminhados pela Corte de Contas, a exemplo das diligências, possuem anos de autuação bem díspares das datas dos atos de concessão deferidos. Assim, apresentando o lapso temporal entre a expedição dos atos administrativos e a efetiva remessa ao tribunal, bem como a variedade de

atos autuados em um mesmo processo no tribunal. Com isso, não é viável precisar todos os atos por seu ano de emissão sem uma força tarefa dedicada apenas para este objetivo. O Gráfico 61 abaixo, demonstra a quantidade de processos que foram deferidos sem ressalva entre 2017 até 2023.

Gráfico 61: Quantitativo de Diligências deferidas sem ressalva — 2020/2023.

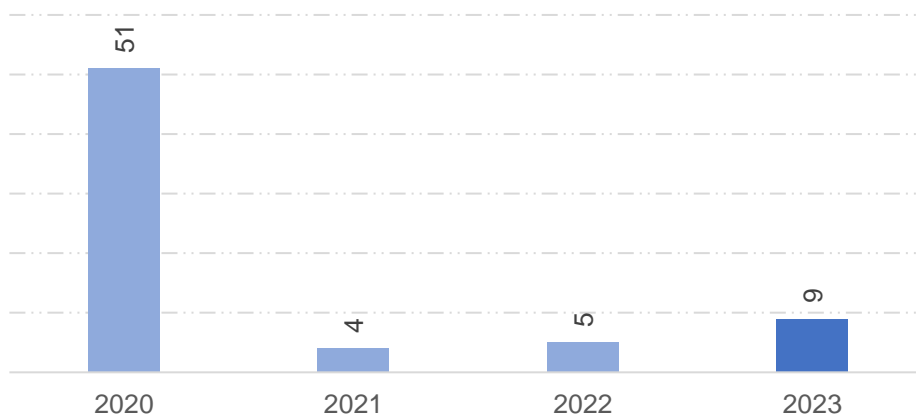


Fonte: GDIL/DIPRE/IGEPPS.

Em 2023, os 894 registros sem ressalvas estão incluídos os extintos sem resolução do mérito, ou seja, em virtude de óbito do servidor. Outrossim, segundo se depreende da Caixa Postal, Comunicações sem Prazo, no Sistema e-TCE, não há que se falar em predominância de processos autuados em determinado(s) ano(s), contudo, dentre os benefícios registrados há uma prevalência de atos de aposentadoria e pensão.

Destaca-se, que foram deferidos apenas 09 (nove) registros com ressalvas. No Gráfico 62, é possível verificar a redução significativa no número de diligências enviadas pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE ao IGEPPS, evidenciando a necessidade de extinção do setor e redistribuição de competência à DIPRE. Com isso, suas atividades foram redistribuídas para a Diretoria de Previdência – DIPRE.

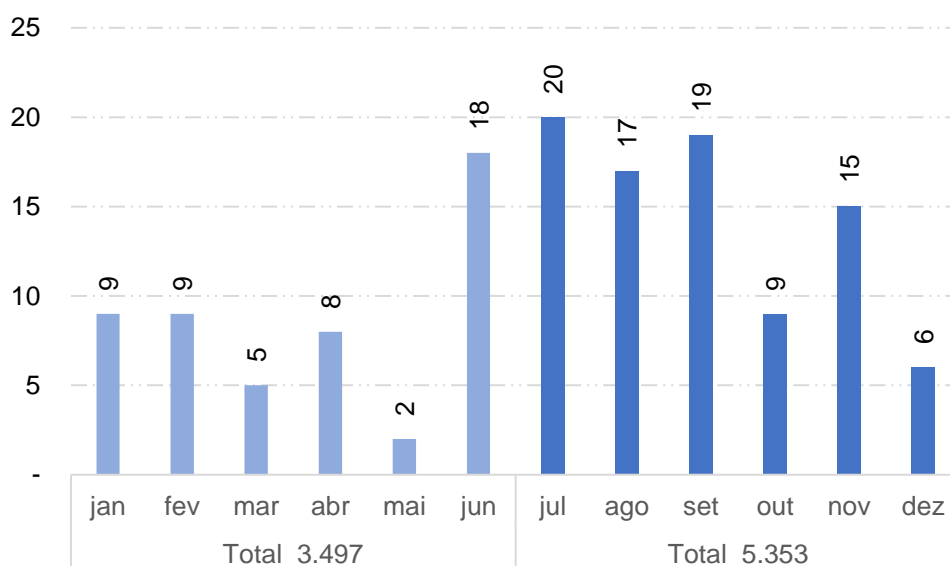
Gráfico 62: Quantitativo de Diligências deferidas com ressalva — 2020/2023.



Fonte: GDIL/DIPRE/IGEPPS.

O Gráfico 63, apresenta o quantitativo mensal dos processos de diligência ao longo do exercício de 2023. Como também o quantitativo tanto das aposentadorias quanto das pensões. Foram recebidas diligências de apenas três) pensões ao longo do ano, motivo pelo qual não houve inclusão em coluna específica.

Gráfico 63: Quantitativo mensal de Processos de Diligências—2023.



Fonte: GDIL/DIPRE/IGEPPS.

Por fim, com a extinção do setor voltado para tais atividades, surgiu a necessidade do gerenciamento, organização e planejamento das diligências oriundas do Tribunal de Contas do Estado – TCE, levando-se em conta a quantidade de servidores disponíveis. Assim, houve a necessidade de alguns procedimentos continuarem a passar por sintetização, sem prejuízo da observância dos princípios basilares do Direito Administrativo.

7.9 GESTÃO DE BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL

No Estado do Pará, a Lei Complementar nº 142, de 16/12/2021, posteriormente alterada pela Lei Complementar nº 149, de 20/05/2022, instituiu o Sistema de Proteção Social

dos Militares, estabelecendo que a gestão dos benefícios referentes à inatividade, auxílio acidente e auxílio morte, pensão por morte e pensão especial de militares é de competência do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS).

Salienta-se que os pleitos de reserva remunerada, de reforma e de pensão militar por morte já eram concedidos por este Instituto de Previdência, pela Coordenadoria de Cadastro e Habilitação, enquanto as pensões militares especiais, o auxílio acidente e o auxílio morte eram geridos pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD.

Assim, com a criação do Sistema de Proteção Social dos Militares todas as demandas acima referidas passaram a ser legalmente geridas pela Diretoria de Proteção Social dos Militares, nova integrante do Organograma Institucional do IGEPPS.

Contudo, considerando o período de transição necessário para treinamento da equipe e alinhamento no fluxo interno, o pagamento do benefício de pensão militar especial passou a ser realizado por este Instituto tão somente a partir de julho de 2022, e, recentemente, no primeiro semestre de 2023, o IGEPPS passou a gerir os benefícios assistenciais do auxílio Acidente e Auxílio Morte, na forma da lei.

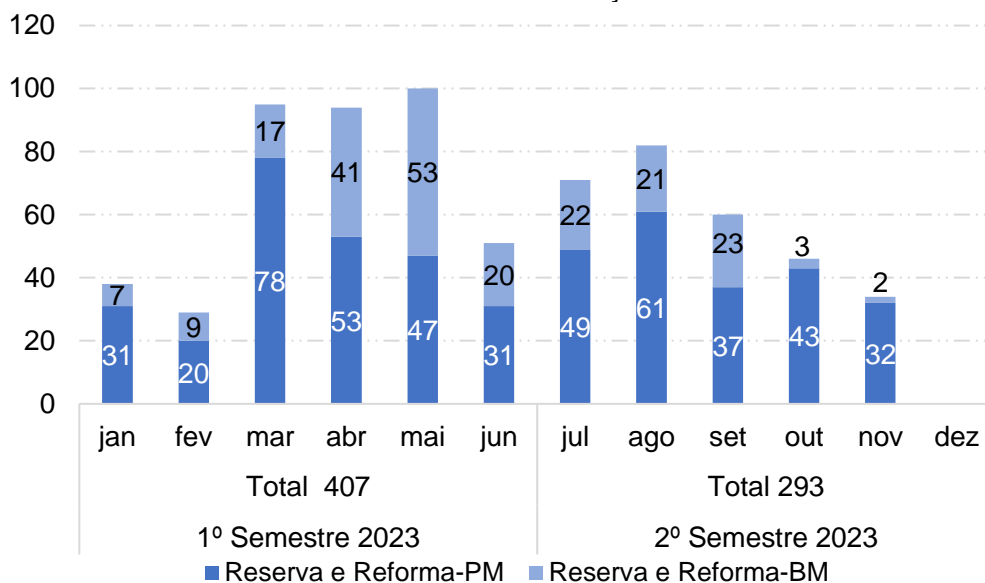
Para tanto, foi criada a Diretoria de Proteção Social dos Militares - DPSM e as Coordenadorias de Proteção Social dos Militares divididas em: Coordenadoria de Proteção Social dos Militares de Reserva e Reforma (COPSM/RESREF) responsável pela análise dos processos de benefícios (reserva e reforma), auxílio acidente, declaração de tempo utilizado, revisões de benefícios, dentre outros e Coordenadoria de Proteção Social dos Militares de Pensão (COPSM/PENSÃO) responsável pela análise dos processos de benefícios (pensão por morte/pensão especial) e os de auxílio morte, continuidade de pensão, revisões de benefícios, dentre outros.

Isto posto, compete ao IGEPPS a gestão dos seguintes benefícios: Reserva remunerada; Reforma; Auxílio acidente, instituído pela Lei Complementar nº 149/2022; Pensão militar por morte; Pensão militar por extravio; Pensão militar especial e o Auxílio morte, instituído pela Lei Complementar nº 149/2022.

7.9.1 Análise de benefícios de proteção social - reserva e reforma

Ao longo dos meses de 2023, foram recebidos 102 processos de benefício pela COPSM-Reserva e Reforma. No mesmo período, foram concedidos 700 (setecentos) processos de reservas e reformas, conforme o Gráfico 94.

Gráfico 34: Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Reserva e Reforma – 2023.



Fonte: EPREV/SISPREVWEB.

7.9.2 Análise de benefícios de proteção social- pensão por morte

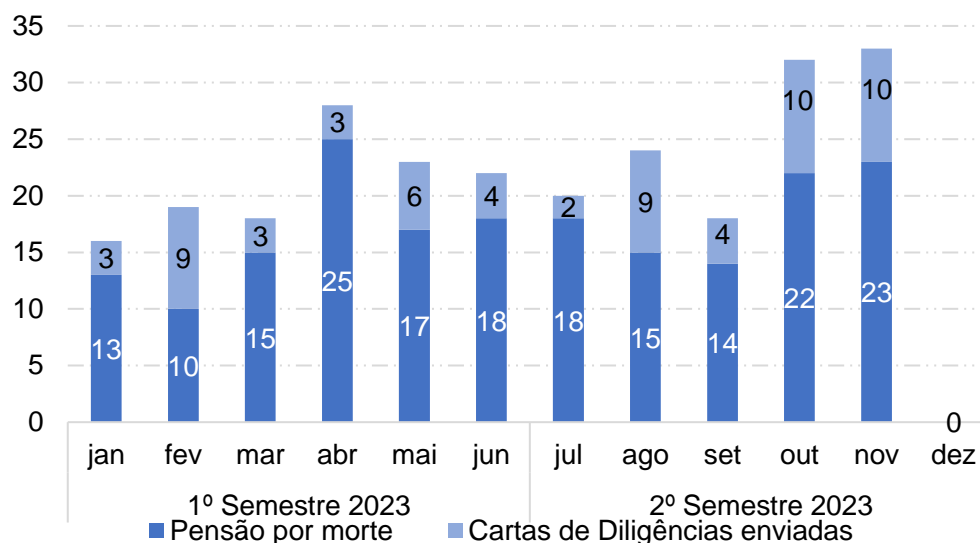
Os benefícios de pensão militar por morte foram concedidos pela Diretoria de Proteção Social dos Militares - DPSM baseados na Emenda Constitucional 103, na Lei Federal 13.954/2019 e nos artigos 99 a 104 da Lei Complementar nº 142/2021, cujos proventos são no percentual de 100% (cem por cento) do valor dos vencimentos do militar falecido.

Ressalta-se que a contar do ano de 2022, com a efetiva implantação do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará, a CCAH/DIPRE passou a analisar tão somente a aposentadoria civil, e a DPSM os benefícios militares.

Ademais, restou definido que as pensões por morte e revisão decorrentes de óbito de militar inativo que ocorreu a partir de 01/01/2020, terá aplicação a Lei Federal nº 13.954/2019 até 19/12/2021, e de 20/12/2021 em diante, se aplicará a LC nº 142/2021, conforme Direx nº 060/2022 e Memorando circular nº 05 de 21/03/2023.

No ano de 2023, verificou-se redução do passivo atual de processos recebidos pela COPSM/PENSÃO, totalizando 258 processos recebidos pela COPSM-Pensão. No mesmo período, 190 (cento e noventa) benefícios de pensão por morte militar aos beneficiários e encaminhadas 63 (sessenta e três) diligências por carta, conforme o Gráfico 35.

Gráfico 35: Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Pensão por Morte e Diligências – 2023.



Fonte: EPREV/SISPREVWEB.

7.9.3 Análise de benefícios de proteção social- pensão especial e auxílio morte

Em relação ao benefício de pensão militar especial de incumbência da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD, porém por força do artigo 22da Lei Complementar 142/21, esta atribuição passou a ser do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social, sendo analisados no ano de 2022, média de 53 processos.

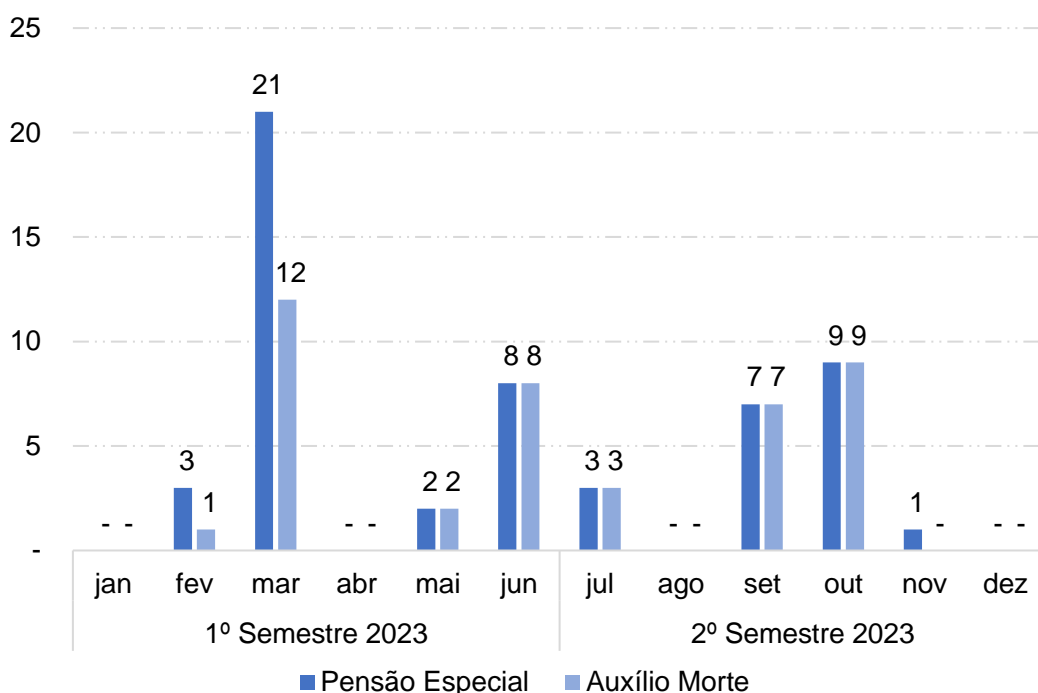
Ressalta-se que o procedimento adotado atualmente é de que a Diretoria analisa documentalmente os autos, e encaminha a Procuradoria Jurídica desta autarquia para análise e emissão de parecer jurídico, para que posteriormente seja encaminhado para análise da Procuradoria Geral do Estado. Após o mérito, os autos são encaminhados a Casa Civil para minutar o Decreto concessório e na sequência para registro do Tribunal de Contas. E somente após o registro, retorna os autos a Casa Civil para confecção definitiva do Decreto, bem como publicação no diário oficial e implantação em folha de pagamento por este Instituto.

Vale registrar que compete ao Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS), a gestão, a concessão e o pagamento de auxílio-morte aos beneficiários de pensão militar especial, conforme determina a LC nº149/2022. Ademais, farão jus ao pagamento de auxílio morte os beneficiários de pensão militar especial, após o registro da referida pensão pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará, previsto no art. 17 – B da LC nº 149/2022, motivo pela qual se encontra em estoque no setor COPSM/PENSÃO, o total de 137 processos.

Assim, considerando o fluxo de pensão especial estabelecido, no período de janeiro a novembro/2023 foram concedidos 54 (cinquenta e quatro) processos de pensão

militar especial e 43 (quarenta e três) processos de auxílio morte, conforme descrito no Gráfico 36.

Gráfico 36: Quantitativo de Benefícios de Pensão Especial e Auxílio Morte – 2023.



Fonte: EPREV/SISPREVWEB.

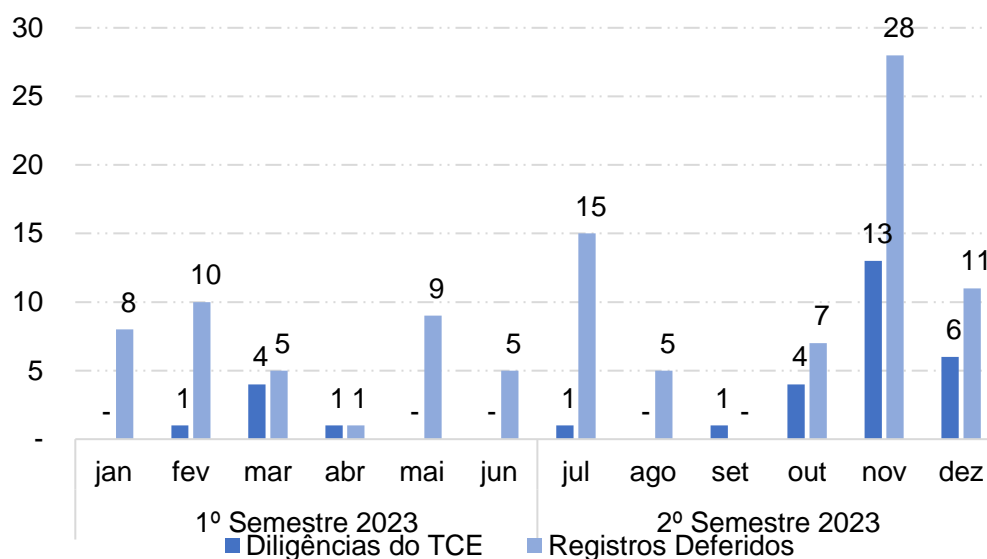
7.9.4 Diligências Tribunal de Contas do Estado-TCE/PA dos SPSM

Em meados de janeiro/2023, a Gerência de Diligências (GDIL), antigo Núcleo de Diligências (NDIL) foi extinto e as demandas de diligências advindas do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE) referente aos benefícios de pensão por morte militar e reforma “*ex officio*” passaram a ser competência da Diretoria de Proteção Social dos Militares, por meio do PAE nº 2023/92513.

Dentre as principais funções do setor, destacam-se as análises realizadas das diligências processuais solicitadas pelo TCE/PA, nas quais os técnicos previdenciários avaliam cada demanda com atenção e verificam a medida a ser tomada com base em seus conhecimentos jurídicos sobre o assunto, fundamentando com base em pareceres, memorandos, entendimentos do Instituto, concluindo pelo acatamento ou não da determinação da Corte de Contas.

As demandas recebidas do TCE/PA no setor são por meio de processos eletrônicos, no qual aquele se utiliza do Sistema e-Jurisdicionado e não do Processo Administrativo Eletrônico (PAE), que é o Sistema eletrônico próprio do Poder Executivo Estadual. No Gráfico 37, tem-se a quantidade de processos analisados em 2023.

Gráfico 37: Quantitativo de Processos analisados – 2023.



Fonte: EPREV/SISPREVWEB.

7.9.5 Núcleo de Atenção Psicossocial

O Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS), subordinado diretamente à Diretoria de Previdência, possui atuações específicas no IGEPPS, executando serviços relacionados à realização de Estudos Psicossociais que subsidiam concessão de benefícios, bem como recebimento e apuração de denúncias (de óbito e de novaunião), e Verificação Cadastral (antiga prova de vida), além de atuar em ações estratégicas de Educação Previdenciária.

O setor tem como objetivo principal de realizar atendimentos dos casos mais complexos, os quais apresentam óbice e morosidade na concessão beneficiária, com o fito de, por meio de comunicação com os setores de análise, propiciar maior celeridade aos processos administrativos e viabilizar as concessões. Contudo, as atividades deste setor não se resumem ao atendimento de inativos pensionistas em situação de pendência processual, passando a atuar em ações estratégicas, tais como a realização de diligências com o objetivo de esclarecer eventuais contradições detectadas na análise administrativa ou de processo judicial.

As referidas demandas provêm de diversos setores deste IGEPPS, originando-se, em sua maioria, da Coordenadoria de Cadastro e Habilitação (CAH), da Diretoria de Previdência (DIPRE), bem como da Procuradoria Jurídica (PROJUR). Neste ano de 2023, o NAPS gerenciou e atendeu o SIAAG - Sistema de Atendimento Agendado, que consistia em acolher os usuários que realizam cadastro via internet e agendavam o serviço. Quando detectado um agendamento, o setor de imediato encaminhava e-mail aos servidores que estavam destinados a responder aquela situação em prazo determinado.

7.9.5.1 Atendimentos Psicossocial

O Atendimento Psicossocial consiste no atendimento realizado com interessados e/ou beneficiários, com o objetivo de viabilizar a garantia de direitos previdenciários no tocante a dirimir possíveis entraves no andamento dos processos que tramitam neste Instituto. Os atendimentos presenciais são às terças-feiras e os atendimentos online são realizados nas quartas-feiras.

Forma atendidos 42 (quarente e dois) beneficiários/usuários em quadros de risco social que desejavam agilizar a análise de seus processos. A avaliação da situação de risco era realizada pela Central de Atendimento – CATEN, que encaminhava ao setor, o qual intermediava junto aos setores envolvidos a fim de propiciar a conclusão da análise dos requerimentos dos interessados.

Após o Processo Seletivo Simplificado (PSS), ingressaram no NAPS 02 (duas) Técnicas Previdenciárias B, sendo uma assistente social e uma psicóloga. As profissionais de Psicologia foram as pioneiras deste segmento profissional a atuar no setor impactando positivamente na quantidade e qualidade das atividades desenvolvidas.

7.9.1.2 Diligências Psicossociais

As Diligências Psicossociais consistem na atividade de visita e demais deslocamentos necessários para realização de apuração de denúncias (óbito ou de nova união), verificação cadastral (antiga Prova de Vida) entre outros.

Em relação às denúncias, o NAPS tem responsabilidade de realizar a apuração de denúncias de nova união ou de denúncias de óbito. Na apuração por motivo de nova união, são analisadas as denúncias anônimas ou de possíveis beneficiários de pensão por morte que tenham contraído nova união. Em relação aos processos de denúncia óbito foi otimizada. Pois é possível consultar as bases dos Cartórios de Registro Civil, Receita Federal e do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC).

No procedimento relacionado à Verificação Cadastral está relacionado ao antigo procedimento de Prova de Vida. Tal procedimento tem por objetivo verificar se o beneficiário(a) ainda se encontra vivo(a); é demandando, em sua essência, em situações de liberação de crédito.

No segundo semestre de 2023, foi implementado o Sistema de Acompanhamento de Produtividade (SIAP) com objetivo de quantificar e acompanhar as atividades realizadas no núcleo. Assim, no quadro abaixo, está descrito o quantitativo do total de atendimentos e as atividades realizadas pelo NAPS.

Tabela 94: Quantitativo dos Servidores Capacitados e relação de Cursos ofertados – 2023.

Atividades	Total de atendimentos
Diligências Externas	294
Relatório Psicológico	48
Relatório Social	44
Atendimentos NAPS	53
Comunicações com cartórios	22
Despacho NAPS	13
Viagem	63

Fonte: Relatórios GerenciaisSIAP/IGEPPS.

7.9.1.3 Educação Previdenciária

Os projetos realizados pelo núcleo estão relacionados com vários temas referentes à qualidade de vida dos segurados. Ao avançar com o projeto foi possível identificar novas demandas e adaptar as formas de atuação e, inclusive com a criação de novos projetos. Nesse sentido, essas ações corroboram para o desenvolvimento da educação previdenciária, o que favorece a melhoria da prestação de serviço previdenciário e avaliações pelo Pró-Gestão. As atividades relacionadas ao Projeto Educação Previdenciária, foram as seguintes:

1. 3º Curso de Preparação para Aposentadoria: 28 segurados lotados no Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), sendo realizado de forma presencial, com duração de três dias e teve como conteúdos abordados: desafios e oportunidades na transição para aposentadoria; aspectos emocionais e cognitivos na educação financeira; e reflexões e ferramentas para reconstrução do projeto de vida.
2. Projeto Piloto Orientação Profissional: voltado para os beneficiários de pensão por morte com orientação profissional. O projeto é direcionado para os jovens pensionistas que vão atingir a maioria. A presente ação buscou preparar os beneficiários para a inserção no mercado de trabalho, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, facilitando o processo de escolha profissional e de carreira. Objetiva-se tornar a ação contínua na programação de educação previdenciária do órgão.
3. Roda de conversa com o tema “Atuação da psicologia na Previdência (Universidade Estadual do Pará – UEPA). Com 29 estudantes da graduação em psicologia discutiu os desafios e possibilidades relacionados ao trabalho do psicólogo no atendimento às demandas psicossociais do público atendido pelo Instituto, bem como, debateu-se os temas envelhecimento ativo, saúde mental do trabalhador e reforma da previdência.
4. Diálogo com os Segurados: nas modalidades presencial e virtual, e visa promover

o planejamento da qualidade de vida durante a aposentadoria, contribuindo para a redução dos riscos psicossociais aos quais os segurados ficam mais suscetíveis quando se aposentam, como o isolamento social, violência patrimonial, endividamento e depressão.

8 CANAIS DE ATENDIMENTO

O IGEPPS por meio de ações voltadas para facilitar o acesso aos usuários disponibiliza canais de atendimentos aos beneficiários, são eles:

1. Atendimento Pessoal

O atendimento presencial é realizado na Central de Atendimento (CATEN) na sede; nos postos sediados nas Estações Cidadania (Shopping Pátio Belém, Shopping Grão Pará e no Shopping Metrópole no município de Ananindeua), no posto do Terminal Hidroviário, nas agências os Núcleos Regionais - NUREG de Castanhal (agência Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agência Santarém e Altamira) e Marabá e no Núcleo de Apoio Psicossocial — NAPS na sede do IGEPPS.

Assim, os postos de atendimento acima relacionados são responsáveis pelo acolhimento ao público e ao beneficiário, realizando o protocolo de requerimentos, atualização cadastral, prestando informações e esclarecimentos em geral, orientando quanto aos procedimentos a serem adotados em cada tipo de demanda, expedindo declarações, recebendo e apurando denúncias, registrando críticas e elogios, além de auxiliar no combate a possíveis fraudes contra a Previdência.

2. IGEPPS Itinerante – Unidades Móveis

Em fevereiro de 2021, com o Plano de Expansão Institucional iniciou o atendimento itinerante por todo Estado do Pará, levando acesso aos serviços previdenciários para além da sede e estações cidadanias.

2. Central Telefônica

A Central Telefônica recebe chamados por meio dos números: (91) 3182-3500 e (91) 3217-7037, prestando o atendimento humano e eletrônico, receptivo e ativo, via Chatbot (humanizado), mensagem instantânea e redes sociais, utilizando o sistema de gestão do atendimento da empresa contratada.

Os telefonistas estão aptos a prestar informações, orientar quanto ao acesso na emissão do contracheque no site, realizar/orientar quanto ao agendamento presencial ou requerimento virtual, posicionar quanto ao andamento de processos, pontos de atendimento do Censo Previdenciário e documentos obrigatórios a serem apresentados, itinerário das Unidades Móveis, entre outros assuntos inerentes ao Instituto.

3. Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal de relacionamento que conduz as opiniões, informações, críticas, sugestões, reclamações e demais anseios da sociedade, sendo um direito do cidadão que busca pela eficiência, a ética e transparência nas relações do instituto com a sociedade. Trata-se, no mais, de um serviço aberto ao nosso usuário, tendo como missão atender a sociedade participativa, cada vez mais exigente e ansiosa por melhorias na

qualidade de vida e na concretização de seus direitos como cidadão.

Dentre as principais demandas da Ouvidoria do IGEPREV, temos as informações, as reclamações e solicitações. Nos pedidos de informações, destacam-se os questionamentos sobre o andamento e resolução de processos. As reclamações destacam-se por números expressivos que constituem, sem dúvida, o maior quantitativo de manifestações, quanto à demora na análise e conclusão de processos.

4. Carta de Serviço

A Ouvidoria do IGEPPS criou e publicou a sua Carta de Serviços em 23 de junho de 2022, por meio do Decreto nº 3.507, de 13 de junho de 2000, passando a fazer parte do Portal Pará Digital, criado pela OGE - Ouvidoria Geral do Estado. Essa legislação dispõe sobre o estabelecimento de padrões de qualidade do atendimento prestado aos cidadãos pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, indireta e fundacional, e dá outras providências.

Assim, trata-se de um documento elaborado por uma organização pública que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos.

5. Fale com o Presidente

O canal “Fale com o Presidente”, efetivamente implementado a partir de janeiro de 2021, se tornou um meio específico e de direta interação dos segurados com a Gestão, permitindo o fortalecimento do diálogo entre a sociedade e a estrutura interna do IGEPREV e ainda sim possibilitando aos beneficiários e cidadãos em geral a oportunidade de em tempo hábil sanar suas dúvidas, esclarecimentos e solicitar informações e celeridade processuais. Logo, a missão do “Fale com o Presidente” fixa-se na mediação e resposta ao cidadão sobre a atuação da instituição quanto a sua atividade-fim, fundamentando o exercício de sua finalidade nos princípios da ética, eficiência, governança corporativa, boa-fé, interatividade social e transparência nas relações entre o Estado e a sociedade, no tocante à gestão previdenciária.

O fluxo de tratamento das demandas encaminhadas ocorre, via de regra, de duas maneiras: em primeiro momento, há a triagem e análise primária do e-mail enviado pelo beneficiário e/ou cidadão em geral, demarcando-se os aspectos iniciais, tais como a que se refere o assunto, se existe processo em curso, qual o setor responsável pela emissão de resposta e/ou se já houve desfecho sobre o feito; e a posterior, são adotadas as providências para resposta imediata e espontânea ou provocação do setor correspondente concedendo prazo para que informe sobre o estado processual.

Em relação ao acompanhamento, supervisão e avaliação das atividades desenvolvidas pelo canal “Fale com o Presidente”, durante o período de janeiro a dezembro de 2021 se observou a percepção de uma média total de 2.500 (Duas mil e quinhentas) demandas, correspondendo a cerca de 200 – 250 e-mails mensais, distribuídas entre os assuntos de abono permanência, aposentadoria, auxílio funeral, Censo Previdenciário, certidões de tempo de contribuição – CTC, contracheque, cédula C, isenção de IR, pagamento de retroativos, pecúnia, pensão alimentícia, pensão por morte, reserva e reforma, revisões e requisições de pequeno valor - RPV.

6. E-SIC

O portal E-Sic (<https://www.sistemas.pa.gov.br/esic/public/main/index.xhtml>) trata-se de um canal que por meio da plataforma SIC, qualquer pessoa física ou jurídica pode encaminhar pedidos de informações sobre assuntos relacionados aos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual, conforme determina o Art. 7º do Decreto Estadual Nº 1.359, de 31 de agosto de 2015, que regula o acesso a informações previsto na Lei Nº 12.527 — Lei de Acesso à Informação — LAI.

Portanto, o IGEPPS tem trabalhado para fortalecer o atendimento ao público não apenas na modalidade presencial, mas, também, por meio de canais virtuais que facilitem o acesso aos serviços disponibilizados pelo Instituto, bem como aproxime a Alta Gestão dos destinatários do serviço público ofertado.

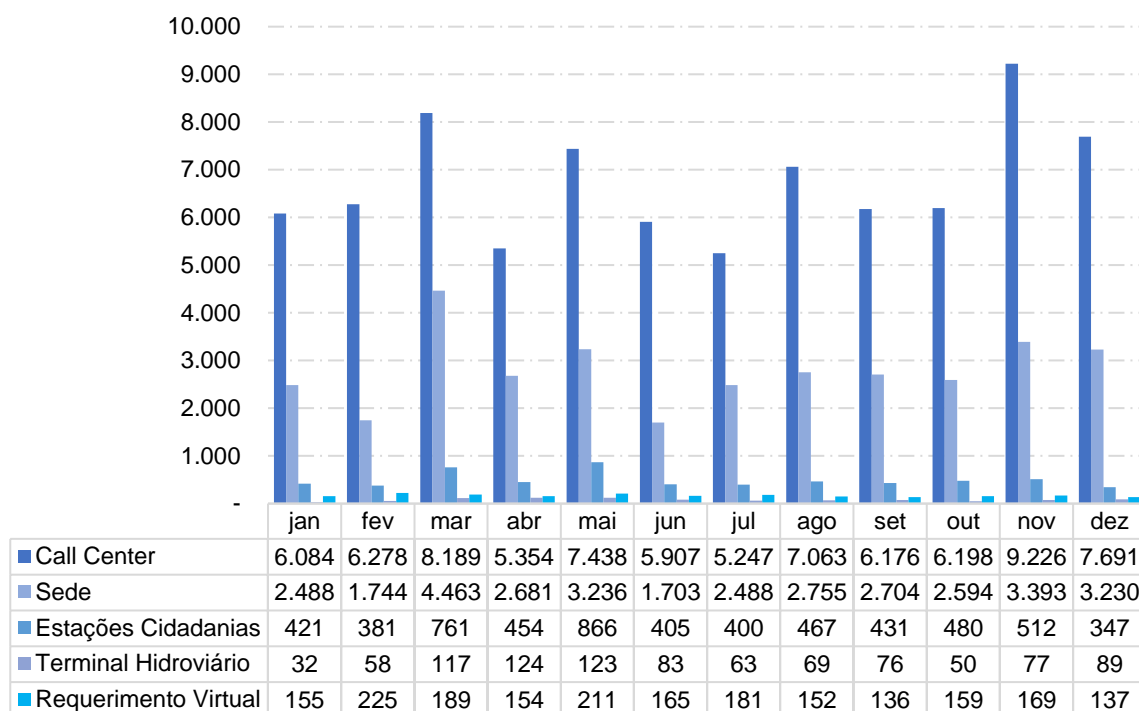
8.1 ESTRUTURA FÍSICA DE ATENDIMENTO PRESENCIAL

Alinhada ao Programa de Governança Pública do PPA 2020-2023, objetivando ampliar a atuação do Regime Próprio de Previdência Social nas principais Regiões de Integração do Estado do Pará e viabilizar o efetivo acesso dos beneficiários e dos cidadãos aos serviços ofertados pelo Instituto, a atual gestão do IGEPPS tem investido ostensivamente na expansão da estrutura física por meio da reforma e ampliação da Central de Atendimento – CATEN (Sede), dos postos de atendimento nas Estações Cidadania, no Terminal Hidroviário de Belém e nos Núcleos Regionais, bem como a construção e inauguração de Agências nas Regiões de Integração do Estado e o atendimento presencial volante viabilizado pelos caminhões baú.

8.1.1 Central de Atendimento – CATEN

Em 2023, a sede Caten, as Estações Cidadania e o Terminal Hidroviário realizaram 42.398 (quarenta e dois mil, trezentos e noventa e oito) atendimentos de forma presencial e via requerimento virtual. Já os atendimentos via Call Center totalizaram 80.851 (oitenta mil, oitocentos e cinquenta e um), conforme o Gráfico 64.

Gráfico 64: Quantitativo de atendimentos realizados pela CATEN– Sede, Estações Cidâneas (Metrópole, Pátio Belém e Grão Pará) e Terminal Hidroviário – 2023.



Fonte: SIAAG/Caten/IGEPPS.

8.1.2 Núcleos Regionais

Os Núcleos Regionais foram criados por meio da Lei nº 8.613/2018, art. 4º, inciso XI c/c art. 11-G com finalidade "planejar, coordenar, controlar, avaliar e executar as atividades referentes ao cadastro e habilitação de beneficiários do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Pará, desenvolvidas nos municípios sob sua jurisdição".

Para descentralizar o atendimento da sede em Belém e ampliar a cobertura dos serviços prestados com agilidade, eficiência e qualidade o IGEPPS possui três Núcleos Regionais, são eles:



Núcleo Regional de Castanhal composto por três agências: Castanhal (Região Guamá), Capanema (Região Rio Caeté) e Abaetetuba (Região Tocantins).



Núcleo Regional de Santarém composto por duas agências: Altamira (Região Xingu) e Santarém (Região Tocantins).



Núcleo Regional de Marabá abrange todos os municípios da Região Carajás e Região Araguaia.

Os Núcleos de Castanhal e Santarém, além de prestarem os mesmos serviços previdenciários da sede do IGEPPS, também, realizam análise e concessão de benefícios previdenciários, contribuindo diretamente para atribuir agilidade e humanização do

atendimento dos pleitos.

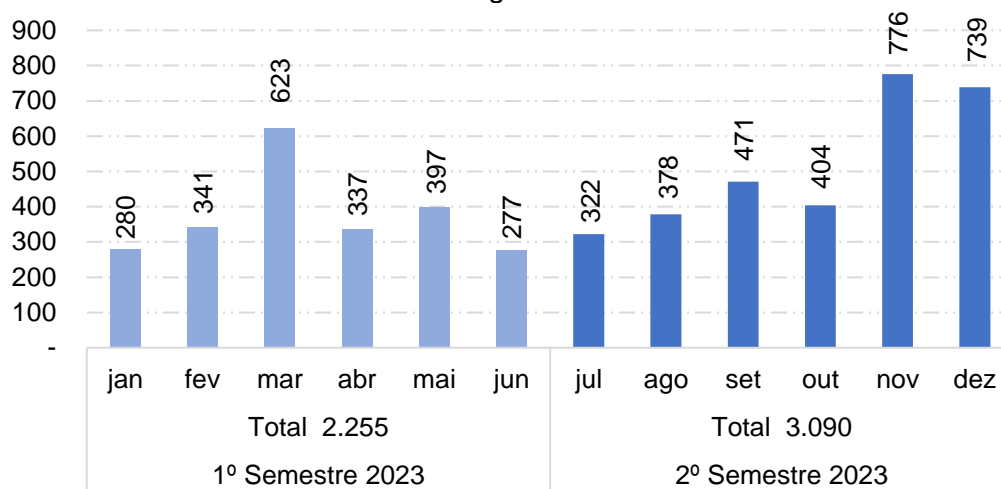
8.1.2.1 Núcleo Regional de Castanhal

- Agência Castanhal

Em 2021, por meio do Plano de Expansão Institucional foi inaugurada a nova Agência Regional de Castanhal, na Região Guamá, abrangendo cerca de 5.004 beneficiários dentre civis e militares inativos e pensionistas das cidades de Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, São Francisco do Pará, São João da Ponta, Terra Alta e Vigia.

No exercício de 2023, a agência de Castanhal realizou 5.345 atendimentos ao longo dos meses, conforme o Gráfico 01. Dentre os dez atendimentos mais demandados destacam-se: emissão de contracheque, outros, consulta de processo, emissão de cédula C, requerimento inicial, declaração negativa, portaria, atualização de dados cadastrais, certidão negativa e juntada.

Gráfico 65: Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Castanhal – Agência Castanhal – 2023



Fonte: SIAAG/Caten/IGEPPS.

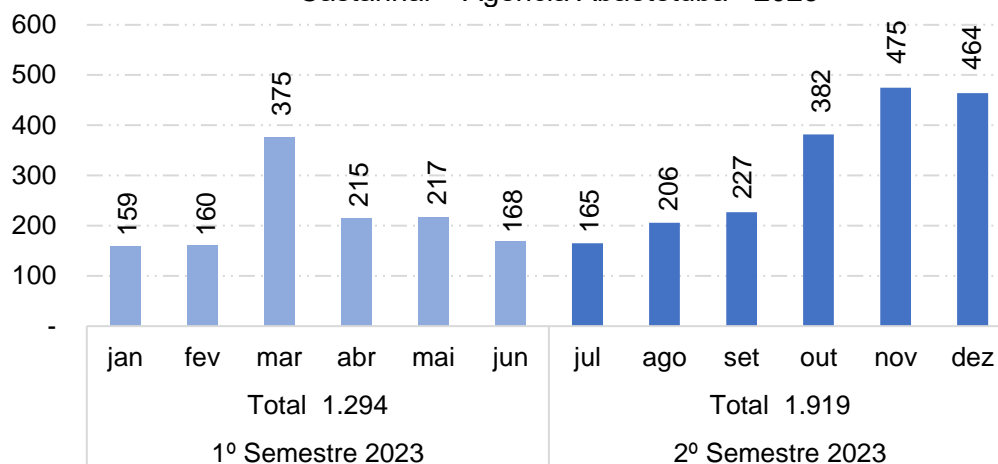
- Agência Abaetetuba

A agência de Abaetetuba atua como polo na Região Tocantins para o atendimento de cerca de 2.466 beneficiários entre civis e militares inativos e pensionistas residentes dos municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Tailândia.

Ao longo do ano de 2023, a agência de Abaetetuba realizou 3.213 atendimentos, conforme o Gráfico 66. O serviço voltado para a emissão de contracheque, outros, emissão de cédula C, consulta de processo, declaração negativa, portaria, atualização de dados cadastrais, certidão negativa, Censo Previdenciário IGEPPS e juntada são os dez

atendimentos mais demandados pelos segurados da região.

Gráfico 66: Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Castanhal – Agência Abaetetuba - 2023



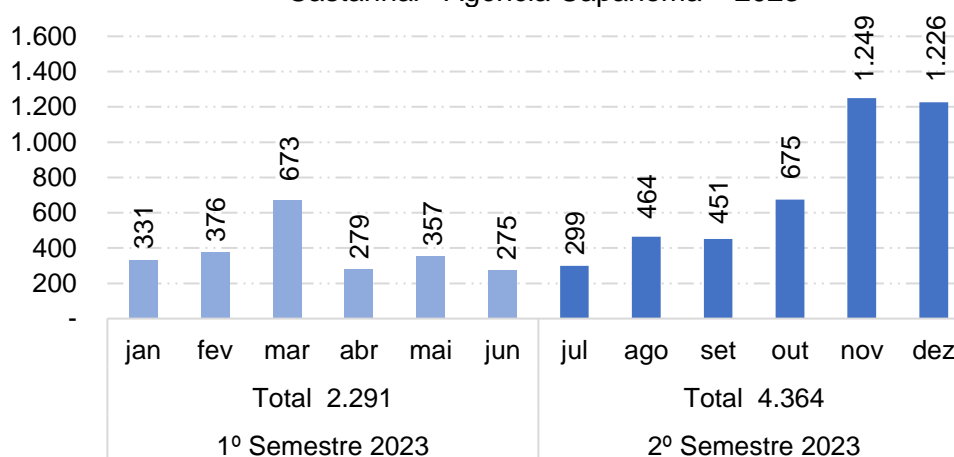
Fonte: SIAAG/Caten/IGEPPS.

- Agência Capanema

Em 2021 foi inaugurada a agência de Capanema na Região Rio Caeté, abrange cerca de 2.857 beneficiários dos municípios de Capanema, Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu.

Dentre os atendimentos mais demandados destacam-se: emissão de contracheque, consulta de processo, emissão de cédula C, requerimento inicial, portaria, declaração negativa, portaria, atualização de dados cadastrais, juntada e comunicado de óbito.

Gráfico 67: Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Castanhal– Agência Capanema – 2023



Fonte: SIAAG/Caten/IGEPPS.

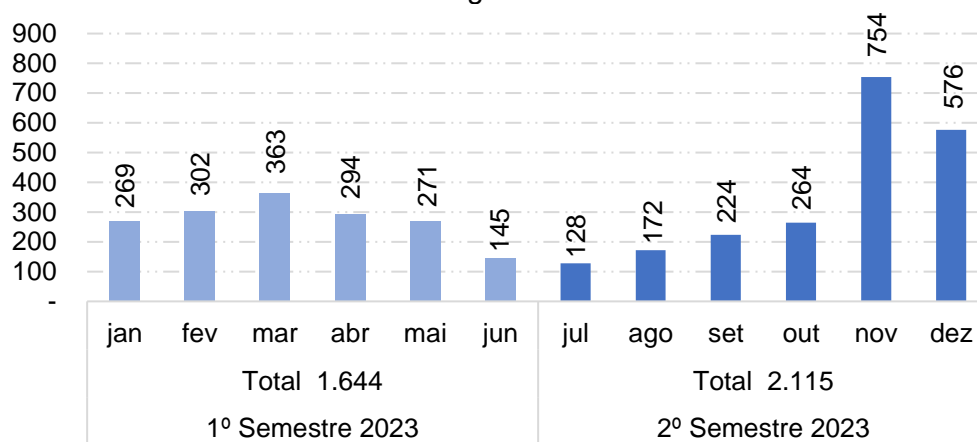
8.1.2.2 Núcleo Regional de Santarém

- Agência Santarém

A agência de Santarém, inaugurada em 2022, atua na Região do Baixo Amazonas prestando serviços previdenciários para aproximadamente 2.681 beneficiários entre civis e militares inativos e pensionistas residentes dos municípios de Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha e Terra Santa.

Os atendimentos mais demandados foram: emissão de contracheque, consulta de processo, requerimento inicial, emissão de cédula C, portaria, juntadas de documentos, isenção, Encaminhamento de Perícia Médica e revisão de cálculo.

Gráfico 68: Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Santarém– Agência Santarém – 2023.



Fonte: SIAAG/Caten/IGEPPS.

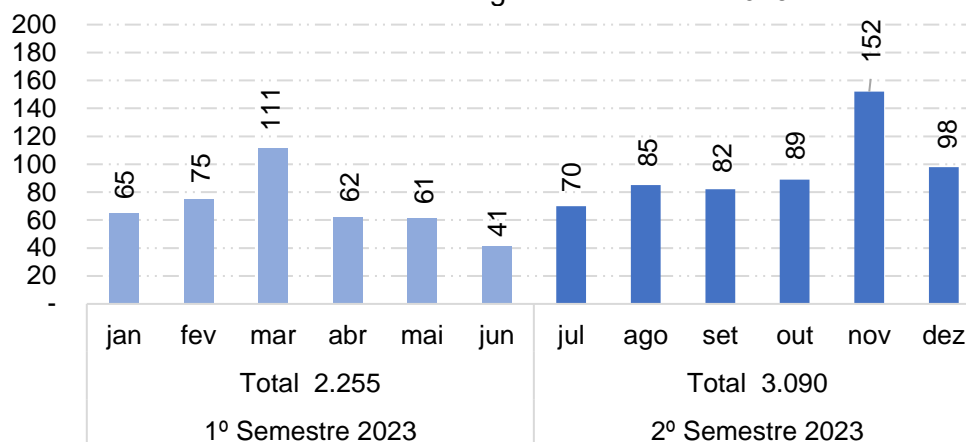
A elevada procura pelos serviços previdenciários no mês de novembro se deu em razão da divulgação em massa realizada nas rádios, agências do Banpará e órgãos públicos estaduais.

- Agência Altamira

Inaugurada em 2022, a agência de Altamira, localizada na região do Rio Xingu, atende a cerca de 778 beneficiários, sendo 90 militares e o restante civis residentes nos municípios de Altamira, Anapú, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

Os serviços de emissão de contracheque, consulta de processo, requerimento de pensão por morte ou revisão de benefício inicial, emissão de cédula C e juntada foram os mais.

Gráfico 69: Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Santarém– Agência Altamira – 2023.



Fonte: SIAAG/Caten/IGEPPS.

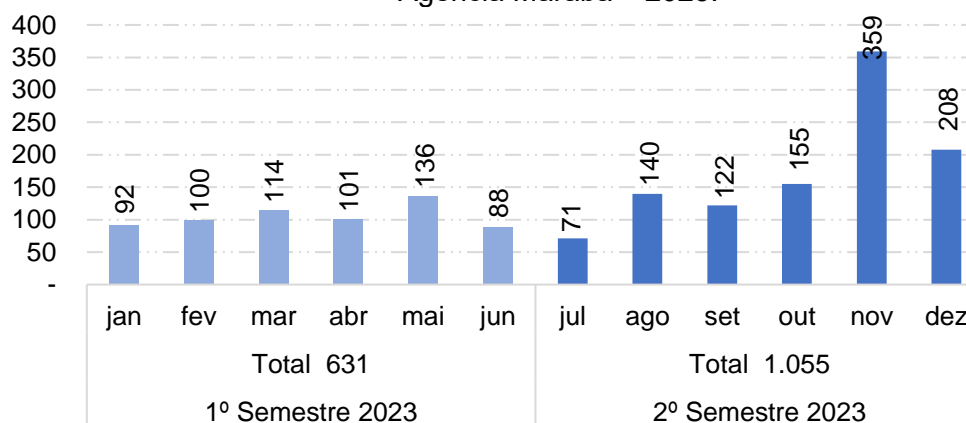
8.1.2.3 Núcleo Regional de Marabá

- Agência Regional de Marabá

Na Região de Integração de Carajás, a Agência Regional de Marabá inaugurada em 2022 no município de Marabá abrange os 2.790 beneficiários dentre civis e militares inativos e pensionistas das cidades da Região Carajás (Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canãa dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia) e Região Araguaia (Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia).

Ao longo dos meses de 2023, foram realizados 1.686 atendimentos, conforme o Gráfico 70. Os assuntos mais demandados foram: emissão de contracheque, consulta de processo, atualização de dados cadastrais, requerimento inicial, emissão de cédula C, isenção, juntadas de documentos e revisão de cálculo.

Gráfico 70: Quantitativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Marabá– Agência Marabá – 2023.



Fonte: SIAAG/Caten/IGEPPS.

9 CONSIDERAÇÕES

O exercício de 2023 se destacou pelos avanços históricos na gestão responsável e sustentável da Previdência Pública Estadual, especialmente nas grandes áreas de arrecadação e fiscalização de receitas, investimentos, benefícios previdenciários e de proteção social, tecnologia e controles internos, aproximando o IGEPPS cada vez mais da excelência no cumprimento de sua missão quanto política pública de Estado, bem como, da implementação de política fiscal, tributária e salarial equilibrada que priorize a proteção social dos nossos segurados e beneficiários e, em sentido amplo, de toda a sociedade paraense..

Constata-se pelo exposto neste Relatório que as ações estratégicas do IGEPPS estão voltadas ao atendimento das exigências contidas no programa de implantação de uma Gestão previdenciária eficiente e presente, a qual está intrinsecamente ligada ao PPA 2020-2023, que por sua vez está alinhada à ODS 10, constante da Agenda Mundial das Nações Unidas.

Por sua vez, a agenda estratégica do IGEPPS preconiza contribuir com o Governo do Estado na redução das desigualdades regionais e sociais através do fortalecimento e consolidação das ações de aprimoramento da Governança Pública, merecendo destaque o Plano de Expansão Institucional pelo qual o IGEPREV levou atendimento e educação previdenciária a 136.944 (cento e trinta e seis mil, novecentos e quarenta e quatro) segurados e beneficiários, muitos deles residentes nos municípios mais longínquos de nosso Estado, inclusive, por meio do projeto “IGEPREV Itinerante”, ofertando serviços previdenciários.

No ano de 2023, o IGEPPS completou duas décadas de fundação com muitas conquistas a celebrar, especialmente, nos últimos 03 (três) anos de gestão, na qual a Previdência Pública Estadual deu um salto de qualidade, sendo reconhecida nacionalmente pelos avanços na recuperação de receitas via compensação previdenciária, evidenciado galgando o 4º lugar no Ranking Nacional. Merece destaque, também, a premiação do IGEPPS entre os Regimes Próprios de Previdência Social mais eficientes do país em responsabilidade previdenciária e investimentos concedida pela Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (ABIPEM), por ocasião do 56º Congresso Nacional, realizado de 14 a 16 de junho, em Foz do Iguaçu.

Ademais, vale salientar o trabalho coletivo de construção do Planejamento Institucional Estratégico, que se encontra em fase final de elaboração, o qual demonstra o nível de amadurecimento do modelo de gestão adotado, consistindo na análise e tomada de decisão acerca dos grandes objetivos do Instituto e que meios devem ser executados para alcançá-los, contendo proposições que visam aperfeiçoar a atividade finalística da instituição, garantindo maior celeridade na análise e concessão dos benefícios previdenciários sem perder de vista o aspecto qualitativo de suas atividades, garantindo maior satisfação dos beneficiários e usuários de nossos serviços.

Outro ponto de merecido reconhecimento, no exercício em referência, está relacionado às ações desenvolvidas no âmbito da Educação Previdenciária, a qual está alinhada à ODS-4 que visa assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, especialmente aos nossos beneficiários.

Nesse sentido, os diversos atores envolvidos na gestão dos regimes próprios de previdência estadual, por meio da Educação Previdenciária, têm oportunidade de adquirir e aperfeiçoar seus conhecimentos na matéria, sejam eles servidores ativos e inativos (segurados) e seus dependentes; sejam eles os dirigentes e conselheiros das entidades, como gestores; sejam os servidores públicos que atuam nos órgãos da administração pública estadual nas áreas de gestão de pessoas, planejamento e finanças, controle e supervisão e, por fim, a mídia, os sindicatos e as associações que atuam como formadores de opinião para toda a sociedade.

Em suma, ao longo de 2023, a atual gestão fomentou ações de suma relevância para fortalecer a cidadania e cultura previdenciária no âmbito estadual, bem como investiu em tecnologia de ponta e segurança da informação visando a ampliação dos serviços digitais, aliados à celeridade e qualidade dos serviços ofertados. Impende, ainda, destacar que o ano retromencionado foi marcado pela disseminação dos saberes e experiências do IGEPPS com outros Regimes Próprios de Previdência Social; pelas inúmeras capacitações dos servidores públicos setoriais deste IGEPPS, focando nas mais diversas áreas desde departamento de recursos humanos, licitações e contratos, planejamento estratégicos, dentre outros.

De outra feita, em relação à finalização do Censo Cadastral Previdenciário, iniciado em 23/11/2020, urge ponderar que em razão do cenário pandêmico, a execução dos serviços sofreu, necessariamente, vários períodos de suspensão. Assim sendo, o Instituto readequou o cronograma das atividades de recenseamento, além de disponibilizar 02 (dois) caminhões-baús/unidades móveis amplamente equipados e ambientados, aptos a realizarem atendimentos para além da Sede do órgão. Para o ano de 2024 pretende-se dar continuidade aos avanços nas ações e metas voltadas ao aperfeiçoamento da gestão previdenciária, financeira e de investimentos, destacando-se a obtenção do Nível máximo de Certificação Institucional do Programa Pró- Gestão, rumo ao topo no ranking dos melhores RPPS do Brasil.

Esse é o nosso Relatório.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS